Diário de Lisboa

ANO 63.° N.° 21 333
Dezembro 1983
Quarta-feira

21

20$00

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Segundo a TV da Suazilândia

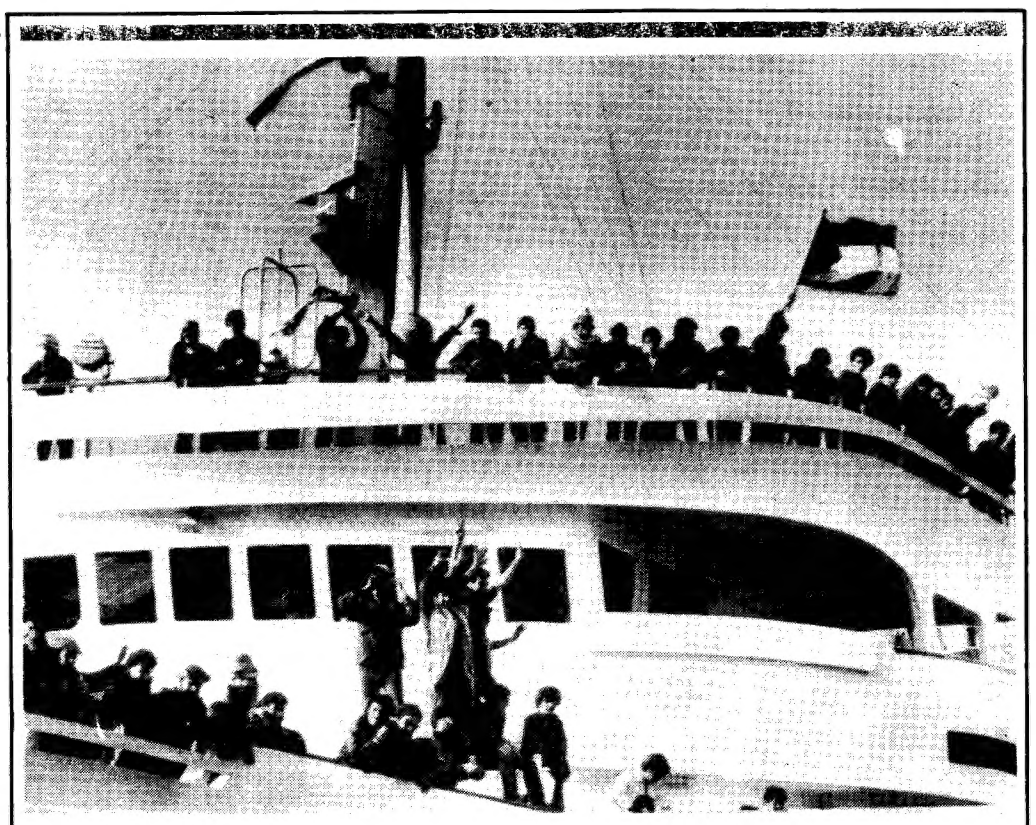
Cimeira Machel-Botha está em preparação

• Em Bissau, o presidente moçambicano responde à proposta de Jaime Gama sobre o Grupo dos Sete: "Nós somos especiais, e recusamos que vocês sejam o nosso papá"

Págs. centrais

Trabalhadores da Lisnave ocupam administração

Até ao fecho da nossa edição, os trabalhadores da Lisnave ocupavam o edifício central da empresa, na Margueira, enquanto os ORT's se reuniam com a administração, na sequência de uma decisão tomada em assembleia geral reunida esta manhã. Esta acção foi desencadeada após a administração da Lisnave ter manifestado a intenção de pagar amanhã aos trabalhadores mais uma prestação de 15 contos por conta dos salários em atraso. Um porta-voz sindical contactado pelo «DL» referiu que os estaleiros devem neste momento aos trabalhadores cerca de 700 mil contos referentes a quatro meses de salários, dos quais apenas uma pequena parte foi paga.



OLP: novo adeus ao Líbano

Ontem de Beirute, hoje de Tripoli: o que resta da OLP fiel a Arafat sai, novamente, de território libanês. A bordo de navios gregos que obtiveram, finalmente, condições para zarpar, Arafat segue, em princípio, para o Iémen do Norte. Na foto (UPI/ANOP/DL): a segunda despedida.

Págs. centrais

Rádios livres: à beira da legalização?

Em Portugal não faz rádio quem quer: as leis em vigor assim o determinam. Mas nem toda a gente está de acordo, e assim nascem as rádios livres. Como objectivo, o preenchimento de um vazio radiofónico que as emissoras «oficiais» não conseguem ocupar. Em Abrantes, Coimbra, Porto, Gaia ou Lisboa, uma diversidade de projectos culturais buscam um espaço próprio e ousam afirmar o direito a existir.

Pág. 7

Estacionamento na "baixa" passa a ser pago

Rua Augusta só para peões

pág. 8

Sindicatos discordam

Governo "racionaliza" a Função Pública

- *Extinto o quadro geral de adidos*
- *Serviço militar para as mulheres e estatuto especial para objectores*

pág. 4

Impressões de uma visita à RDA

Carlos Porto

Por mais modesta que seja a sua actividade, habituado a tornar públicas as impressões daquilo que observa, dificilmente pode o escriba resistir a fazê-lo mesmo que a isso não seja solicitado nem a isso se veja obrigado. Impressões, escrevi a palavra tão desprestigiada, e em certas circunstâncias justificadamente, porque é disso que se trata. Tenha-se no entanto em conta uma cambiante essencial: estas impressões resultam de alguma reflexão sobre o que se viu, não se limitam a exprimir movimentos humorais e, quantas vezes, redundantes. Tudo isto, não para justificar, para explicar o que nos traz aqui: a evocação de uma visita, excessivamente rápida, a algumas cidades da República Democrática Alemã. Visita excessivamente rápida, entenda-se, sobretudo em relação ao agrado que provocou, a mim e ao grupo de que fazia parte.

UMA visita como esta não permitiria abordar em profundidade problemas complexos, não bastaria para que se conhecessem os vários níveis, político, social, cultural, em que se situa e move a sociedade com que se contacta. Não pretendo por isso trazer novidades sobre a vida na RDA, nem propor uma visão original, global e aprofundada sobre o modo de estar no mundo do seu povo, nem sequer referir com demora as grandes realizações que esse povo está indiscutivelmente a construir. Mais do que isso, interessou-me sobretudo apanhar, tanto quanto possível, a respiração de um quotidiano, reconstituir, mesmo que precariamente, o rosto de um país cuja expansão e progresso ninguém se atreve a negar. Por isso, se interessa referir a realidade concreta, palpável, de um pavilhão gimnodesportivo, de soberbas linhas arquitectónicas (de concepção de arquitectos alemães e suecos), duma grandeza de que não conheço equivalente, interessa sobretudo sublinhar o facto desse complexo, que possui desde piscinas de vários formatos e feitios, até para deficientes, a jogos de xadrez (inclui um pequeno auditório para teatro e música), interessa o facto desse complexo ser destinado não a profissionais mas aos trabalhadores que nas suas horas de lazer podem divertir-se e fortalecer-se.

Por isso, interessa referir o que tem sido feito e continua a fazer-se em Berlim, do ponto de vista urbanístico, mas interessa sobretudo sublinhar o que tem sido e continua a ser a recuperação do passado em pequenas cidades da província, como Gera, onde qualquer casa, qualquer fachada são salvas desde que cultural e historicamente fal se justifique. E sublinhar ainda que nessas casas continuam a viver os seus antigos moradores recordando que as rendas equivalem a uma média de 4%/6% sobre o vencimento (aqui pode o leitor pôr os pontos de admiração que quiser). Comparar o que neste domínio se passa na RDA e nesta pobre cidade de Lisboa, a ser selvática e impunemente destruída, elucida-nos mais do que mil tratados sobre conceitos como liberdade, democracia, especulação, felicidade.

Por isso, é importante referir a existência em Berlim de tantos edifícios de teatro e de ópera (e outros estão a ser construídos ou reconstruídos) e lembrar que na altura o benjamim era o Deutsch Theater, renovado e reinaugurado com grande promoção nas ruas e na Comunicação Social (o teatro na RDA é ao mesmo tempo matéria do quotidiano e acontecimento). Mas, neste capítulo, outros acontecimentos importa referir: por exemplo, a realização de um grande festival de teatro com a participação de dezenas de grandes companhias nacionais e estrangeiras. Mas mais importante do que isso é a existência no Berliner Ensemble de uma sala experimental (a sala de ensaios) onde pude ver um belo espectáculo sobre o compositor Hanns Eisler, de que falarei noutra altura. Mas ainda mais importante do que isso é olhar a programação de um teatro, ao acaso, programação estabelecida com um mês de antecedência, e verificar que a palavra esgotado surge todos os dias, com excepção de dois ou três. E interessa sobretudo sublinhar o facto de haver numa cidade de pouco mais de 100 000 habitantes uma enorme e modernissima Casa da Cultura mas também um teatro antigo que possui duas amplas salas e dispõe de uma companhia de ópera, uma orquestra sinfónica, um grupo de bailado, um grupo de teatro e outro de marionetas. Aí vimos «A Força do Destino», de Verdi, não um grande espectáculo mas um espectáculo digno, que não envergonharia ninguém (embora teatralmente com soluções muito discutíveis), e com estas duas particularidades: era cantada em alemão e dividida apenas por um intervalo. Em conversa posterior com o respectivo Intendente, este falou-nos dos problemas do seu teatro, da necessidade de ter em atenção o interesse do público constituído por trabalhadores.

Interessa referir o significado da existência dos grandes complexos industriais e agrícolas, de universidades particularmente bem apetrechadas em todos os sectores (1), mas interessa sobretudo sublinhar o relacionamento entre as pessoas e entre as forças em que essas pessoas se apoiam. Sublinhar com muita força a profunda articulação entre a vida da cidade e a vida universitária, entre a vida do trabalho e a vida da cultura, que não se distinguem como em várias reuniões tivemos oportunidade de verificar.

Foram sem dúvida em grande número as ocasiões com que deparámos para nos espantar perante o espírito organizativo, a capacidade de trabalho, as amostragens da qualidade de vida, para usar uma expressão em voga, mas provavelmente nenhuma delas nos tocou tanto como a recepção que nos foi proporcionada numa cooperativa agrícola articulada com uma visita a dois palácios da região de Dornburg onde Goethe viveu e trabalhou durante algum tempo. Como sempre atrasados, verificámos com espanto que as entidades responsáveis tinham esperado por nós e excepcionalmente (era a segunda vez que tal acontecia) tinham utilizado velas para iluminar os respectivos museus em que os palácios tinham sido transformados, já que neles não há aparelhagem eléctrica. Mas mais do que isso o que nos interessou, e interessa sublinhar, foi o facto de encontrarmos, na mesa onde jantámos, lado a lado, o responsável político, o trabalhador agrícola, o responsável autarca, o responsável cultural da região. Essa forma de estar no mundo implica com efeito a sua transformação e só o socialismo pode torná-la realidade.

Por isso, para além dos resultados evidentes a que tínhamos acesso, interessa chamar a atenção para o que neles era fundamental: o agrado por aquilo que víamos e que queríamos exprimir aos nosso anfitriões e que era confrontado pela palavra alertadora que deste nos vinha. Os problemas existem, nem todos estão resolvidos, é preciso estar permanentemente atento aos seus perigos.

O perigo maior, contudo, é exógeno à sociedade da RDA e tem a ver com a luta que no mundo se trava a favor da Paz. É ali, no coração da Europa, que esse problema se sente com mais dolorosa acuidade. Compreende-se assim que a visita ao campo de concentração de Buchenwald tenha sido nesta viagem um momento especial. Mesmo depois de se pensar que se sabe tudo sobre os crimes nazis, estar **ali**, ver **aquilo**, é de uma pungência quase insuportável. Mas mesmo nessa circunstâncias surge um outro facto que parece ainda mais revoltante: um dos três SS que assassinaram, naquele mesmo campo, o secretário-geral do Partido Comunista Alemão, foi depois da guerra professor numa escola católica da RFA onde ainda vive, regalado com a sua reforma (e a sua consciência?).

Berlim. Fim de tarde. O Sol pousa como uma sumptuosa laranja nas árvores da famosa Avenida das Tílias. Pessoas saem do trabalho, gozando a doçura do entardecer na Alexanderplatz. Não têm pressa, não correm para os transportes, não se atropelam, caminham e vivem. Há o muro, claro. Também fomos vê-lo. Mostraram-no-lo sem orgulho mas também sem complexos. É apenas uma realidade necessária. Por mim, não precisaria de explicações: há muito tempo que tinha entendido essa necessidade. Basta-me imaginar Lisboa dividida entre dois regimes antagónicos para o compreender. Um dia o muro desaparecerá. Até lá é também um sinal de que ali começa uma outra sociedade, não apenas outra cidade.

(1) Por exemplo, Universidade Martinho Lutero, em Halle: 2500 professores para 10000 estudantes.

Outro exemplo: Universidade de Iena. Músicos amadores e profissionais; aproveitamento das capacidades de acção cultural das universidades não só para a cidade como para todo o distrito.

tem a palavra o leitor

O escândalos dos aumentos dos reformados

Por determinação de Lei não recente mas humana, os aumentos de que venham a beneficiar os funcionários públicos no activo, serão sempre extensivos aos funcionários aposentados.

Nada mais acertado e justo, já que o custo de vida é igual para todos e são exactamente os reformados naturalmente os mais idosos e por isso os mais sujeitos a doenças e portanto os mais necessitados de frequentes recursos ao médico, aos remédios e aos tratamentos, análises e exames, cada vez mais caríssimos, como de todos sabido.

Assim é que, quando no final de 1982 no OGE se aprovou um aumento de 17% em 1983 para os funcionários públicos, o respectivo Decreto logo estipulou expressamente e sem restrições algumas que este aumento seria extensivo aos funcionários aposentados.

Sucede porém que tendo os funcionários do activo começado a receber o aumento logo em Março, para os aposentados começou a protelar-se o pagamento de mês para mês, a pretexto de falta de tempo para efectuar os cálculos – mal dizendo assim da preciosa ajuda dos computadores e mais maravilhosas máquinas – protelamento que chegou até agora e mesmo assim não para todos ainda.

Mas o que mais espanta sobretudo é que todo este tempo (um ano) parece ter servido apenas para descobrir, interpretar e aplicar escondida, não falada e desconhecida lei, por via da qual o referido aumento de 17% passou a ser de apenas 5,932%, como é o meu caso pessoal e de quase todos os outros!!!

Será isto justo, verdade, seriedade e humanidade?

Será que estes escudos agora extorquidos aos reformados é que vão salvar o país da proclamada enorme crise económica e financeira que dizem atravessarmos?

Quando por muitos outros lados se dá mostras de nenhuma falta de dinheiro haver?

Este o meu protesto e lamento que deixo à apreciação pública e à consideração e atenção de quem de Direito, lembrando ainda que os aposentados já perdem o subsídio de férias, o subsídio de alimentação, as horas extraordinários, os emolumentos e os que se reformam sem o tempo todo de serviço o valor da pensão correspondente aos anos que lhes faltarem.

Luís da Graça Lopes
Rua Fernandes Tomás, 19-1.º.
Lisboa

À procura de casa

O signatário, cidadão português usufruindo (?) todos os direitos que tal estatuto lhe confere, vem trazer ao conhecimento de V. Exas. o seguinte:

Necessitando de casa para habitar, mandou colocar em dois diários da capital, anúncios, na tentativa de conseguir satisfazer essa necessidade.

Entre as várias ofertas de casas para alugar que lhe foram feitas, uma foi escolhida, por ser próxima do local do trabalho do signatário. A senhora proprietária fazia duas ofertas a optar: uma bela vivenda de 2 pisos por 40 contos mensais, e a cave da dita, com duas assoalhadas, por 25 contos também mensais.

Marcada data para a visita, (8.12.83), o signatário ficou agradado da referida vivenda, embora fora das suas possibilidades económicas e procurou conseguir junto de familiares um «sócio» para habitar consigo e dividir o encargo da renda. Tal tentativa gorou-se e, em última análise, o signatário resolveu alugar a mais barata, a cave. Na data combinada para dar a resposta à proprietária, foi por esta informada que as duas casas já tinham sido alugados em conjunto a uma mesma pessoa.

Desfeitas as esperanças e goradas a intenção, tornou o signatário à lida diária dos anúncios de «aluga-se». Ora, e aqui começa o insólito, num grande jornal diário vem hoje (12.12.83) publicado um anúncio que oferta para aluguer a mesma vivenda alugada ontem (dia 11.12), só que com uma pequena (!!!) variante:

O ofertantante exige 200 000$00 de indemnização. Espantado e indignado, o signatário para confirmar, telefonou para o número indicado no anúncio e do outro lado a menina confirmou amavelmente. A vivenda aluga-se por 40 contos com 200 de indemnização, e a cave aluga-se por 25 contos com 150 de indemnização.

Quer dizer: Em 24 horas, o anunciante, em clara especulação, pretende ganhar 350 contos. E esta heim?!!! Como diría o Fernando Pessa.

Que raio de País é este?

António Fernado Parente

MONTEPIO GERAL
CAIXA ECONÓMICA DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL
SESSÃO ORDINÁRIA

A realizar, por motivo de obras no edifício da Sede, na Associação Comerical de Lisboa, na Rua das Portas de Santo Antão, 89, em Lisboa.

Reúne-se no próximo dia 22, no local acima indicado, pelas 21 horas, em segunda convocatória, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Discutir e votar os Orçamentos e Programas de Acção, para o ano de 1984, do Montepio Geral e da Caixa Económica de Lisboa, e o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

2 — Apreciar a tabela de títulos de crédito admissíveis para caução de empréstimos, a que se refere o Art. 19.º dos Estatutos da Caixa Económica de Lisboa, ainda em vigor, e deliberar sobre ela.

A humidade já não mora aqui

A humidade não é apenas um transtorno — — também é um perigo. DESUMITEP 10, desumidificador de fabrico nacional, com a garantia de qualidade FNAC é o melhor aliado no combate ao excesso de humidade.

DESUMITEP 10
Fácil de instalar • Eficiente a funcionar • Entrega imediata

Desumitep 10

Exemplos de aplicação com resultados seguros
BIBLIOTECAS LABORATÓRIOS ARMAZÉNS

COM A GARANTIA DE QUALIDADE FNAC

Fábrica Nacional de Ar Condicionado, UCRL
Estrada da Outorela Lts 20-21- CARNAXIDE • 2795 LINDA A VELHA • Telefs 218 33 67/68/69 70

Distribuidores exclusivos: CLIMANORTE, CLIMACENTRO, CLIMASUL.

política de A a Z

Ao Norte e ao Sul de Marco de Canaveses

SERIA errado negar significado político às eleições para a Câmara Municipal de Marco de Canaveses, tal como será laborar em erro da importante vitória do CDS extrapolar para o todo nacional e presumir que a erosão do poder condena do Minho ao Algarve, das praias atlânticas à fronteira terrestre, a coligação PS-PSD, ou qualquer dos partidos nela integrados, a ser derrotada pelo CDS.

Se em Marco de Canaveses a derrota do «bloco central» para efeitos autárquicos locais foi estrondosa – sete mil votos perdidos, no conjunto, pelo PS e PSD –, nada garante que o fenómeno de repulsa da «coligação governamental» se reproduza noutros concelhos, alastre a outras regiões nos mesmos termos quantitativos e com idênticas consequências.

Mas, por outro lado, não sejamos tentados a reduzir, a derrota dos partidos do «bloco central» em Marco de Canaveses a um caso excepcional e que condições excepcionais – pessoais, locais – explicariam. É incontestável que de Norte a Sul, nas aldeias e nas cidades, por motivos bem conhecidos, o Governo vai perdendo partidários activos e passivos apoiantes. Mas nada permite prever que o descontentamento popular e a decepção do eleitorado do PS e do PSD, possam vir a deslocar-se no sentido de apoiarem o indeciso «projecto liberal» que, entre si dividido e com concorrência exterior à vista, o CDS anda a oferecer.

Também no CDS, como sucede com o PSD, a «crise de sucessão» não está resolvida. A juventude inquieta e ágil de Francisco Lucas Pires não preencheu no espaço político nacional, e não compensou no interior do CDS, a estratégica distanciação do professor Diogo Freitas do Amaral. Luís Barbosa, no seu púlpito vespertino, vai debitando um sensato sermão conservador, e, tranquilamente, espera a sua hora. Adriano Moreira pecou por excessivo saudosismo do «antigamente» (nacional e imperial). Basílio Horta adoeceu e/ou desinteressou-se. E o «projecto liberal» do CDS – representasse ou não um desvio da melhor doutrina de «democracia cristã» –, enfrenta, para lá das resistências interiores (doutrinais) uma ameaçadora concorrência exterior. Outros «liberais», borboleteando em torno de Diogo Freitas do Amaral, proclamam-se vocacionados para a «alternativa».

Os resultados eleitorais do passado domingo, no concelho de Marco de Canaveses, deram ao CDS a vitória com 12 192 votos. A «coligação PS-PSD» contabilizou menos de metade: 4864 votos. Por seu lado, a APU teve 1308 votos. A UDP, contou 103. Daqui partir, triunfalmente, para uma generalização de sucessos CDS à escala nacional, é temerário e irrealista. O CDS proclamou que estas eleições autárquicas constituíam «o primeiro grande teste eleitoral após as eleições de 25 de Abril de 1983» –, proclamando-o, exagera. Mas tem razão quando sublinha para concretizar o significado político do acontecimento que «o bloco central escolhera para primeira prova eleitoral um município onde o sucesso lhe parecia assegurado, dado que, na eleição anterior, o PSD e o PS haviam obtido o dobro dos votos do CDS».

Alega o CDS, também, que o Governo PS-PSD se interessou directamente pelas eleições para a Câmara Municipal de Marco de Canaveses, o que se comprova pelo «empenhamento do próprio Governo através de cinco ministros seus na campanha eleitoral da coligação derrotada». E não oferece, igualmente, contestação que esta «experiência» – a de coligações do tipo «bloco central» em eleições autárquicas – constitua um teste para análogas operações destinadas a cimentar a «coligação» a nível local e regional. A estratégia revelou as suas fracas possibilidades, o seu carácter contingente. Aqui, por méritos individuais, além, por condições locais, o esquema «bloco central», vai mostrando facetas negativas. À direita e à esquerda crescem as possibilidades oposicionistas à medida que cresce o coro das contestações. E não se esqueçam, na avaliação das dificuldades locais e nacionais do «bloco central», os espaços políticos vazios, as camadas populacionais, os sectores eleitorais que flutuam ao sabor das circunstâncias ou se deslocam segundo movimentos previsíveis.

Entre os «novos partidos» possíveis, não restam dúvidas que há espaço e apetência para o «projecto liberal reformista». Mas um tal projecto corre o o risco de, a curto prazo, e por lógica de diferenciação e fatalidade de recrutamento, se converter em «projecto liberal conservador». A lógica política tem as suas leis. Estas valem mais do que os rótulos. É indiferente, por exemplo, que o Partido Social-Democrata (PSD) tenha decidido, por conveniências eleitorais, disputar, no terreno da «social-democracia», a influência do Partido Socialista, porque, na realidade, vistas, na origem e prática política, as suas bases locais e regionais, o PSD comporta-se como um partido de reacção anti-socialista e ignorante, de um modo geral, do «reformismo social-democrata». É indiferente que o CDS se reclame da «democracia-cristã» quando é para um «projecto liberal» que pretende sensibilizar o seu próprio eleitorado e o que lhe é próximo.

No fundo, os rótulos políticos só enganam os que querem ser enganados e a persistência de espaços políticos vazios deverá ser interpretada como uma consciente recusa: a recusa de opções que significariam a «restauração» de uma vida pública e de um estilo de governação que o 25 de Abril baniu.

Não é certo que a vitória do CDS em Marco de Canaveses, para além da derrota do «bloco central», possa ser interpretada como uma viragem a favor do «projecto liberal», mas é um aviso para aqueles que, no «bloco central», depositem a esperança de continuidades governamentais ou de ascensões presidenciais.

O perfil do falcão

Rito Canedo

PROPOSITADAMENTE deixei que o óbvio acontecesse. O Presidente da República tomou a única decisão possível, aquela que lhe asseguraria a estabilidade do mandato a curto prazo e a sobrevivência do que ainda resta do crédito deste Governo.

Falar da proposta de exoneração do general Amadeu Garcia dos Santos, antes da própria exoneração, poderia parecer que seria nossa intenção trazer para o tribunal da opinião pública mais um elemento capaz de influenciar (dificultando) a reflexão do Chefe de Estado, ou de lançar mais uma acha na fogueira que vai devorando a imagem política e social do Governo.

Poderia também sugerir a defesa de um general, que foi Capitão de Abril, como se com ele, o Exército sonhado em Abril e as promessas assumidas por aqueles que o fizeram, tivessem autênticas hipóteses de se transformarem em realidades.

A exoneração do chefe de Estad- Maior do Exército era inevitável e só dependia do tempo que ao Presidente fosse possível arrastar uma situação inconveniente ao entendimento democrático de dois órgãos primordiais do Estado, sem com isso trazer graves prejuízos à sua capacidade de decisão e agravar a imagem pública de um Governo já em si tão diminuído na opinião dos portugueses. Essa inevitável decisão teria que sair do equacionamento de um problema onde as variáveis eram muitas e extremamente complexas. Na verdade, a proposta de exoneração de Garcia dos Sandos foi, talvez, a cartada mais inteligente jogada até hoje por Mário Soares na guerra institucional que tem vindo a travar com Eanes, desde que este o exonerou na sua primeira passagem por um governo constitucional. Ao pedir a «cabeça» do chefe de Estado--Maior do Exército, a inesgotável imaginação do Primeiro-Ministro, acertou em cheio em vários objectivos.

Primeiro, porque afastava, como parece ter sempre desejado, das altas esferas das Forças Armadas, o último militar de Abril. Segundo, porque exigia do PR a sua própria chancela na portaria de exoneração do seu pessoal amigo e ex-chefe da Casa Militar e por si elevado à chefia máxima do Exército.

E tudo isto, imagine-se, sem qualquer razão plausível e depois de reiteradas afirmações elogiosas e de confiança por parte do Presidente, como se este lhe perguntasse: mas porquê? E o Primeiro-Ministro lhe respondesse: Homem, porque quero!

E, terceiro, porque lhe interessava testar, no meio militar, a credibilidade da sua política de autoridade, isto é, porque no entender de Mário Soares havia chegado o momento de provar ao Presidente que, quem manda hoje na tropa, quem põe e dispõe da hierarquia, quem dá o mote para o ritmo da marcha, é ele, Primeiro-Ministro e o seu Governo. Para Mário Soares o tempo jogava a seu favor, pois que, quanto mais tempo o PR levasse a homologar a sua proposta, mais se vincaria o seu embaraço, a impaciência dos militares, a perplexidade do seu eleitorado e, com isso, o seu desprestígio pessoal.

Eanes esperou o que pôde, depois de ter traduzido publicamente o desagrado, quase o desprezo político por tal forma de «despedimento». E não aceitando formalizá-la de imediato, nem tão-pouco ratificar o pedido pessoal de demissão do próprio general Garcia dos Santos, quis deixar bem claro, sobretudo aos militares, que o general CEME desempenhava legitimamente as suas funções, que o vinha fazendo com probidade, competência e dignidade e que nele depositava uma total confiança político-militar. E ao mesmo tempo que nos vinha afirmar que se confrontava pela primeira vez com a redução dos seus poderes na área militar após a última revisão constitucional, veio igualmente alertar-nos para os perigos que tal redução poderá trazer para o normal funcionamento da instituição militar, pondo em evidência o aspecto mais melindroso da subordinação das Forças Armadas ao poder político, quando este tende a interpretar a subordinação como uma indispensável submissão dos chefes militares à linha ideológica e ao conceito da interacção político-militar que possam ter dessa subordinação, as forças eventualmente no poder.

A mensagem do Presidente da República foi perfeitamente entendida pelos militares, embora alguns deles tivessem preferido, à linguagem perceptível do silêncio, uma metodologia mais rápida e inequívoca do general Ramalho Eanes. E não o vendo agir com mais prontidão e clareza, interrogam-se sobre se as precauções políticas e as obrigações de Estado não estarão a embotar a capacidade de decisão do militar que tão bem julgam conhecer.

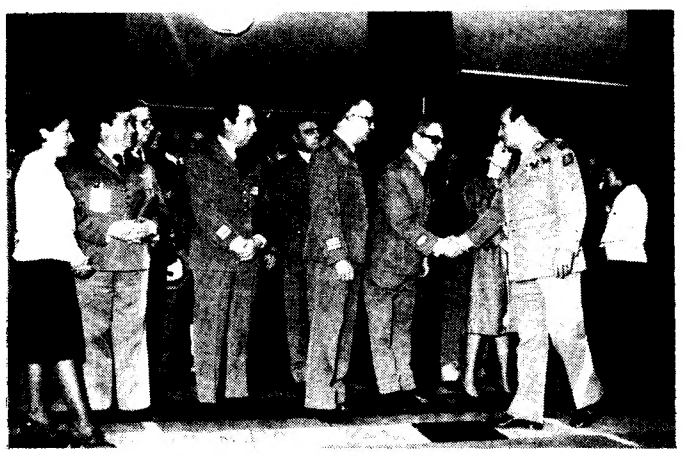
A mensagem do Primeiro-Ministro e da coligação governamental PS/PPD, foi, ao contrário, bem clara, transparente e incisiva.

Conhecidas que são as elevadas aptidões técnicas e profissionais do general Amadeu Garcia dos Santos, a alta dignidade que sempre imprimiu ao desempenho do seu cargo, o seu manifesto interesse numa intervenção mais ampla do Exército no quadro da Aliança Atlântica e toda a actividade pessoalmente desenvolvida no sentido de uma urgente e racional reestruturação técnico-táctica das várias Armas e Serviços do Ramo Exército e não se conhecendo da parte do general qualquer gesto ou acto de hostilização ao regime ou ao Governo, nem conflitos pessoais, com o ministro da Defesa, fica perfeitamente claro e indiscutível que sendo este general um homem da confiança do Chefe de Estado e não podendo, para este, o governo propor a exoneração, quis o mesmo dizer sem sofismas, ao fazê-lo para Garcia dos Santos, que só o não faz para Eanes, por uma infeliz incapacidade constitucional.

Continua na pág. 9

ponto a ponto

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, foi convidado a presidir à sessão de abertura do I Encontro Internacional sobre Direito Europeu e Comunitário que se realiza em Coimbra em Março de 1984, disse a organização. O convite, a que Eanes não deu uma resposta definitiva, foi feito por dois estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, membros da organização do encontro, durante a visita que o Presidente da República efectuou ao Hospital Geral do Centro Hospitalar de Coimbra.



O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Melo Egídio, recebeu cumprimentos de Boas-Festas do pessoal militar e civil que presta serviço no EMGFA. Perante representação do pessoal civil e militar o general Cunha Lopes proferiu breves palavras de saudação.

O Primeiro-Ministro aceitou um convite para visitar oficialmente o Egipto que lhe foi transmitido pelo embaixador do governo cairota em Lisboa, a quem recebeu em audiência. Mahamoud Amin Fathi era portador de uma carta dirigida a Mário Soares pelo seu homólogo egípcio Fouad Mohieddin, em cujo texto se acentuavam as boas relações existentes entre os dois países e o governo do Cairo formalizava o convite.

Mário Soares oferece hoje em São Bento, um jantar a 16 escritores portugueses. Entre os convidados encontram-se Fernando Namora, Natália Correia, Eugénio de Andrade, Luís Francisco Rebelo, Manuel Alegre, José Cardoso Pires, António Lobo Antunes e Augusto Abelaira. Irão também jantar com Mário Soares, Sofia de Melo Breyner, Ilse Lose, Yvette Centeno, Luís Lindley Cintra, João Gaspar Simões, José Hermano Saraiva, Maria Alberta Meneres e Maria de Lurdes Belchior. Para o jantar em São Bento foram ainda convidados os ministros da Cultura, Coimbra Martins, e da Educação, José Augusto Seabra.

O comandante do Regimento de Comandos afirmou, no juramento de bandeira do 80.º curso de comandos, que «a Pátria não se discute, defende-se». Na cerimónia, a que presidiu o chefe do Estado-Maior do Exército, general Salazar Braga, jurou ainda bandeira o 3.º turno de especialidades de 1983, num total de 183 militares. «O gosto pelo risco, o querer ousar, a coragem, a lealdade, a disciplina e o sentido do dever «são princípios que – frisou o coronel Pinho Bandeira – devem nortear os 222 militares que hoje ingressaram nos comandos».

A guarnição da «Sagres» participa hoje em Macau, na festa de Natal da obra social dos serviços de marinha, disputando-se depois a final de um campeonato de futebol de cinco. À noite, os oficiais participam num jantar que lhes é oferecido pelo governador de Macau. Entretanto, terça-feira o governador de Macau esteve presente na recepção oficial oferecida a bordo da «Sagres», pelo comando do navio-escola.

O chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Lemos Ferreira, recebeu em visita de cumprimentos, o comante em chefe da Área Ibero Atlântico, almirante Cardoso Tavares, recentemente empossado no cargo.

Conselho de Ministros aprecia anteprojectos

Serviço militar para as mulheres e serviço "exclusivamente civil" para objectores

De acordo com anteprojectos de propostas de lei apreciadas ontem no Conselho de Ministros, o serviço militar será extensivo às mulheres e os objectores de consciência terão um serviço «exclusivamente civil».

De acordo com um anteprojecto de proposta de lei do Serviço Militar, as mulheres vão poder prestar serviço militar efectivo em regime de voluntariado.

O diploma determina, porém, que os cidadãos do sexo feminino sejam dispensados das obrigações militares «enquanto se não verificarem as alterações estruturais para o alargamento do serviço efectivo normal à generalidade dos cidadãos».

Segundo o seu articulado, todos os cidadãos portugueses, dos 18 aos 45 anos de idade, estão sujeitos ao serviço militar que compreende as seguintes situações: reserva de recrutamento, reserva territorial, serviço efectivo normal ou serviço militar obrigatório, serviço efectivo nos quadros permanentes e quadros não permanentes, ou complemento, das Forças Armadas. O serviço efectivo normal terá dois anos de duração, realizando-se normalmente a incorporação no ano em que os cidadãos completam 21 anos.

O diploma estipula que os cidadãos podem adiar o cumprimento das obrigações militares por motivo de estudo no país ou no estrangeiro, por internamento a título prolongado em estabelecimentos de ensino religioso, hospitalares, prisionais ou titulares, por exercício de actividades técnicas, profissionais ou laborais no estrangeiro e por residência legal no estrangeiro com carácter permanente e contínuo anteriormente ao ano em que completaram 18 anos de idade.

Além disso, os cidadãos podem ser dispensados do serviço efectivo normal desde que prestem, em sua substituição, um serviço ou actividade civil reconhecidos de superior interesse nacional, no país, ou no estrangeiro, e com igual duração daquele serviço militar.

De acordo com o previsto na proposta, os cidadãos aos quais tenha sido atribuído o estatuto de objector de consciência, estão sujeitos às operações de recrutamento geral aplicáveis e efectuam um serviço cívico adequado à sua situação, nas condições a regular por diploma próprio.

Estabelece ainda o diploma que nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua colocação, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego permanente, por virtude do cumrpimento das obrigações militares, e que todo o tempo de serviço militar efectivo nas Forças Armadas é contado para efeitos de promoção, aposentação ou reforma.

Objectores de consciência: serviço civil

Segundo o projecto de Estatuto do objector de consciência a isenção do serviço militar implica «o dever de prestar um serviço cívico adequado» e **exclusivamente civil.**

A proposta define como objectores de consciência os cidadãos «convictos de que por motivos de ordem religiosa, moral ou filosófica, lhes não é legítimo usar de meios violentos de qualquer natureza contra o seu semelhante».

O serviço cívico, que a lei prevê para substituir o serviço militar obrigatório, será «exclusivamente civil» e não é susceptível de «vir a estar subordinado ou ligado a instituições militares ou militarizadas», tornando-se «participação útil em tarefas necessárias à colectividade».

Essa acção desenvolver-se-á, preferencialmente, nos seguintes domínios: assistência hospitalar, acções de defesa da saúde pública, luta preventiva contra o tabagismo, alcoolismo e droga, assistência a deficientes, crianças e idosos, combate a incêndios e socorros a náufragos, assistência a populações sinistradas, primeiros socorros, manutenção e repovoamento da floresta e construção de estradas, protecção do meio ambiente e património cultural, acções de alfabetização e de estatística civil.

O serviço cívico poderá também ser prestado no estrangeiro, ao abrigo de acordos de cooperação de que Portugal seja parte, e terá a mesma duração e penosidade do serviço militar armado.

As renumerações e a assistência social serão definidas em «estrito paralelismo com as aplicáveis a prestação do serviço militar armado».

Os objectores de consciência podem ser convocados extraordinariamente para prestar «novamente um serviço cívico, em caso de guerra, estado de sítio ou de emergência» e não ficam dispensados, da requisição «nos termos da lei geral», para «tarefas colectivas indispensáveis, de carácter exclusivamente civil».

O objector de consciência não pode desempenhar qualquer função, pública ou privada, que imponha o uso e porte de armas de qualquer natureza, nem ter licença para uso e porte de arma de defesa, nem trabalhar no fabrico, reparação ou comércio de armas de qualquer natureza ou em investigação científica com elas relacionada.

Objector depende de decisão judicial

A situação de objector adquire-se por decisão judicial, por iniciativa do interessado, através de acção proposta ao tribunal da comarca de residência do autor e, quando no estrangeiro, ao tribunal da comarca de Lisboa.

Tal acção deverá ser proposta dentro de 90 dias, após ter completado os 18 anos de idade ou, se já em prestação de serviço nas forças armadas, a contar da data da publicação do diploma.

A atribuição da qualificação de objector, dependente do tribunal, resulta da «prova inequívoca» de factos que demonstrem, simultaneamente, «a sinceridade, a fundamentação dessa convicção e o comportamento anterior», caso contrário será «condenado em multas, como litigante de má-fé e nas custas do processo» de petição.

Qualquer cidadãos que, à data da publicação deste diploma, já tenha declarado às entidades militares ser objector de consciência, fará prova, no prazo de cento e vinte dias, de que interpôs a acção que lhe permite ascender àquela situação.

Ao fazê-lo, o serviço nas Forças Armadas será suspenso, logo que chegar ao comandante da unidade ou estabelecimento, «certidão comprovativa da pendenciada acção».

Estes requisitos aplicam-se ainda aos cidadãos na situação de disponibilidade, licenciados, territoriais ou na reserva territorial.

O objector pode renunciar à sua situação e pode deixar de sê-lo por condenação judicial por crimes de homicídio voluntário, envenenamento, ofensas corporais voluntárias com pena superior a um ano, ou crime com uso de meios violentos de qualquer natureza.

A renúncia à situação de objector de consciência é irrevogável, ficando o cidadão obrigado ao cumprimento das obrigações militares normais, «a menos que já tenha atingido a idade em que as mesmas findam».

O Conselho de Ministros de ontem debateu ainda outro diploma complementar da Lei da Defesa Nacional, o estatuto da Condição Militar. Os três anteprojectos voltarão ao conselho de ministros para apreciação final depois da audição do Conselho Superior de Defesa Nacional. A seguir serão apresentados na Assembleia da República.

Governo extingue quadro geral de adidos

Aprovados cinco diplomas para "reorganizar" a Função Pública

O Governo aprovou ontem, em Conselho de Ministros um decreto-lei que extingue o quadro geral de adidos da Função Pública. Esta medida integra-se num conjunto de cinco diplomas que visam a «reorganização e racionalização do regime de gestão de recursos humanos da função pública».

De acordo com o comunicado do plenário de ministros, os cinco diplomas correspondem a «um primeiro esforço de combate a rotinas que ameaçam converter a função pública num sector desregulado e ingerível». Entretanto, a Comissão Negociadora Sindical da função pública condenou já estes diplomas, invocando que alguns deles atentam contra direitos adquiridos.

Segundo um dos decretos, os adidos existentes serão ou integrados num quadro de efectivos interdepartamentais ou aposentados obrigatoriamente. O mesmo diploma considera «desligados do serviço, para efeitos de aposentação, a partir de certa data, os funcionários da ex-administração ultramarina em situação de licença ilimitada e não ingressados no quadro geral de adidos». Por outro lado, os adidos em situação irregular sujeitam-se a processo disciplinar por falta de assiduidade.

Incentivos à fixação na periferia

No conjunto de diplomas aprovados integra-se o que prevê a obrigatoriedade de aceitação da nova colocação em serviços desconcentrados do mesmo departamento ministerial ou em autarquias locais.

O diploma proíbe a acumulação de abonos e a cessação de situações prolongadas de percepção de ajudas de custo.

Como principais incentivos à fixação na periferia estabelece-se os subsídios de deslocação, de fixação e de residência. Como incentivos não pecuniários prevê-se a garantia de transferência dos filhos e sua inscrição sem obediência ao «numerus clausus» e a preferência na colocação do cônjuge.

Este decreto-lei divide o País em zonas periféricas e gradua os incentivos de acordo com as diversas zonas.

O plenário de ministros aprovou o decreto-lei que prevê e regula a possibilidade da constituição de excedentes da Função Pública, «em consequência das medidas de racionalização de determinados organismos agora adoptadas».

O diploma aprovado caracteriza as situações e medidas que darão origem à constituição de excedentes e sujeita esta a publicação de diploma legal, define os critérios objectivos da constituição de excedentes – da menor antiguidade para a maior – as formalidades a observar na aquisição da qualidade de excedente, e determina a colocação do pessoal excedentário em quadros interdepartamentais criados junto dos serviços de organização e pessoal de cada Ministério. O decreto-lei aprovado define ainda o regime de cessação da qualidade de excedente e os direitos e deveres dos funcionários como tal qualificados.

Um outro decreto-lei aprovado neste plenário introduz a «auditoria de gestão», cria mecanismos de pesquisa, extinção de serviços cuja finalidade se tenha esgotado ou que prossigam objectivos complementares, paralelos ou sobrepostos, disciplina o preenchimento dos quadros e reforça o congelamento da admissão de pessoal para lugares dos quadros.

O diploma em causa estabelece ainda como uma das exigências para a criação ou reorganização de serviços públicos o não acrescimento de encargos globais para o respectivo Ministério.

Um outro decreto-lei, que visa racionalizar, uniformizar e aperfeiçoar o regime do concurso na Função Pública, cria a obrigatoriedade do concurso como processo de recrutamento e selecção normal e define a constituição do júri, sua competência e seu funcionamento.

Alta Autoridade

Posse de Costa Brás amanhã

Costa Brás, coronel na reserva, toma amanhã posse do cargo de alto comissário contra a corrupção, designação dada ao titular da Alta Autoridade contra a Corrupção, criada há meses.

O acto de posse decorrerá às 10 horas na residência oficial do Primeiro-Ministro.

O diploma que regulamenta o funcionamento da Alta Autoridade contra a Corrupção, ontem aprovado, assegura a Costa Brás o «apoio necessário a um funcionamento eficaz».

CNS da Função Pública protesta

Poucas horas depois da aprovação destas medidas, a Comissão Negociadora Sindical da Função Pública exprimiu a sua condenação. «O Governo impôs assim uma política de factos consumados» – afirma aquela comissão, considerando que «os diplomas foram elaborados ao abrigo de uma autorização legislativa de 25 de Agosto que expirava no dia 24».

De acordo com aquele organismo sindical, «alguns dos diplomas agora aprovados põem em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores da Função Pública». Acrescenta a CNS que «o Governo teve 120 dias para elaborar, discutir e fazer aprovar estes decretos com a participação dos sindicatos» e não o fez.

ao telefone com

JOSÉ CASANOVA

"O agravamento da situação impõe a intensificação da luta"

José Casanova, um dos mais jovens elementos da Comissão Política do Comité Central do PCP, será um dos dois oradores do comício que a direcção da organização regional de Lisboa dos comunistas portugueses realizará logo à noite no Pavilhão dos Desportos, pelas 21 e 30. O outro orador será Álvaro Cunhal.

Ao telefone com José Casanova perguntámos o porquê deste comício, três dias depois de ter terminado, no Porto, o Congresso do PCP.

«É simples. A realização do comício resulta da necessidade de informar os trabalhadores e a população de Lisboa das conclusões do nosso X Congresso, realizado na capital do Norte.»

Qual o significado de o PCP ter efectuado o seu X Congresso no Porto?

«Isso mostra a influência cada vez maior do nosso partido no Norte do País. Devo dizer-lhe, de resto, que o facto de ali o termos realizado foi motivo de safistação para todos nós.»

Voltando ao comício de hoje à noite...

«Está a ver: impõe-se que o realizemos aqui a gora, também, porque é preciso ter em conta as tarefas que temos pela frente ligadas às orientações saídas do congresso e que requerem uma participação intensa e activa dos militantes do partido. O agravamento da situação política e social impõe a intensificação da resposta dos trabalhadores.»

Isso quer dizer que o PCP se vai empenhar a fundo na luta contra a política levada a cabo por este Governo?

«Sem dúvida. A luta não pára, não pode parar. E, na intensificação da luta, os comunistas têm um papel importante a desempenhar.»

Está prevista alguma forma de luta concreta?

«Muitas têm sido, e serão com certeza, as formas de luta. Como certamente sabe está marcada para a noite de 23 para 24 uma vigília contra o Natal de fome que este Governo quer impor aos trabalhadores. É uma iniciativa organizada naturalmente pelo movimento sindical unitário para os trabalhadores com salários em atraso, desempregados e todos os que são vítimas do roubo do 13.º mês. E, também, uma forma de protesto contra o aumento desenfreado do custo de vida. Uma iniciativa que apoiamos.»

Falando do congresso: que conclusões a tirar do modo como decorreu?

«Este X Congresso demonstra o conhecimento profundo que o nosso partido tem dos problemas existentes no País e das suas causas. Por outro lado, há que ter em conta as soluções e medidas necessárias, apontadas pelo congresso, que é preciso levar à prática para iniciar a resolução desse conjunto de problemas que preocupa todos os portugueses. Além disso, pensamos que este congresso revelou, de uma forma inquestionável, a capacidade do partido, a sua força, coesão e unidade. De resto, todo o processo de preparação e organização do congresso foi e é um exemplo do estilo de trabalho dos comunistas, um exemplo da ampla democracia interna do partido, demonstrada em dados como este: no distrito de Lisboa, a discussão das teses teve a participação de mais de 18 000 militantes em cerca de 1100 reuniões. Isto sem falar num conjunto de encontros com várias centenas de personalidades que, não sendo militantes do partido, connosco discutiram, deram opiniões, teceram críticas, num diálogo que nos pareceu positivo para ambas as partes.»

A cobertura que grande parte dos órgãos de Comunicação Social fez do congresso parece não ter agradado muito ao PCP...

«Não é exactamente assim. O que aconteceu é que houve um conjunto de representantes de OCS que, tendo tido a possibilidade de assistir a uma discussão aprofundada da situação que se vive no nosso país, a um debate colectivo, tentando encontrar soluções para essa situação, tendo tido oportunidade de assistir a tudo isso e de informar sobre quais são, de facto, as propostas comunistas, preferiram, em vez disso, preocupar-se com mexericos e intrigas que nada tinham a ver com o que se estava a passar no congresso. Isto é: tentaram espalhar e criar problemas que existiam apenas nas suas cabeças, na sua imaginação. Tentaram encontrar problemas onde havia, apenas, uma forte coesão e unidade, ignorando o fundamental.»

Ribeiro Cardoso

Gama em Madrid

Jaime Gama encontra-se em Madrid, onde chegou ontem procedente de Bruxelas, para participar na reunião anual do conselho hispano-lusitano.

No aeroporto, o ministro dos Negóios Estrangeiros português teve uma breve entrevista com o seu homólogo espanhol, Fernando Moran, mas não fez declarações aos jornalistas.

A reunião de trabalho das duas delegações começa esta tarde e termina amanhã, mas antes disso estava prevista uma audiência de Jaime Gama com o presidente do Governo espanhol, Felipe Gonzalez.

O tema das pescas é considerado o ponto mais sensível da agenda desta reunião, que tem como missão examinar a situação das relações bilaterais e o trabalho das comissões mistas. No entanto, fontes espanholas referidas pela ANOP, admitem a possibilidade de se poder chegar a algum acordo em matéria de pesca.

Entretanto, segundo o jornal «Cinco Dias», o ministro da Agricultura e Pesca espanhol, Carlos Romero, teve uma reunião no sábado, em Badajoz, com o ministro português do Mar, a que assistiram os directores-gerais de Pescas dos dois países.

Distrital de Lisboa do MDP/CDE

O mais triste Natal para os portugueses desde os anos negros do salazarismo

Num documento aprovado pela sua comissão executiva distrital de Lisboa, o MDP/CDE considera o agravamento da situação económica do País e a degradação das condições de vida dos portugueses como os aspectos dominantes do momento político, «que o Orçamento e o Plano para 1984 aprovados pela Assembleia da República trazem bem mais graves perspectivas».

O MDP/CDE salienta que este Natal «será o mais triste que os portugueses vão passar desde os anos negros do salazarismo», e cita a existência de trabalhadores sem receber salários, meio milhão de desempregados, pequenos comerciantes e industriais confrontados com uma população sem poder de compra, idosos e reformados com pensões de difícil subsistência, jovens sem esperança de trabalho, «tudo culminando com o espectro da fome que já reina em milhares de lares portugueses».

«O imposto extraordinário dos chamados 28 por cento foi uma violência fiscal que se abateu sobre os portugueses, que a Comissão Executiva Distrital de Lisboa do MDP/CDE considera exemplar como carecterização do actual Governo. «Demonstrando clara incompetência para conter o déficit das contas públicas nos anteriores limites orçamentais e acatando subservientemente as imposições do FMI, o Governo saca receitas sobre quantos vivem do seu trabalho, mas mantém, ao mesmo tempo, escandalosas benesses fiscais ao grande capital nacional e às multinacionais e um absoluto desinteresse pelo efectivo combate à fraude e à evasão fiscais».

O documento abalisa também a questão da adesão de Portugal à CEE e considera que os resultados da Cimeira de Atenas, «relativamente a este Governo s seus percursores da AD, os quais condicionaram opções económicas ao processo de integração, marcam uma profunda derrota política dos dirigentes de direita».

Na óptica do MDP/CDE, trata-se da «confirmação da sua miopia na avaliação dos interesses nacionais, quando de há muito era visível a inconsistência do projecto de adesão à CEE dilaverada por uma crise interna sem sinais de solução».

Outra crítica profunda, e que parece estar, infelizmente, a confirmar-se, relaciona-se com a actuação do Governo face aos novos países africanos de língua portuguesa. Sobre isto, o MDP/CDE considera que «a mesma linha de indevida avaliação dos interesses nacionais por parte do Governo, é responsável pelo deteriorar das relações com os países africanos de expressão portuguesa, em que se insere a cobertura dada à visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do regime racista da África do Sul ao nosso País».

Depois de acusar o Governo de tentar inculcar na consciência dos portugueses a ideia «mistificadora» de que não há ideia rectificadora, de que não há alternativa à actual política restritiva das capacidades produtivas nacionais», o MDP/CDE afirma que Portugal necessita de uma orientação política substancialmente diferente».

GRUPO PÃO DE AÇÚCAR

Somos 3000 Portugueses a desejar-lhe bom ano

Centro Comercial Pão de Açúcar · Minipreço · Pão de Açúcar · planco · jumbo · solnave

Mota Pinto fracassa em Bona

Alemães não aumentam auxílio militar

Foi um fracasso a visita do vice-primeiro-ministro à RFA. As autoridades oeste-alemãs recusaram um pedido de Mota Pinto para aumentar a ajuda militar a Portugal, em troca das facilidades concedidas na base de Beja.

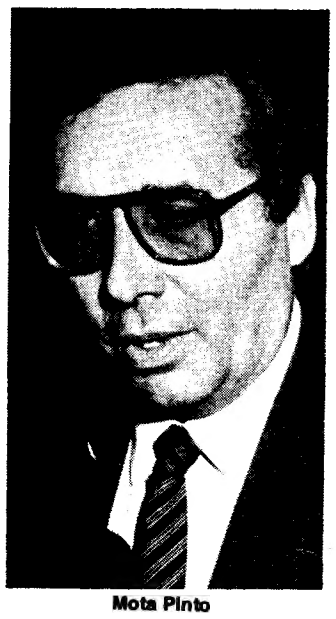
O ministro da Defesa alemã, Manfred Woerner, que ontem recebeu Mota Pinto, manifestou a intenção da RFA de estabilizar o auxílio militar a Portugal, grande parte dele em material de segunda mão e em aviões obsoletos, no seu actual montante de dois milhões e 250 mil contos (45 milhões de marcos).

Em contrapartida a RFA também não se mostrou interessada em alargar a utilização da base de Beja, que actualmente serve para treino de pilotos e para testes com os novos aviões Alpha Jet.

A cooperação luso-alemã em termos militares está formalizada num acordo de defesa vigente desde 1977 e válido até Junho de 84.

Entre outro material, nomeadamente munições e armas anticarro, a RFA entregou a Portugal aviões Fiat G 91, aviões que já não eram fabricados por serem «obsoletos».

A recusa da RFA em aumentar o auxílio militar a Portugal era criticada já em 1981 pelo presidente da Comissão Parlamentar de Defesa do Bundestag. Este afirmava ser ilógico o auxílio militar de 45 milhões de dólares a um país aliado como Portugal, quando a Nicarágua recebia 156 milhões de marcos.



Mota Pinto

Tolerância de ponto nos dias 26 e 2

O Governo autorizou ontem a não comparência ao serviço nas segundas-feiras imediatas aos dias de Natal e Ano Novo.

Esta decisão foi tomada em Conselho de Ministros, pelo facto de aquelas datas festivas coincidirem com domingos. Os serviços da administração pública serão instruídos no sentido de ser assegurada a tolerância de ponto.

CDS-Madeira:

João Jardim é um ditador com tiques hitlerianos

O CDS madeirense acusou hoje, no Funchal, o presidente do Governo Regional de «assumir-se como um ditador, pelos seus gestos, atitudes, linguajar e tiques hitlerianos.»

Para o CDS-Madeira, João Jardim não vai mais longe «nos seus excessos despóticos porque a tanto o impedem as circunstâncias e o regime político vigente».

Em comunicado emitido a propósito das declarações proferidas segunda-feira à ANOP por João Jardim que acusou o CDS/Madeira de «bando de fascistas», os centristas acrescentam: «Tais acusações, porque despropositadas, descabidas e inverdadeiras, não deixaram de espantar a opinião pública, porquanto tal tipo de linguagem, não só é mais próprio do PCP ou dos extremistas-esquerdistas, mas ainda porque o CDS tem mantido uma actuação equilibrada e responsável, cívica e europeia».

Afirmando «não ter pressa na difusão do seu ideal democrata-cristão», o CDS madeirense acusa alguns responsáveis do PSD de, em campanhas eleitorais anteriores, terem cometido as «arruaças» que João Jardim pretende atribuir aos centristas.

Consideram que o sistema político na Madeira «sobrevive à custa do medo, da perseguição, dos saneamentos, da informação policial partidária, do compadrio, do controlo dos meios de comunicação social, duma determinada fraude eleitoral e especialmente duma máquina dirigista-plutocrática em que só vencem na sociedade os que são do PSD e perfilham, nas suas estruturas, dos conceitos do líder».

Câmara Municipal de Lisboa desaloja famílias inteiras

Um grupo de famílias, uma das quais com 5 crianças, sendo uma deficiente, alojadas numa creche da zona de Palhavã em consequência das cheias de 7 de Dezembro, correm o perigo de passarem o Natal ao relento.

Com efeito, estas famílias, anteontem foram convidadas a abandonar a creche onde estão alojadas sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, voltarem para as casas donde foram retiradas na madrugada de triste memória pelos bombeiros, por razões de segurança.

Ontem, estas famílias foram recebidas pelo presidente da edilidade lisboeta, Nuno Abecasis, que mais não fez, senão, confirmar a decisão de «despejo».

Entretanto, o presidente da Junta de Freguesia da Marvila tentou interceder junto do presidente da CML em favor destas pobres famílias, mas este recusou a receber o presidente da Junta de Freguesia de Marvila, dizendo «que a audiência em nada alteraria a posição da CML».

Em ALJUSTREL o Diário de Lisboa vende-se no CAFÉ ALIANÇA

UMA PRENDA MUITO ESPECIAL!

«COMO SE FORA SEU FILHO»

O ÚLTIMO ORIGINAL de ZECA AFONSO

PRODUZIDO E EDITADO POR Sassetti
TAMBÉM EM CASSETTE

SEJA SUPER MILIONÁRIO COM A SUPER

LOTARIA DO NATAL

TALUDA

200.000 CONTOS

DIA 23 DEZEMBRO ANDA A RODA

DOSSIER

Rádios livres: a um passo da legalização?

Diversidade de projectos em busca de um espaço próprio

Entre a prestação de um serviço às comunidades locais e a reinvenção de uma linguagem radiofónica, as rádios livres lutam pela criação de um espaço próprio, na diversidade das suas trajectórias e projectos.

«Clandestinidade? Não sabemos o que isso é!...»

Proscritas pela lei, as rádios livres querem a liberdade, e ousam afirmá-lo na regularidade das suas emissões.

Mas não faz rádio quem quer, em Portugal. E os serviços técnicos dos CTT, responsáveis pela fiscalização do espaço rádioeléctrico, não abrem excepções.

As «perseguições» não silenciaram a voz dos que persistem em inventar espaços próprios de trabalho, reflexão, criatividade. E tiveram «mérito» de trazer para primeiro plano a existência de um movimento ainda recente, mas rico de experiências.

A história começa em 1979, quando um homem só, de nome José João Farinha, inicia a sua «aventura individual» nas ondas da Rádio Imprevisto a Odivelas:

«Eera uma ideia, um ideal, uma vontade», afirma.

Dois anos depois, dir-se-ia que o apelo foi ouvido: a Rádio Caos faz-se ouvir nos céus do Porto a partir de meados de 1981, como espaço de debate e reflexão: «Uma tentativa de libertar a rádio de certo formalismo», segundo Bernardino Guimarães.

O ano de 1982 é testemunha da «grande explosão». Em Janeiro, soa a vez de Abrantes: Rádio Antena Livre lança-se à conquista do concelho e áreas limítrofes, fazendo-se ouvir em Gavião, Constância, Vila Nova de Ourém e Torres Novas.

«A rádio pode ser porta-voz das aspirações de um pequeno meio, sustenta António Colaço, um dos seus animadores.

Rádios livres em Portugal: um desafio assumido conscientemente

Novas linguagens.

Um mês depois, a 2 de Fevereiro, Rádio Universo nasce em Canelas, freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia. Mário Pereira e Manuel Pinto da Silva são os obreiros de um projecto apontado à própria freguesia:

«Estamos votados aos interesses sócio-económicos de Canelas», reconhece Mário Pereira.

Já este ano, em 25 de Abril, Américo Mascarenhas e José Luís Cardoso concretizaram em Lisboa «um projecto de rádio nascido para Portugal nos bastidores da luta pela liberalização das ondas hertzianas em França». Rádio Livre Internacional sai de Lisboa («a cidade estava a ser apertada para nós») e fixa-se em Coimbra, onde emite a partir do circuito das Repúblicas.

Até que uma recambolesca acção dos serviços de fiscalização dos CTT a deixa sem emissor. «Por pouco tempo», garantem-nos.

«A rádio livre irrompe como um novo tipo de comunicação, mais do que como alternativa ao anódino sistema de radiodifusão já existente», lê-se no boletim da comissão coordenadora nacional das rádios livres.

Nesse espaço, as rádios livres «têm de ser órgãos de comunicação escorreita, palcos de linguagem novas, canais de criatividade e intervenientes no quotidiano de todos nós.

Ou, se quisermos, «próximas do ouvinte, esforçando-se para que ele tenha acesso aos microfones».

Rádio como aventura

Todas as rádios livres reivindicam para si e para o seu trabalho esta preocupação concretizada de modos diversos.

Há diferenças de opinião, evidentemente. E concepções divergentes quanto ao trabalho radiofónico.

Mas existe também uma convivência para além dos projectos e objectivos específicos. Ela tem vindo a ser laboriosamente construída, e beneficia da circunstância dos espaços de intervenção não se tocarem.

Os animadores das rádios livres sabem-no, e tiram dessa situação o maior partido possível: o boletim de coordenação está à disposição das diversas rádios livres, que dão a conhecer «um pouco de si e das suas diferentes propostas».

Esse aberto confronto de ideias, concepções e práticas, encontra ainda maior expressão na avaliação do projecto de legalização e regulamentação da actividade das rádios livres, de que falaremos amanhã.

Se a diversidade de posições não constitui um obstáculo insuperável ao diálogo e ao desenvolvimento de acções colectivas, um «segredo» haverá para isso. E existe, de facto, embora nada tenha de transcendente: ele está no empenho ou na paixão com que todos constroem no quotidiano uma nova forma de fazer rádio. Como aventura, se quisermos utilizar uma expressão grata aos responsáveis da Rádio Caos.

Cultura de sobressalto

«Não há menoridade no trabalho das rádios livres», defende António Colaço. A aposta reside, pois, na transformação de um quotidiano, através de uma reflexão sobre a realidade do próprio meio.

Em Abrantes, a fórmula da «rádio regional» tem a preferência dos que a fazem: «O problema de fundo é o da descentralização não só do poder, mas da cultura e da vida.»

Talvez por isso, as relações com a autarquia são boas desde o princípio da Rádio Antena Livre, como nos refere Sousa Casimiro:

«Fomos a primeira rádio a receber apoio da assembleia municipal, em Maio deste ano, o que não significa que haja contrapartidas da nossa parte em termos de liberdade de movimentos.»

Quatro meses depois, Rádio Universo, em Canelas (Gaia), suscitava idêntico apoio da parte de uma assembleia de freguesia:

«Pugnamos por vir a ser uma peça do processo do que se pretende uma futura rádio descentralizadora e regionalista, efectivamente virada para os interesses locais», afirma Mário Pereira.

E se a Rádio Imprevisto, em Odivelas, ao querer existir «para sensibilizar as pessoas», não se afasta muito das preocupações das outras rádios livres, já a Rádio Caos enuncia outros objectivos e intenções.

«A cultura que uma rádio pode transmitir é, antes do mais, a cultura do sobressalto; não deixar o ouvinte num descanso excessivo», proclamam os «aventureiros» da Rádio Caos.

Informação alternativa

A proposta é sedutora: acabar com o «ouvinte passivo e com a rádio activa».

E se a preocupação «é dar o máximo de liberdade ao 'ouvinte', permitindo-lhe a entrada no estúdio», como explica Júlio Seixas, o resultado só pode ser uma forma de fazer rádio espontânea, imprevista, inesperada, contracultural, em suma.

«Não temos ambição de fazer rádio local», adianta Bernardino Guimarães. «A nossa vocação é de natureza cultural em sentido amplo, alternativa. O que queremos é libertar um certo imaginário, numa dinâmica diferente».

Numa linha muito próxima, Américo Mascarenhas, da Rádio Livre Internacional, projecta no interior do País a experiência das rádios livres francesas:

«A nossa opção é no sentido do intercâmbio entre as culturas do mundo inteiro.»

O corolário lógico desta visão «internacionalista» é a «importância conferida à informação alternativa, pois temos apoios fortes de rádios livres francesas, de quem recebemos programas em primeira mão».

Uma preocupação de qualidade, que foi cortada cerce em 27 de Outubro passado, quando os serviços técnicos «roubaram» (o termo é de Américo Mascarenhas...) o emissor da RLI colocado na República «O Trunfo é Copos».

Na hora presente, à excepção desta rádio, prosseguem as emissões regulares em Abrantes, Porto, Canelas e Odivelas, apesar da fiscalização ter intensificado a sua acção nos últimos tempos.

O processo, porém, parece imparável e nem sequer terá causado muita surpresa o recente aparecimento de um projecto de legalização das rádios livres, subscrito por dois deputados.

Projecto útil e positivo, polémico e criticado, na múltipla leitura que fazem os que nele são contemplados.

Carlos Pessoa

As mil e uma maneiras de fazer rádios livres

Uma presença regular, e tanto quanto possível de qualidade, é o que as rádios livres procuram assegurar junto de quantos sintonizam os receptores para as ouvir.

Em Abrantes, uma equipa de 14 pessoas garante a ida para o ar de uma grelha de programas, todas as sextas-feiras (das 22 horas à uma da madrugada) e domingos (das 17 às 22 horas). Em FM e em estereofonia, nos 101 Mhz, Rádio Antena Livre propõe sínteses noticiosas nacionais e regionais, dá a palavra ao ouvinte, relata os acontecimentos desportivos, pensa nos mais pequenos, divulga jazz, entrevista pessoas e apoia as manifestações da cultura popular.

Um senão, em toda esta fervilhante actividade: uma multa de 50 contos abalou momentaneamente o funcionamento regular da emissora e obrigou, por uma questão de precaução, à gravação prévia dos programas. Ganha-se em segurança, perde-se possivelmente em «frescura».

Em Coimbra, é o silêncio. Depis da apreensão do emissor pelos serviços técnicos dos CTT, resta o trabalho para regressar ao convívio com os ouvintes.

Antes da paragem, uma programação de quatro a cinco horas diárias punha no ar música reggae e africana, sem excluir o rock, o jazz, «teatro radiofónico» e o que Américo Mascarenhas classificou de «delírio radiofónico». Sem rigidez, iam passando pela Rádio Livre Internacional convidados, actividades culturais da cidade e um serviço de noticiário.

Rádio Universo, emitindo nos 102 Mhz a partir de Canelas, intercala, nas horas de emissão (quintas-feiras, das 20 às 22 horas e ao domingo, das 10 às 13 horas), música com reportagens de rua, divulgação dos levantamentos etnográficos com entrevistas, debates com os discos pedidos, numa clara preocupação de responder às necessidades e interesses dos habitantes da freguesia. Uma equipa de sete pessoas participa nesta «aventura».

Rádio Caos está no ar toas as madrugadas de sábado, logo após o fecho da emissão televisiva. A programação, captável nos 102 Mhz-FM, é feita em directo, sem um quadro muito rígido. Os seus animadores insistem nesta ideia: um «happening» de abertura, no interior do qual as rubricas, acontecimentos, reportagens e textos a que se atribui enorme importância, vão fluindo, numa permanente preocupação de agir sobre o real, descodificando-o e sugerindo novas pistas para a sua compreensão.

Rádio Imprevisto, pelo contrário, é o fruto de uma «aventura individual», que tem José João Farinha como protagonista. «Uma grande "mania" da rádio», como ele próprio afirma. O resultado dessa persistência, inalterável ao longo dos últimos quatro anos, é uma emissão semanal de rádio, nos 102 Mhz, a partir das 22 horas, durante duas a duas horas e meia. Programação quase totalmente coberta com música própria ou «emprestada por amigos», intercalados com textos identificaticos da Rádio Imprevisto.

No presente, a sobrevivência de todas as rádios livres é garantida pela quotização dos seus membros e associados, através de verbas que permitem resolver o problema da manutenção de equipamentos, praticamente a única despesa significativa. Nenhuma das pessoas que participam na feitura das rádios livres vive, presentemente, dessa actividade.

de ontem para hoje

PJ de Coimbra desmantela quadrilha

A Polícia Judiciária de Coimbra desmantelou uma quadrilha que se dedicava ao furto de automóveis, cujos elementos identificativos viciava e depois vendia no mercado de carros usados. Em comunicado, a PJ refere que a neutralização da quadrilha surgiu na sequência da descoberta, há algum tempo, em Vieira de Leiria, distrito de Leiria, de um automóvel viciado e com matrícula falsa, contendo diversas ferramentas suspeitas. Na sequência das investigações que a partir de então foram realizadas, acabaram por ser detidos três indivíduos de 23, 27 e 43 anos de idade, cuja prisão foi mantida judicialmente. O comunicado da PJ acrescenta que, mais tarde, se apurou que os três detidos integravam uma quadrilha de 17 elementos, todos já identificados e procurados pela Polícia. Um dos detidos é um negociante de carros usados e proprietário de uma oficina que encomendava os carros furtados a outro indivíduo, também preso, o qual, por sua vez, recrutou várias pessoas para essa actividade. Os automóveis eram furtados na área da Grande Lisboa, de noite e por intermédio de chave falsa, sendo depois entregues ao autor da encomenda, em cuja oficina, situada na zona Sul do País, eram transformados e, posteriormente, vendidos na região Centro. A PJ de Coimbra refere, ainda, que foi apreendido diverso material bem como 12 veículos, no valor de 1800 contos, que já foram restituídos aos seus legítimos proprietários.

Soldado colhido por um comboio

PORTO, 21 – Pelas 5 horas e 20 de hoje, quando circulava a pé pela linha férrea, junto do apeadeiro de Coimbrões, em Gaia, o soldado Joaquim Vieira Teixeira, de 21 anos, que residia no lugar dos Bairros, em Castelo de Paiva, foi tocado de raspão por um comboio, tendo morte imediata. Os Bombeiros Voluntários de Coimbrões procederam ao transporte do cadáver para a casa mortuária do Hospita, de Gaia, depois de cumpridas as formalidades legais.

Senhora retirada do Douro

PORTO, 21 – Pouco antes da meia-noite de ontem, a Companhia de Sapadores Bombeiros de Vila Nova de Gaia retirou das águas do Douro Estrela Monteiro de Sousa, de 50 anos, do lugar do Registo, em Quebrantões, Oliveira do Douro, Gaia. Desconhece-se o motivo do «mergulho» no Douro, sabe-se, no entanto, que a senhora, depois de tratada no Hospital de Gaia, pôde regressar a casa.

Pescas: consequências da falta de acordo

Cerca de 40 pessoas, entre armadores e pescadores da Ilha Cristina, ocuparam a sede do município desta localidade da província espanhola de Huelva para reclamar o pagamento de subvenções e um acordo de pesca com Portugal.

A atitude destes pescadores, dedicados a arte do longueirão e do cerco, foi tomada segunda-feira numa reunião com todo o sector pesqueiro, devido à falta de pagamento desde há dois meses das subvenções prometidas pelo Governo.

A frota dedicada a este tipo de pesca, é composta por 39 barcos que se encontram paralisados há quase um ano em virtude da falta de acordo pesqueiro entre Espanha e Portugal.

Azeitona de Estremoz: produção baixa

O responsável pela zona agrária de Estremoz disse que a produção de azeitona na região será este ano inferior em 60 por cento em relação à de 1982.

Firmino Comprido considerou que esta quebra, após a boa colheita do ano anterior, deve-se à seca prolongada (quatro anos) e às temperaturas elevadas registadas no verão e no início do Outono.

Apenas dois dos quatro lagares de Estremoz estão presentemente em laboração.

Sismo (fraco) no Algarve

Um sismo de fraca intensidade foi sentido na madrugada de hoje na região algarvia – confirmaram fontes meteorológicas do aeroporto de Faro.

Desconhecem-se a intensidade e epicentro do sismo, que foi sentido em algumas regiões algarvias.

FUP denuncia atentato político

A FUP revelou que Delmiro Cruel, seu militante e membro da comissão de trabalhadores da Fábrica Escola Irmãos Stephens da Marinha Grande, foi «vítima de um cobarde atentado político».

Num comunicado, a FUP revela que Delmiro Cruel se encontra em estado de coma no hospital de Covões em Coimbra, e que «o crime se deveu ao facto de vir a desenvolver uma destacada acção laboral e política à frente da GT da Stephens, com forte influência no sector vidreiro, numa oposição frontal ao patronato e ao reformismo».

A FUP protesta contra «este miserável atentado a um militante anticapitalista e revolucionário», acrescentando que «tudo fará para que tal crime não fique impune».

Delmiro Cruel foi internado no hospital de Covões no dia 11, procedente do Hospital Distrital de Leiria e apresenta graves lesões cerebrais, pelo que o seu prognóstico é reservado, informaram à ANOP no estabelecimento coninbricense.

Havia um guarda da PSP envolvido

PJ do Porto desmantelou rede de tráfico de haxixe

Após aturadas diligências, a Polícia Judiciária do Porto, por intermédio da sua secção regional de investigação do tráfico de estupefacientes, desmantelou mais uma rede de traficantes de haxixe que se abasteciam em Marrocos e vendiam a droga no Porto. De referir que, no «negócio» aparece envolvido um agente da PSP do Porto, facto a que não será alheia a circunstância de um dos arguidos ser enteada do comandante da PSP de Braga.

Tudo começou a partir da captura de três suspeitos que se encontravam dentro de uma carrinha estacionada na Rua de Morgado de Mateus, no Porto, conforme aliás, foi noticiado em devido tempo pelo «DL». Eram eles: o serralheiro Fernando Manuel Adriano Coelho, de 26 anos, da Rua das Eirinhas, 181; a empregada de mesa Maria Manuela Laidley de Cerquinho Firmino (a tal enteada a que fizemos referência), de 20 anos, moradora na Rua de Antero de Quental, 797-1, no Porto; e o servente da construção civil Rui Manuel Alves de Freitas, de 21 anos, do Bairro de S. Roque da Lameira, bloco 36, entrada 287, casa 11.

Capturados pelo pelotão de segurança da PSP, os indivíduos transitaram, de seguida, para as prisões da Polícia Judiciária que, através das suas investigações, conseguiu reunir elementos de prova para incriminar também o vendedor Manuel Guilherme Moreira de Almeida, de 28 anos, da Rua de Roriz, 457, e Maria Filomena da Silva Ferreira da Cunha Almeida («a Filu»), de 28 anos, residente com o anterior.

Para além disso, há ainda cerca de uma dezena de indivíduos que em maior ou menor grau estão indiciados como pertencendo à «rede», mas que continuam em liberdade até ao julgamento . As investigações revelaram também que nas várias deslocações feitas além fronteiras, designadamente a Espanha e Marrocos, a Maria Manuela Laidley era quem transportava a droga, escondendo-a nas suas partes íntimas, o que não evitou, no entanto, que, pelo menos uma vez, fosse descoberta pela polícia marroquina e, por isso, obrigada a pagar a respectiva multa.

No tocante ao referido guarda da PSP envolvido no «negócio», diz-se que o mesmo fornecia a droga quer à Maria Manuela Laidley, quer a outras raparigas que com ela privavam com o intuito de a (s) seduzir a manterem relações sexuais consigo. Droga essa que o guarda havia apreendido a alguns consumidores, no cumprimento da sua missão.

O processo foi já dado por concluído, devendo dar entrada no Tribunal antes do fim do ano.

Angelo de Trancoso e empregada salvaram-se

Motim da cadeia de Custoias: sete condenados, cabecilhas à solta

Concluiu-se ontem, de manhã, no Tribunal de Matosinhos, o julgamento de nove dos indivíduos suspeitos de implicação no motim de Custoias, ocorrido em 19 de Setembro de 1977. Conforme foi noticiado pelo «DL», tais indivíduos estavam acusados da prática de um atentado contra a liberdade de um magistrado judicial e de mais 34 crimes de cárcere privado. Discutida a causa, o tribunal presidido pelo juiz dr. Sousa Guedes isentou o comerciante Ângelo Ramos do Nascimento («Ângelo de Trancoso») e a sua empregada, Júlia Moura Nogueira, de qualquer responsabilidade no motim, considerando, ao mesmo tempo, que «não foi possível apurar quem havia sido a pessoa ou pessoas que introduziram as armas na Cadeia de Custoias», apesar de, como dissemos, as investigações realizadas pela Polícia Judiciária do Porto apontarem, precisamente, para o Ângelo e para a sua empregada.

Para a graduação das penas aplicadas aos restantes réus, os magistrados levaram em conta não só o conjunto de agravantes (premeditação, dano e repartição pública), mas, sobretudo, o relevo das atenuantes. José Maria Bernardo Pinto («o comandante Pinto»), considerado como o principal responsável pelo motim e que foi julgado à revelia, mercê do facto de ter logrado escapar da cadeia onde se encontrava detido, foi condenado em 11 anos de prisão. José Gabriel Ferreira de Gouveia e Castro («o Blonde») e Aurélio Duarte Lourenço, também julgados à revelia e ausentes em parte incerta, foram condenados em 10 anos de cadeia cada um.

Quanto os réus que compareceram a julgamento e «confessaram, parcialmente, os factos, mostraram arrependimento e provaram ter bom comportamento posterior ao motim», o tribunal condenou-os do seguinte modo: Carlos dos Santos Favas e José Ferreira da Silva («o Preto») em sete anos de prisão cada, e Manuel Rodrigues de Sousa («o Nelo») que foi julgado também por um crime de posse de arma de guerra, em sete anos e dois meses de cadeia e, por último, Albino Felisberto de Oliveira e Silva (com a antenuante de, em dado momento da acção delituosa, ter libertado o director-interino da cadeia e o respectivo chefe dos guardas prisionais) foi punido, apenas, com quatro anos de prisão.

Para além das condenações referidas, cada um dos réus vai ter de pagar 12 contos de Imposto de Justiça e uma multa equivalente a dois anos de cadeia, à razão de 60 escudos por dia, mais uma indemnização a cada um dos 34 reféns, pela forma seguinte: aos membros do conselho técnico, 30 contos a cada um e aos restantes, 20 contos, e, ainda, idêntica quantia a favor do Estado pelos danos causados.

Contra os réus julgados à revelia foram já passados os respectivos mandatos de captura, esperando-se, por isso, que os mesmos venham a ser cumpridos e não caiam no esquecimento como tem sucedido com tantos outros. Por outro lado, será oportuno referir que está em curso um inquérito, no âmbito da Directoria do Porto da Polícia Judiciária, sobre as declarações produzidas em tribunal pelo subinspector Júlio Regadas que, entre outras coisas, insinuou que o processo do motim de Custoias havia sido viciado pelo seu colega, também subinspector da mesma Polícia, encarregado da instrução, pelo facto de o mesmo ser comunista.

Câmara pretende disciplinar trânsito

Rua Augusta só para peões já no próximo ano

— Estacionar na "baixa" passa a ser pago e de curta duração

A Rua Augusta, na baixa lisboeta, será encerrada ao trânsito já no próximo ano. A decisão foi tomada no âmbito de um conjunto de medidas para o trânsito da capital ontem aprovadas, com a abstenção da APU, em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Lisboa.

O encerramento da Rua Augusta integra-se num plano que inclui o alargamento dos passeios do Rossio, e das Ruas da Prata e do Ouro. O objectivo geral é o de contemplar a «comodidade e a segurança dos peões» na baixa pombalina.

Esta proposta fazia parte de um plano elaborado pelo vereador socialista Alberto Vila Nova, que tem o pelouro do trânsito. Trata-se, no fundo, na óptica do seu autor, de um conjunto de princípios e medidas de gestão da via pública, visando a melhoria da circulação rodoviária em geral e dos transportes públicos em particular.

A medida, segundo creem os seus apoiantes, reduzirá drasticamente os estacionamentos por longos períodos na via pública, facilitando, em contrapartida, os estacionamentos de curta duração e grande rotatividade.

As medidas deverão ser implementadas a partir de meados de 1984 através de uma experiência-piloto na zona do Chiado, com estacionamento pago e limitado no tempo, sendo depois alargada à baixa pombalina e, a prazo, a outras zonas penalizadas da cidade.

Um elevado número de viaturas particulares serão deixados, em consequência, nos parques periféricos dissuasores existentes e a criar, segundo entendem os vereadores socialistas.

A aplicação do plano agora aprovado acarreta, ainda, a criação de uma empresa municipalizada de estacionamento, «com o fim de administrar e fiscalizar o sistema a implementar». Mas, recorde-se, existe já uma empresa privada que tem a concessão de exploração dos parques de estacionamento da cidade.

APU pretendia medidas de fundo

A abstenção da APU face ao plano proposto ficou a dever-se, de acordo com a declaração de voto expressa, ao facto de «as medidas propostas serem meramente conjunturais». «A situação em Lisboa» – entendem os vereadores da APU – «pede convergentemente medidas estruturais e conjunturais».

No domínio das medidas conjunturais a adoptar, os eleitos daquela força política incluem uma nova lógica no planeamento urbanístico e dos transportes, no sentido de que os postos de trabalho sejam afastados do centro da cidade.

Uma outra medida estrutural será a criação de parques dissuasores na periferia, com fácil rebatimento para os transportes públicos.

Uma das principais críticas tecidas pela APU ao plano agora aprovado deve-se ao entendimento de que a instituição de tarifas para estacionamento na baixa correspondem à legalização do que antes se fazia com carácter selvagem. «Ele não é impedido mas sim tarifado» – dizem claramente.

Uma omissão grave nas medidas previstas, entendem ainda os vereadores da APU, verifica-se no domínio das cargas e descargas, «onde é preciso ser arrojado», ou seja, fazê-las coincidir com os períodos de menor afluência ao centro.

Uma outra preocupação é a do aumento da velocidade comercial dos transportes públicos. Por isso, deveriam ser criados corredores reservados a autocarros, cabendo à Carris a criação de mais carreiras tipo «Expresso».

APU convidada a gerir Habitação

Socialistas de Faro confirmaram suspensão dos seus vereadores

Os vereadores do Partido Socialista da Câmara Municipal de Faro suspenderam ontem os seus mandatos por um período de seis meses, confirmando o que tinham anunciado previamente.

Gameiro Alves e Francisco Farinha entregaram ao presidente daquela autarquia algarvia, Negrão Belo, do PSD, uma carta anunciando a sua decisão.

Meia hora depois, aqueles dois vereadores do PS abandonaram a sala de reuniões e não quiseram prestar declarações aos jornalistas, além da confirmação da entrega da carta.

O dirigente social-democrata José Vitorino caracterizou, na Rádio Renascença, o pedido de demissão dos vereadores socialistas da Câmara de Faro como «incapacidade em aceitar uma derrota».

José Vitorino referiu o que considerou a «incapacidade do PS em aceitar a sua derrota nas eleições autárquicas e de, por isso, não só recusar colaborar com a vereação vencedora (PSD), como até, fomentar constantemente um clima de instabilidade».

APU convidada para habitação

O presidente da Câmara Municipal de Faro, Negrão Belo, convidou, entretanto, o vereador da APU, Eurico Antunes, em regime de permanência para o pelouro da habitação daquela autarquia algarvia.

O convite foi endereçado no decorrer da reunião do executivo da CMF, em que os vereadores do Partido Socialista pediram a sua suspensão por um período de 180 dias.

Na mesma reunião foi lançada a hipótese de uma nova redistribuição de pelouros, tendo a APU reivindicado os pelouros do mercado e do ensino.

O presidente da edilidade convidou a APU a apresentar um plano de trabalho que se integre no funcionamento geral da autarquia.

Com a retirada dos dois vereadores socialistas, a Câmara de Faro funcionará agora com dois vereadores da APU e três da AD.

comunicação social

Apesar de tudo

SJ acentua razões da AID

O Sindicato dos Jornalistas assinalou (posição ontem tomada) a proximidade no tempo entre a suspensão da actividade da Associação da Imprensa Diária (AID) e o início das negociações da contratação colectiva dos jornalistas.

A Direcção do SJ lamenta a decisão da AID e «interroga-se sobre as razões autênticas que terão levado a AID à suspensão de actividades».

O Sindicato reconhece, no entanto, a «oportunidade de um protesto público contra a política de Comunicação Social do Governo» que «conseguiu até agravar todos os problemas do sector sem resolver nenhum» e «nem sequer parece preocupado com a deserção da associação patronal».

Considera aquela atitude «significativa» porque «ou a AID, enquanto parceiro social, pouco ou nada significa para o Governo, ou a atitude da associação patronal beneficia os objectivos governamentais».

O Sindicato sublinha que a Associação da Imprensa Diária «protesta contra o Governo de forma espectacular», mas não apresenta publicamente qualquer alternativa.

«Conhecem-se os lamentos da associação patronal sobre a prática governamental, a qual mais tem visado acabar com os jornais diários, públicos e privados, do que viabilizá-los», mas não se conhecem grandes linhas de política para o sector preconizado pela AID – assinala o comunicado.

O Sindicato considera significativo que a suspensão de actividades possa «dificultar o esclarecimento público sobre as recentes divisões surgidas no interior da AID, que estarão na origem desta crise».

A terminar, o Sindicato sublinha que com a AID como interlocutora ou sem ela os jornalistas lutarão nos próximos meses pela melhoria das suas condições de vida.

O perfil do falcão

Continuação da pág. 3

E assim fica bem explicitada a exclusão de um chefe militar que, sendo de Abril, defensor da Constituição, leal ao Presidente da República – eleito maioritariamente pelo voto secreto e universal do povo português – não dispõe de perfil político, nem da confiança deste Governo que, a seguir à seca e às gravíssimas inundações, é a terceira calamidade que se abate sobre o povo português e a primeira grande e séria ameaça à estrutura apartidária das Forças Armadas.

Caído o pano sobre este acto, aguardávamos a nomeação do proximo CEME. Ele aí está, o homem-de-caserna, cheirando ao mofo das velhas polainas, de mangas arregaçadas e calão fácil, de mãos espalmadas na mesa e o olhar penetrante e frio de quem gosta de fazer sentir o peso da sua decisão. É um homem de direita, distante do Movimento das Forças Armadas, positivamente alheio ao 25 de Abril – condições mais do que suficientes para satisfazer as exigências do Primeiro Ministro, Secretário-Geral do Partido Socialista, líder incontestado, como se vem afirmando dia após dia, de toda a direita portuguesa com a agravante de se saber como esta é anticomunista, anti-socialistas, antieanista, antiabrilista e andtidemocrática por exclusão de partes.

O general Jorge da Costa Salazar Braga é o homem certo, na hora certa. Ele é o militar que de política «nada sabe» e que só fala a linguagem do militar. O que, em dedução plausível, nos permitirá concluir que se opõe ao uso da liberdade da opinião política, sobretudo quando ela, atrevidamente, se confunda com as propostas da Revolução de Abril e com a própria ideia de Democracia. Penosas situações irão resultar deste «perfil» para os Capitães de Abril e para os imensos militares que não desistem dos projectos de Abril.

Mas que ao menos possamos aguardar da sua reconhecida astucidade, do seu profundo conhecimento do mister militar, do seu comprovado espírito combativo e da sua proverbial capacidade de decisão, algo de positivo na liquidação dos velhos baronatos, que com pressões de toda a ordem têm vindo a entravar a acção dos vários departamentos do Estado Maior do Exército, e na redução à expressão real das dificuldades nacionais, das ambições desmesuradas de reestruturação do Exército, tão caras ao responsável do Departamento Operacional.

Se enquanto Quartel-Mestre as contestou na base de um claro e reconhecido desajustamento dos sectores da Logística e das Finanças a tais projectos megalómanos, que hoje, com todas as rédeas na mão, saiba e possa lançar os alicerces de um Exército funcional, equilibrado e ajustado aos compromissos possíveis no âmbito da política geral de Defesa Nacional.

Com votos de melhoras para os doentes

Ramalho Eanes visita hospital em Coimbra

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, desejou ontem em Coimbra, as «rápidas melhoras de todos os portugueses que se encontrem doentes».

Falando durante uma visita efectuada ao Hospital Geral do Centro Hospitalar de Coimbra (CHC), Eanes atribuiu significados simbólicos a essa visita, já que «não pode visitar todos os doentes deste país». «Desejo rápidas melhoras a todos os doentes e faço votos para que tenham não apenas os apoios que habitualmente se lhes dão, mas também as manifestações de carinho e de amor, em particular nesta data que para os portugueses tem significado especial», disse o Presidente da República.

Ramalho Eanes, acompanhado pela mulher, chegou ao hospital cerca das 16 horas, sendo aclamado por algumas dezenas de populares no exterior do edifício, à hora de entrada para visitas aos familiares internados.

Foi recebido pelos responsáveis do hospital e pelas autoridades civis e militares de Coimbra e descerrou uma lápida evocativa. João Moreno, presidente do conselho de gerência do CHC, em breve sessão de boas-vindas, historiou os momentos mais significativos da vida da instituição e apresentou algumas das suas dificuldades actuais.

Ramalho Eanes visitou as enfermarias do hospital, enquanto Manuela Eanes visitava a creche e mais tarde o «Portugal dos Pequeninos» e a Casa da Criança.

Um dos pontos em que Ramalho Eanes se deteve durante a visita que efectuou ao Hospital Geral do CHC, foi diante do monumento de homenagem ao poeta popular António Aleixo.

O monumento inaugurado em Agosto de 1978, recorda a estada no hospital, como doente, do conhecido poeta popular e ostenta a seguinte quadra: «Quem trabalha e mata a fome/ não come o pão de ninguém/ Quem não trabalha o pão que come-/come sempre o pão de alguém».

Entretanto soube-se que o casal Ramalho Eanes passará a noite de consoada em Lisboa, na companhia dos filhos e do pai de Manuela Eanes, Manuel Neto Portugal.

O almoço do dia 25 sera reaizado em Castelo Branco, desta vez na companhia da mãe do Presidente da República, Maria do Rosário Eanes.

O Presidente da República, como habitualmente, passará o fim do ano nas instalações de uma empresa e com os seus trabalhadores, mas ainda não foi decidido o local.

Conselho de Imprensa amanhã empossado por Eanes

Amanhã, ao meio-dia, são empossados pelo Presidente da República, o presidente do Conselho de Imprensa, juiz-desembargador Jorge Mendonça Torres, designado pelo Conselho Superior da Magistratura, bem como outros membros do mesmo órgão.

Esses membros são os seguintes jornalistas designados pelo SJ:

Abílio Marques Pinto («O Primeiro de Janeiro»), Rui Osório («Jornal de Notícias»), Adelino Cardoso («Diário Popular»), Edite Soeiro («O Jornal»), Fernando Cascais (ANOP) e Óscar Mascarenhas («Diário de Notícias»).

São ainda empossados os seguintes cidadãos de reconhecido mérito eleitos pela Assembleia da República: Francisco Seruca Salgado, José Augusto da Silva Marques, Raul Hermenegildo Alves, Luís Fernandes e Victor Manuel Caetano Dias.

O Conselho de Imprensa funciona desde 1975, tendo sido criado pela Lei de Imprensa (Decreto-Lei n.º 85-C/75 de 26 de Fevereiro de 1975). Posteriormente, em 1978, a Assembleia da República aprovou a Lei Orgânica do Conselho de Imprensa (n.º 31/78).

Segundo esta Lei, a duração dos mandatos dos membros agora a empossar será de dois anos para o presidente e jornalistas e de um ano para os cidadãos de reconhecido mérito.

Assembleia Distrital de Braga pede medidas contra peripneumonia

A Assembleia Distrital de Braga decidiu solicitar urgentemente às entidades responsáveis acções profilácticas sobre a peripneumonia.

A decisão visa a prevenção do aparecimento e propagação daquela doença no gado bovino existente na área da Subregião Agrária de Braga.

De acordo com a decisão aprovada na reunião, presidida por inerência pelo governador civil, Sousa Lopes, logo que essas medidas sejam concretizadas deverá ser permitido o acesso do gado bovino daquela subregião às feiras periódicas.

Nos considerandos do documento, salienta-se que o edital que interdita o acesso do gado bovino às feiras, mercados e exposições «é apenas e só um instrumento repressivo».

Além disso, considera-se que essa interdição «não defende a saúde pública por não evitar a comercialização do gado».

A presente questão foi já tema polémico, na semana passada, no concelho de Cabeceiras de Basto, onde os produtores de gado exigiram ao presidente do município medidas semelhantes às que ontem foram aprovadas.

Segundo os produtores, tem havido intermediários que se aproveitam da situação para comprarem gado a preço baixo e o comercializarem depois fraudulentamente contribuindo para o prejuízo dos ganadeiros.

Protesto de um jornalista

O director da emissora uruguaia fechada pelo regime militar pediu ontem asilo diplomático na Embaixada de Espanha em Montevideu, mas renunciou posteriormente à sua pretensão.

O jornalista José German Araújo, director da emissora «La Radio», entrou na sede diplomática espanhola, anunciou a intenção de fazer greve de fome e convocou uma conferência de imprensa.

Araújo disse ao encarregado de Negócios espanhol, Manuel Lorenzo, que a acção tinha como objectivo protestar pelo encerramento da estação emissora e pelas ameaças de morte que, disse, tem vindo a receber.

Posteriormente renunciou à petição de asilo depois de o diplomata espanhol o ter convencido da improcedência de fazer uma greve de fome numa Embaixada.

O encarregado de Negócios disse à EFE que Araújo não apresentou provas de estar a ser procurado pelas autoridades e que, por esse facto, nada o impedia de sair do país se estivesse em perigo.

O jornalista anunciou que visitará outras Embaixadas acreditadas em Montevideu, não já para pedir asilo, mas para explicar a sua preocupação e o seu protesto.

Só um presidente se absteve

Autarcas de Braga querem acesso aos seus processos

Os presidentes de Câmara do distrito de Braga decidiram solicitar ao Governo a concessão de facilidades para a consulta de processos existentes em Lisboa e referentes aos seus concelhos.

A pretensão foi ontem aprovada na Assembleia Distrital de Braga e vai ser enviada ao Primeiro-Ministro.

No documento, solicita-se ao Primeiro-Ministro providências para que sejam dadas instruções visando a possibilidade de os processos existentes nos serviços do Estado poderem ser consultados pelos presidentes das Câmaras «sob pena de sanção disciplinar para os funcionários ou agentes que impeçam essa consulta».

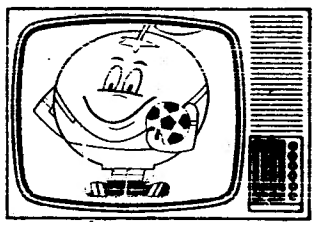
No documento é, contudo, ressalvado o aspecto de natureza militar com carácter reservado ou assunto classificado.

A proposta foi apresentada pelo presidente da Câmara de Esposende, Losa Faria, e aprovada com uma abstenção.

compre um televisor

A CORES É QUE É BOM!

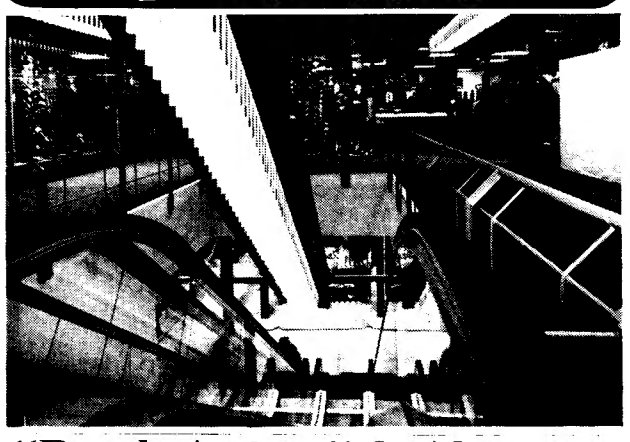
desde 48.500$



BEPALIZ

Rua Capitão Leitão, 47-A — Tel. 2761631 ALMADA

pessoas & factos



"Pão de Açúcar" de Alcântara transformado em centro comercial

O Pão de Açúcar transformou o seu hipermercado de Alcântar num novo centro comercial, que fica a ser o maior da zona ribeirinha da cidade.

Através da optimização da área existente e com a ampliação da áreas adjacentes foi conseguida não só uma maior capacidade de oferta do hipermercado, que passa a contar com garden center, padaria com fabrico próprio e brico center, como a implantação, ao nível do primeiro andar, de um bem conseguido centro comercial que inclui actividades tão diversas como cinema (em funcionamento a partir de Janeiro com dois estúdios), restaurante, sapataria, moda masculina e feminina, mobiliário, livraria, e muitas outras num total de 40 lojas, abertas ao sábado e domingo, incluindo o hipermercado.

O hipermercado Pão de Açúcar de Alcântara foi aberto em 1970. Em 1982 recebeu mais de um milhão de clientes.

Caixa Geral de Depósitos abre novas dependências

A Caixa Geral de Depósitos abriu novas dependências em Sousel, Manteigas e Mora, aumentando assim para 296 o número dos seus balcões no continente.

Estas novas dependências terão a seu cargo todas as operações normalmente praticadas pela Caixa Geral de Depósitos que é a maior instituição de crédito do País.

Após 36 anos de serviço na GM Tavares de Pina passa à reforma

Após 36 anos de serviço na General Motors, Tavares de Pina, responsável pelas Relações Exteriores daquela companhia, vai reformar-se.

Ao longo de muitos anos de contactos, Tavares de Pina, para além das suas qualidades profissionais, distinguiu-se sempre pelo magnífico trato pessoal que imprimia a todas as suas relações e designadamente no campo da comunicação social, onde só fez amigos.

Por isso, um grupo numeroso de jornalistas da especialidade e não só, quis assinalar a sua despedida oferecendo-lhe um almoço-convívio num restaurante de Lisboa e uma placa evocativa.

A oportunidade serviu também para apresentar informalmente José Roda Santos, que passará, a partir do dia 1 de Janeiro, a ocupar-se das Relações Exteriores da GM.

"O Constituinte" novo espaço na vida nocturna lisboeta

Lisboa dispõe de um novo e agradável local de convívio. é «O Constituinte», um bar «constituído» na Rua de S. Bento, 145, a poucas centenas de metros da Assembleia da República, pelo Mário Alberto e pela Margarida, duas figuras bem conhecidas dos meios artísticos lisboetas.

«O Constituinte» constitui o sítio ideal para jantar ou cear, ou, simplesmente, para tomar uma bebida, tanto só como em grupo, num ambiente aberto, alegre e descomplexado.

A frequência é muito variada, com predominância de gente ligada aos meios artísticos e intelectuais.

Gama insiste na CEE

Thorn, Mauroy, Thatcher, Khol vêm a Portugal até Junho

O presidente da Comissão Europeia, Gaston Thorn, e os primeiros-ministros da França, Grã-Bretanha e RFA visitam Portugal durante o primeiro semestre de 1984 – anunciou ontem Jaime Gama, em Bruxelas.

O ministro português dos Negócios Estrangeiros declarou que, durante um encontro com o presidente Gaston Thorn, e os primeiros-ministros da França, Grã-Bretanha e RFA visitam Portugal durante o primeiro semestre de 1984 – anunciou ontem Jaime Gama, em Bruxelas.

O ministro português dos Negócios Estrangeiros declarou que, durante um encontro com o presidente Gaston Thorn, obteve a garantia de que nos próximos seis meses, durante a presidência francesa, vai ser imprimido um novo ritmo, mais intenso, à negociação dos «dossiers» agrícola e de assuntos sociais e iniciar-se de forma efectiva a do «dossier» pescas.

«Obtive aqui em Bruxelas a noção clara de que a presidência francesa está altamente empenhada em fazer concluir, durante o seu mandato, os «dossiers» técnicos da negociação com Portugal para que esteja encerrada a negociação nos próximos seis meses. A Comissão e o presidente Thorn são também altamente favoráveis» – afirmou.

Jaime Gama disse considerar que «a partir daqui, o centro político de decisão da CEE são os três países economicamente mais fortes: a RFA, a Inglaterra e a França».

Acrescentou: «Temos tido prioridade no tratamento político e diplomático com os governos respectivos. No primeiro semestre de 1984 visitarão Portugal Pierre Mauroy, Margaret Thatcher e Helmut Khol, já convidados por nós nessa perspectiva».

O ministro português referiu que Gaston Thorn se deslocará igualmente a Portugal nessa altura.

Jaime Gama manteve contactos no âmbito da cooperação política com o ministro grego dos Negócios Estrangeiros e com os representantes francês e alemão federal, durante um jantar, onde esteve presente o vice-presidente da Comissão Europeia, Lorenzo Natali.

Tratou-se de «uma reunião sobre o balanço da cimeira de Atenas e a grande responsabilidade que passou a recair sobre os dirigentes europeus depois do fracasso de Atenas» – disse acrescentando que foram abordadas também as perspectivas que estão a ser trabalhadas para a obtenção duma solução comunitária quanto à problemática dos recursos próprios e para a política agrícola comum».

Relativamente ao encontro com Thorn, o ministro português disse ter manifestado a preocupação do seu governo sobre a cimeira de Atenas e insistindo na necessidade de se prosseguir a negociação dos três «dossiers» da agricultura, pescas e assuntos sociais.

Objectivos até 1988

Produção de cinco mil toneladas de tabaco

A empresa pública Tabaqueira tem como objectivo atingir em 1988 a aprodução de cinco mil toneladas de tabaco – revelou ontem um porta-voz da empresa.

O desenvolvimento desta actividade – acentua o porta-voz – proporcionará maiores rendimentos aos agricultores e economia de divisas ao país».

A produção de tabaco nacional que se iniciou em 1976 deverá, de acordo com estimativas, atingir este ano as 1900 toneladas.

O porta-voz da Tabaqueira afirma que os níveis de produção obtidos têm vindo a proporcionar uma maior incorporação de ramas nacionais, situando-se actualmente em cerca de 11 por cento do consumo total.

A Tabaqueira tem-se dedicado à promoção da cultura do tabaco no continente, assumindo a responsabilidade na concretização de investimentos que nos países do Mercado Comum são subsidiados pelo Orçamento da Comunidade. Por isso mesmo, a Tabaqueira deseja a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia pois os benefícios para o País dos subsídios à agricultura do tabaco decorrentes dessa integração, compensarão largamente uma eventual quebra, que se supõe reduzida, do mercado de cigarros da empresa pública.

Revisão do crédito à habitação está para breve

As prestações mensais a pagar por cada mil contos dos empréstimos obtidos para aquisição, construção, recuperação e beneficiação ou ampliação de casas para habitação própria, vão passar a custar 6340, 8450, 9900 e 12 700 escudos durante o primeiro ano de vida do empréstimo. Aqueles valores dizem respeito, respectivamente, aos empréstimos concedidos a pessoas cujos rendimentos brutos familiares sejam inferiores a 550 contos, se situem entre os 551 e os 700 contos, entre os 701 e os 900 e sejam superiores a 900 contos anuais.

Estas condições vigorarão exclusivamente nos casos em que o custo total dos fogos não ultrapasse os 2800 contos, independentemente da sua área, ou seja, sem que seja tomado em consideração o valor por metro quadrado, como até aqui acontecia.

Quando o valor da habitação se situar entre os 2800 e os 4 mil contos a prestação mensal elevar-se-á a 13 470 escudos, seja qual for o rendimento do agregado familiar. A ser assim (a nova lei ainda não foi publicada, julgando-se que tal esteja para acontecer brevemente), as famílias de menores recursos e com maior número de membros – que não encontrarão obviamente quaisquer casas com dimensão adequada às suas necessidades por menos de 2800 contos serão altamente penalizadas. De acordo com as informações parciais que têm estado a ser filtradas através de diversos jornais (nomeadamente o «Diário Popular» do dia 7 deste mês e o «Correio da Manhã» de hoje) o novo sistema, que não terá em conta o número de elementos do agregado familiar, destina-se nomeadamente a facilitar a vida aos jovens casais.

Segundo informações que não conseguimos confirmar junto do Ministério do Equipamento Social nem junto das instituições bancárias especializadas no crédito à habitação, as prestações estabelecidas pelo novo regime crescerão nos primeiros cinco anos à taxa de 12% e as bonificações de juros atingirão os 13,5% no caso dos rendimentos mais baixos.

Na Assembleia Geral de ontem

AIP criou comissões de estudo

A Associação Industrial Portuguesa anunciou a constituição de sete equipas pluridisciplinares visando consolidar e encontrar novas perspectivas para a reestruturação da economia, sobretudo no sector industrial.

As equipas contarão com a colaboração de individualidades exteriores à Associação, sendo o programa por elas abrangido, pela sua vastidão e interdisciplinaridade «uma das bases de desenvolvimento da actuação técnico-política da AIP ao longo de 1984» – declarou Rocha Matos, presidente da AIP, durante a assembleia geral extraordinária ontem realizada em Lisboa.

Os temas das comissões abordam a vocação industrial do País e da economia portuguesa, as alterações estruturais no quadro da transformação do sector primário, das agro-indústrias e da articulação produção-/transformação, o sistema financeiro e fiscal, a política energética, as infra-estruturas económicas, a exportação e a economia internacional e os preços.

Foi igualmente anunciada a aceleração do processo de constituição de novas comissões nas áreas da integração europeia, da cooperação e a exportação e da regionalização.

Rocha de Matos referiu que o Conselho Económico, Social e Cultural da AIP vai funcionar já em 1984 com cinco comissões, respectivamente de política económica, industrial, financeira e fiscal de relações e cooperação internacional, de desenvolvimento regional, de formação e de emprego.

A assembleia geral aprovou uma moção da direcção no sentido de a AIP dever continuar a desenvolver a sua actuação segundo os princípios da livre empresa e da economia de mercado.

«Tal circunstância não significa hostilidade ao sector não privado da economia, mas que todas as empresas devem pautar-se por critérios de correcta gestão e eficácia, sem privilégios específicos da sua natureza, responsabilizando-se os gestores e o accionista Estado para que o sector público da economia se revele um valor positivo e dinamizador no quadro do desenvovimento económico, e não um peso» – acrescenta.

A assembleia da AIP recomendou, por fim, a realização de iniciativas tendentes a desenvolver a actividade exportadora, procurando, junto do Governo, que os acordos políticos visando o relacionamento económico entre Portugal e outros países possam ser complementados por acordos económicos entre organizações empresariais portuguesas e desse países.

Jardim confirma restituição das taxas de saída

O director de Turismo da Madeira garantiu à ANOP que o Governo Regional honrará o compromisso de devolver aos operadores turísticos as verbas resultantes da cobrança do imposto de saída.

João Carlos Abreu comentava uma notícia divulgada por um jornal da especialidade anunciando uma dívida de vários milhões de escudos do Governo Regional a agências de viagens da Região, devido ao não pagamento daquelas verbas.

É necessário compreender que atravessamos uma época em que os pagamentos se sucedem, os quais têm que processar-se progressivamente de acordo com as disponibilidades financeiras e de tesouraria do Governo Regional» — disse.

«No entanto — frisou — a partir do momento em que esse compromisso foi publicamente assumido, é óbvio que essas verbas serão restituídas aos operadores».

Descongelados pagamentos a farmácias do Porto e Coimbra

O Governo já descongelou as verbas necessárias para pagar as dívidas em atraso às farmácias do Porto e de Coimbra – disse ontem uma fonte próxima do Ministério da Saúde.

Estas dívidas, provenientes do atraso dos pagamentos da ADSE (Assistência na Doença aos Servidores do Estado) estava a provocar fortes protestos por parte dos proprietários das farmácias.

A verba é de 174 mil contos para o Porto e de 53 mil para Coimbra, quantia suficiente para satisfazer o total das dívidas.

Por causa das oleaginosas

Alimentos compostos em guerra com o Governo

A Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais (IACA) classificou como uma arbitrariedade da Secretaria de Estado do Comércio Interno a exclusão do bagaço de oleaginosas no processo de liberalização do abastecimento.

Referindo-se a um despacho conjunto publicado «depois de o ministro Álvaro Barreto ter acordado com as Associações a concretização da abertura de um processo de liberalização do abastecimento das oleaginosas», a IACA considera que o documento omite uma matéria-prima essencial para a indústria de alimentos compostos para animais, na ordem das 700 mil toneladas por ano.

«A discriminação da indústria de rações para animais a favor da indústria extractora de óleos – sublinha – pode prejudicar não só o conjunto da produção animal, como o próprio consumidor, com eventuais agravamentos de preços na alimentação».

O que foi notícia em 1983: uma série de serviços especiais da agência France Presse, que o "DL" seleccionou e começa hoje a publicar

RFA: o ano do pacifismo

Jacques Boyer

Pacifistas contra os Pershing-II: 1983 foi, na RFA, o ano de uma batalha em torno dos euromísseis. Batalha perdida no terreno, mas largamente ganha nos espíritos, pelo movimento da paz.

Milhões de manifestantes e sondagens na sua maioria hostis ao estacionamento não conseguiram impedir a NATO de instalar os engenhos na RFA, com o apoio do chanceler Helmut Kohl, eleito maciçamente em Março de 1983. Mas o debate que foi lançado marcou profundamente os espíritos e os seus temas – medo da guerra, identidade da Alemanha e o seu lugar nas relações Leste-Oeste – dominarão os próximos anos. Por seu turno, a oposição social-democrata já pendeu para o campo dos anti-Pershing.

22 de Outubro: 400.000 pessoas manifestam-se em Bona contra a instalação dos Pershing-2 na RFA

É certo que os pacifistas perderam uma batalha: na noite de 25 para 26 de Novembro, uma caravana excepcional de veículos encaminhava os elementos dos primeiros «Pershing» para a base americana de Mutlangen, no Sul do país. Até 1985, serão instalados na RFA 108 «Pershing», no total, aos quais deverão juntar-se 96 mísseis de Cruzeiro, entre 1986 e 1987.

Anteriormente, os adversários dos euromísseis tinham tentado tudo para que a RFA se dessolidarizasse do rearmamento decidido pela NATO em 1979. Tudo, desde que continuasse a não ser violento.

Na Páscoa, 500 a 700 mil manifestantes desfilaram, sem incidentes, de norte a sul do país. Durante o Verão, «campos da paz» prepararam um Outono que o Ministério do Interior previu como «quente». Mas não foi nada disso. Três milhões de pessoas, segundo os organizadores, juntar-se-iam nas grandes cidades e bloqueriam pacificamente os acessos a várias bases americanas. Milhares de pessoas deram as mãos, numa extensão de mais de 100 quilómetros, entre os quartéis de Estugarda e de Neu-Ulm. ministérios, embaixadas e chancelarias foram cercadas simbolicamente, em Bona. O pacifismo alemão confirmou-se como um dado da política internacional, mas o movimento atingiu o seu apogeu.

Um mês depois, nos dias 21 e 22 de Novembro, só cerca de 3 mil manifestantes protestaram defronte do Bundestag,reunido para um debate extraordinário destinado a aprovar, como estava previsto, o estacionamento dos «Pershing».

Joga-se tudo e perde-se tudo. Por outro lado, os dirigentes pacifistas reconhecem que nunca pensaram seriamente que podiam impedir a Aliança Atlântica e, designadamente, Washington, de instalar os euromísseis. Por seu turno, as bases ficam desencorajadas temporariamente. Mas os temas agitados durante três anos entranharam-se na sociedade alemã e o debate vai continuar.

Em primeiro lugar há o medo da guerra. A RFA é o país que tem mais armas nucleares por quilómetro quadrado em todo o mundo, com cerca de 6 mil cargas tácticas. A partir de agora, é também o único estado que recebeu os «Pershing II», armas euroestratégivas temidas por Moscovo, devido à sua precisão e rapidez. Isto dá azo ao medo de um holocausto nuclear, numa Alemanha de grande densidade populacional: A RFA tornar-se-ia vítima de um ataque preventivo, de uma réplica ou de um erro trágico.

A evocação imprudente, por meios oficiais americanos, de um possível conflito nuclear limitado à Europa, veio lançar mais uma acha na fogueira. Longe de ter tranquilizado, a instalação dos novos mísseis americanos aumentou o sentimento de insegurança.

Pershing-II escapam ao controlo alemão

Segundo tema: a soberania limitada na RFA em matéria de defesa e o seu lugar nas relações Leste-Oeste. Colocados sob o comando único dos americanos, os «Pershing-II» escapam ao controlo dos alemães, em cujo país estão estacionados. A RFA não é dona e senhora, «na sua casa», no que diz respeito à questão central da sua defesa. Os resultados conseguidos pelos novos euromísseis – «SS-20» soviéticos ou «Pershing II» – avivaram o debate. Franz-Josef Strauss chegou mesmo a lançar a ideia de uma «dupla chave» para os «Pershing».

Os pacifistas põem o dedo na ferida constituída, em sua opinião, pela divisão da Alemanha: 17 milhões de alemães orientais, onde a URSS instala novos mísseis, e 60 milhões de alemães ocidentais são «reféns dos dois supergrandes». Para já o movimento obteve uma série de vitórias: em 1983, as sondagens atribuíam 60 por cento de opiniões hostis aos euromísseis e os pacifistas «democratizaram» questões que anteriormente só eram deabatidas nos meios políticos ou nos círculos de estudantes radicais.

Por último, a segunda força política do país, o Partido Social Democrata (SPD) pronunciou-se maciçamente contra o estacionamento dos novos engenhos. Esta formação comprometeu-se a retirá-los se regressar ao poder e a sua ala esquerda pede já a saída do país do Comando Integrado na NATO.

SPD quer recuperar «verbas»

Apesar dos seu trunfos, entre os quais se contam os 27 deputados «Verdes» eleitos em Março para o Parlamento federal, o movimento, já heteroggéneo, tem actualmente falta de perspectivas. Tendo entrado num período de reflexão, arrisca-se a perder nos próximos meses a sua amplitude, dividido entre uma base que mediu a sua relativa impotência e uma minoria atraída pela militância num partido político. É evidente que o SPD tenciona recuperar os pacifistas, tal como recuperou a revolta estudantil dos anos 60.

Contudo, se uma maioria tenciona defender a sua especificidade, fá-lo apenas para pressionar o SPD. São-lhes oferecidas outras tribunas pelas igrejas, designadamente a protestante, e pelos vários «comités» antinucleares, ecologistas ou de solidariedade com o Terceiro Mundo. No que diz respeito ao seu campo de acção privilegiado – a rua–, o movimento pensa voltar a ocupá-lo durante as próximas marchas da paz da Páscoa. Será uma ocasião para contar as suas tropas.

Resta, por último, a eventualidade de uma mobilização provocada tanto pela escalada de tensão Leste-Oeste, como por uma intervenção americana na Nicarágua. E isto porque o futuro do pacifismo alemão se joga na RFA, é certo, mas também em Moscovo e em Washington.

Também na RFA

Novos estratagemas antitabaco

Gabrielle Grenz

Para ajudar dezenas de milhar de alemães a respeitarem as suas promessas de paragem de fumar, anualmente renovadas na noite de São Silvestre, o Ministério da Saúde do Sarre tomou uma iniciativa original: um sistema de respondedor automático com uma voz feminina encoraja, com uma série de bons conselhos, os recém não-fumadores a «aguentarem».

«Páre de um dia para o outro, faça exercícios, evite o «stress» e as preocupações... e verá que se sentirá melhor», aconselha a voz doce e maternal.

É certo que só um fumador em cada sete na RFA, decidido a renunciar definitivamente ao cigarro, consegue efectivamente resistir a essa «amante branca e esguia», como a descrevia Casanova.

Cheia de informações científicas e médicas, a gravação do Ministério dá sobretudo conselhos para «vencer o período transitório dos primeiros dias de abstinência».

«Os que decidem parar de fumar pouco a pouco sofrem mais porque vão alimentando o seu vício, o bastante para terem novamente vontade de fumar mais», previne a voz.

«Se faz parte dos intoxicados graves, diz a dita voz, dos que acendem um cigarro antes mesmo de terem posto o pé fora da cama, arrisca ter que suportar os piores males físicos e psíquicos, dores de cabeça, falta de concentração, etc...»

A voz explica ainda que a vontade de fumar é mais forte durante as primeiras 24 horas e que vai diminuindo regularmente durante os sete dias seguintes para regressar passageiramente mais tarde. «Se aguentar pelo menos oito semanas, com ou sem «substitutos» tais como pastilhas elásticas, terá vencido definitivamente.»

Seguindo o provérbio «um homem prevenido vale por dois», o Ministério passa a enumerar as diversas ameaças que espreitam os novos não-fumadores: as festas mundanas em companhia de fumadores «obstinados», o momento do café depois da refeição, as situações de «stress», frustrantes ou propícias ao tédio, a rotina do trabalho.

Para lhes fazer frente, propõem-se alguns remédios: «Evite, durante as primeiras semanas, assistir a reuniões onde se fuma e onde se beba muito, abandone a mesa mal acabe de comer e vá tomar ar, evite discussões no local de trabalho. inalmente, se a vontade de fumar ataca quando está ao volante, não hesite em cantar uma cantiga que lhe agrade ou pense fortemente em alguém que lhe seja caro».

Se todos estes conselhos se revelarem ineficazes, os peritos propõem a auto-sugestão. «Quando o desejo de um cigarro se for tornando cada vez mais agudo após vários dias de abstinência, espere cinco minutos antes de sucumbir a tentação e pense que é mais fácil dizer não durante cinco minutos do que para sempre».

Por fim, o relatório aconselha paciência se todos estes esforços parecerem vãos: «Conte o número de dias de abstinência até à pequena primeira recaída. Não vai deixar que um simples cigarrito aniquile tantos esforços e resistência exemplares, não é?.»

Estes bons conselhos, segundo parece, já deram alguns frutos: o ministro da Saúde do Sarre, sr.ª Rosemarie Scheurlen, conseguiu convencer quase todos os seus colegas do governo regional a renunciarem ao tabaco. Só o ministro da Economia, Walter Henn, não se juntou a eles. A ironia do acaso fez com que este último fosse recentemente internado por causa de um ataque cardíaco...

24 horas

Bispo raptado na Nicarágua

A junta de governo sandinista confirmou à ordem dos Capuchinhos o sequestro de monsenhor Salvador Schlaefer Berg, bispo norte-americano de Bluefields, na costa atlântica da Nicarágua. Esta cidade portuária foi atacada pelos anti--sandinistas há duas semanas. Juntamente com o prelado foram raptados o padre Wendolin Shaffer, também norte--americano, e dois diáconos nicaraguenses de apelidos Alvarado e Baker. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua enviou uma nota de protesto ao governo das Honduras, na qual responsabiliza os governos hondurenho e norte-americano por tudo o que possa acontecer ao bispo e restantes sequestrados. Para o governo sandinista, esta acção é mais uma das realizadas no Norte da Nicarágua pelos somozistas apoiados pela CIA».

Explosão na Turquia

Uma bomba de forte potência explodiu hoje de manhã em Istambul, próximo do consulado iraquiano, ferindo quatro transeuntes. A deflagração, que fez numerosos estragos, registou-se à mesma hora em que explodiu um carro armadilhado (com matrícula de Istambul) em Ancara. Na passada segunda--feira à noite, tinha sido descoberto e neutralizado um carro armadilhado, em Izmir (Sudoeste da Turquia). O automóvel estava estacionado defronte do centro cultural francês e de um clube de oficiais americanos.

Matérias radioactivas no ar de Zurique

Em consequência de um acidente ocorrido na região de Zurique, escaparam-se para a atmosfera matérias rádioactivas em quantidade elevada, segundo revelou a Comissão Federal para a Vigilância da Radioactividade. Numa empresa da área foram cometidos, com efeito, erros de manipulação, quando da limpeza de certos aparelhos que utilizam trício o que permitiu a fuga de cerca de mil curias de matérias radioactivas.

As medidas de segurança tomadas imediatamente após o acidente permitiram evitar a contaminação de pessoas na própria empresa. Além disso, acrescenta a comissão, as medidas efectuadas permitem afirmar que, em momento algum, a população da região esteve em perigo.

Alarme contra armas «a domicílio»

A possibilidade de fabricar armas químicas em casa e de matar com elas milhares de pessoas é real, e motivo de alarme, disseram cientistas norte-americanos. Dois cientistas e especialistas em política externa norte-americana, Joseph Douglas e Neil Livingstone, afirmaram que «a possibilidade de fabricar armas químicas a partir de restos de alimentos ou compostos fáceis de obter está ao alcance de qualquer pessoa». Dada a facilidade de criação das armas químicas, acrescentam, elas poderão tornar--se o método mais fácil a aplicar por terroristas e poderão pôr em perigo as pessoas e as cidades de todo o mundo.

Físico alemão critica a NASA

O físico alemão ocidental Ulf Merbold, primeiro não-americano que participou numa missão do vaivém espacial, criticou a NASA, em Houston, por esta não designar bastantes europeus para as tripulações dos futuros voos espaciais. O astronauta alemão afirmou, numa conferência de Imprensa no centro espacial Johnson, dada com os outros membros da missão, que os resultados tinham sido satisfatórios no plano científico, mas que a NASA deveria permitir aos europeus uma melhor utilização do «Spacelab», que lhes custou mais de 1000 milhões de dólares.

Argentina

"Montoneros" anunciam a sua dissolução

O movimento de guerrilha «Montoneros» anunciou ontem a sua dissolução, dez dias após a entrada em funções do presidente argentino, Raul Alfonsin, num documento remetido aos jornais pelo antigo governador de Buenos Aires sob o regime peronista, Oscar Bidegain.

Ligado a este movimento (criado em 1969 e proveniente da ala esquerda do partido peronista), Bidegain regressou ontem mesmo a Buenos Aires, depois de 9 anos de exílio.

Segundo o documento, assinado nomeadamente pelo secretário-geral da organização, Mário Firmenich, esta dissolução deve-se às «novas circunstâncias» criadas no país. O movimento anuncia a sua intenção de reencontrar a «personalidade política e jurídica» do partido peronista.

Por outro lado, o antigo governador da província de Córdoba sob o regime peronista, Ricardo Obregon, ligado aos «montoneros», foi preso, também ontem, em Buenos Aires, quando regressava do exílio.

Obregon provinha do Brasil, em companhia de Bidegain, e foi preso por ordem de um juiz federal.

Em 14 de Dezembro, o novo presidente argentino anunciara a intenção de levar rapidamente, diante da justiça, tanto os guerrilheiros como os chefes militares que estes combateram.

Bidegain pôde, no entanto, abandonar livremente o aeroporto. Em todo o caso, há um mandato de captura lançado contra ele.

Militares fizeram desaparecer documentos?

Segundo o jornal madrileno «Diário 16», um dos dois aviões militares argentinos que fizeram recentemente escala nas Canárias transportava «documentos secretos da ex-Junta Militar, provando os assassínios, os desaparecimentos e os contactos com outras ditaduras da América do Sul».

O jornal, geralmente bem informado sobre os problemas militares, cita «fontes conhecedoras de uma parte da operação» como tendo indicado que esses papéis comprometedores serão depositados em cofres-fortes na Suíça. Adidos militares argentinos na Europa, fiéis ao antigo regime, encarregar-se-iam dessa missão.

Arafat encontra-se a caminho do Iémen do Norte

● *Israelitas bombardeiam Bekaa*

Aviões israelitas bombardearam hoje de manhã as posições dos movimentos integristas chiitas nas proximidades de Baalbeck, no vale de Bekaa, informou Rádio Beirute.

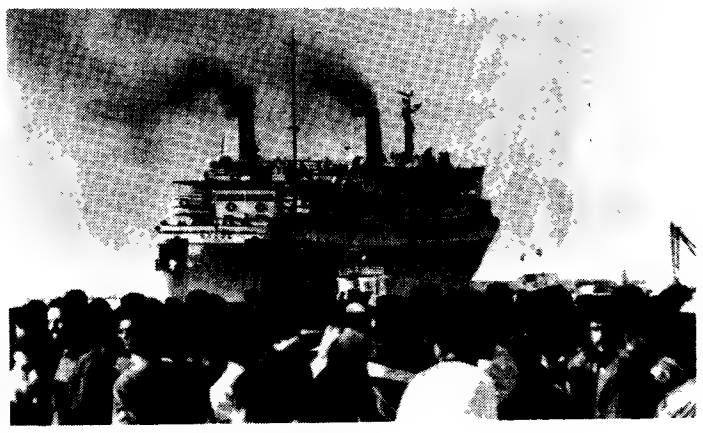
O ataque israelita foi confirmado por um porta-voz militar de Sídon, quartel-general israelita no Líbano, que precisou que «todos os aparelhos que tomaram parte na operação regressaram à base».

Entretanto, o barco grego «Odysseas Elytis», onde se encontram Yasser Arafat e 1200 dos combatentes que lhe são fiéis, dirige-se para Port-Said, onde deve chegar esta tarde, confirma-se de fonte palestiniana e egípcia. As autoridades locais de Port-Said, tal como delegações de organizações palestinianas e representantes da FATAH (principal componente da OLP) e da OLP, no Egipto, preparam-se para a chegada do barco, que ontem partiu de Tripoli, no Norte do Líbano, tal como de dois outros navios gregos encarregados da evacuação, que devem transitar pelo canal de Suez na direcção do Iémen do Norte, indica-se da mesma fonte.

Aliás, segundo círculos próximos do líder da OLP, o Iémen do Norte é «sem dúvida» o país de destino de Yasser Arafat.

Entretanto, o navio «Noxos», um dos cinco que evacuaram de Tripoli os 4000 combatentes palestinianos leais a Arafat, chegou hoje de manhã ao porto de Larnaca (sudeste de Chipre) tendo aí desembarcado 500 palestinianos que serão transportados de avião para o Iraque e a Arábia Saudita. As outras embarcações continuam a sua rota para a Tunísia, Argélia e conforme já referimos, para o Iémen do Norte.

Uma fonte policial em Tripoli informou, por seu turno, que o armamento pesado dos combatentes da OLP, dividido em peças, foi embarcado ontem a bordo do navio grego «Santorini». Trata-se, essencialmente, segundo a mesma fonte, de morteiros pesados e canhões. O «Santorini» dirige-se para Port--Sudan, no mar Vermelho.



Palestinianos despedem-se de Tripoli. Na foto, um dos barcos gregos com combatentes lealistas deixa o porto da cidade ruma a Tunes. (Foto UPI/NP/DL)

A partida de Tripoli

Com 24 horas de atraso sob a data prevista, a evacuação de Yasser Arafat e dos seus quatro mil combatentes, fez-se ontem sem problemas. Esta evacuação por mar, a partir do porto de Tripoli, foi feita por cinco «ferry--boats» gregos escolatados por vasos de guerra da Marinha francesa. O novo êxodo de Yasser Arafat e dos seus fiéis ocorre depois de uma batalha e de um cerco de dois meses no norte do Líbano que fizeram várias centenas de vítimas e diminuíram gravemente a autoridade do chefe histórico da OLP assim como as possibilidades de acção do movimento palestiniano.

Às 10 e 30 locais (8 e 30 de Lisboa), os palestinianos começaram a embarcar a bordo dos cinco navios gregos que chegaram durante a noite de segunda-feira ao largo da capital do norte do Líbano. Pelas 15 e 20 as operações de embarque estavam concluídas e os cinco navios partiam de Tripoli pelas 16 horas.

Enquanto decorriam as operações de embarque vários caças das aviação, israelita sobrevoavam a cidade, por vezes a média altitude. Recorde-se que Israel manteve, até ao último minuto, a ameaça de se opor à evacuação dos palestinianos. O Governo de Yitzhak Shamir acabou, no entanto, por aceder às pressões internacionais, autorizando a partida dos combatentes da OLP.

Transportando numerosas malas, as suas armas pessoais, retratos de Arafat e com os «kefiyes (lenços palestinianos) na cabeça, os quatro mil fedayin seguiram para o porto de Tripoli em camiões militares da OLP, nos quais ondeavam as bandeiras da organização e a libanesa. Mães, irmãs e noivas dos guerrilheiros acorreram também ao porto para se despedirem.

Psicose antiterrorista nos EUA

Sete mil e 500 edifícios oficiais em rigoroso estado de prevenção

Os cerca de 7500 edifícios federais existentes nos Estados Unidos continuam sob rigoroso estado de prevenção, confirmando a psicose antiterrorista em que vive o país desde há dias.

Desde que um comando islâmico provocou a morte de 63 pessoas em Abri, ao destruir a Embaixada dos EUA no Líbano, o medo de repetição de acções terroristas aumentou com o ataque suícida ao quartel-general dos «marines» em Beirute e a semana passada com o atentado à sede diplomática norte--americana no Koweit.

A administração Reagan considera agora que as acções de grupos fanáticos e extremistas, guiados por profundo espírito anti-EUA, devem ser levados a sério «com medidas prudentemente razoáveis».

O director do FBI, William Webster, admitiu sexta-feira que, apesar da diminuição dos actos violentos nos Estados Unidos esta ano, existe «grande preocupação em relação aos terroristas».

O incremento do «conceito de missão suícida» no seio das forças antinorte-americanas «pode trazer a guerra ao nosso solo» – afirmou o senador Daniel Moynihan.

Por isso, regista-se, desde há dias um reforço sem precedentes das medidas de segurança aos edifícios em todo o país, bem como nas suas delegações diplomáticas e militares no estrangeiro.

Esse reforço incluia a instalação de mísseis terra-ar na Casa Branca e a entrada em serviço dos cães-polícias melhor treinados do país.

Foram também montadas barreiras de cimento nas entradas do Departamento de Estado, na missão nas Nações Unidas, em bases da Armada na Califórnia e em edifícios judiciais em Nova Iorque.

Não foi esquecido, igualmente, o rigoroso controlo de automóveis nas imediações do Capitólio, a entrada em prevenção de equipas «swat» antiterroristas e de peritos em explosivos, além da apertada verificação das identificações do pessoal, à entrada dos edifícios oficiais dos 50 estados.

O Departamento de Estado enviou às suas 256 delegações diplomáticas em todo o mundo ordens concretas sobre medidas de segurança a adoptar, no sentido de evitar a repetição dos atentados de Beirute e Koweit.

Reagan: apenas precauções...

Na sua conferência de Imprensa de fim do ano, o presidente Ronald Reagan abordou, entre outros, o tema do terrorismo, para explicar que as medidas de segurança em vigor nos Estados Unidos não correspondem a ameaças concretas, mas são a consequência da atmosfera de violência que alastra no Médio Oriente. Reagan disse que «é melhor tomar precauções inúteis, do que amanhã termos que nos penitenciar por não as haver tomado».

Além de reafirmar a posição dos EUA relativamente ao Médio Oriente, o actual inquilino da Casa Branca mostrou-se confiante no «empenhamento» do governo de El Salvador na instauração da «democracia», referindo-se a propósito, à realização próxima de «eleições». Os EUA irão continuar a prestar «auxílio» aos governantes que vêm sustentando naquele país da América Central.

Voltando à política interna, Reagan, no seu estilo habitual, disse que a «forte recuperação da economia» foi o mais belo presente que os americanos podiam receber. No tocante à sua criticada política social (reformados e idosos foram as primeiras vítimas da «recuperação económica»), o presidente rodeou as perguntas que lhe foram dirigidas, afirmando que o governo não procura privar de auxílio aqueles que são verdadeiramente necessitados, e escudando-se na luta contra os abusos e a fraude para explicar a drástica diminuição de verbas para os programas de assistência.

Interrogado sobre a sua eventual recandidatura à presidência, Reagan respondeu que só a 29 de Janeiro, no «discurso sobre o estado da União», se pronunciará a este respeito.

Convers possív

● *Cimeira d e Timor-L*
● *EUA "dei*

A situação na Áfric A tem da cena política intern Moçambique e África do S conversações que, segund daram a possibilidade de u Machel e Pieter Botha. Em

DE acordo com observadores políticos citados pela televisão suazi, as conversações ontem travadas entre a República Popular de Moçambique e da República da África do Sul abordaram questões relacionadas com uma possível cimeira entre o presidente Samora Machel e o primeiro-ministro de Pretória, Pieter Botha.

Segundo os mesmos observadores, esta hipótese já tinha circulado há cerca de duas semanas em meios diplomáticos de Lisboa, e teria ganho alguma consistência depois da deslocação a Portugal do ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, «Pik Botha». Do mesmo modo, Jacinto Veloso, esteve no passado fim-de-semana em Lisboa. As mesmas fontes precisaram ainda que o Governo português teria garantido a sua «boa vontade» para a realização de tal encontro. Porém, interrogados na capital portuguesa, o ministro Jaime Gama e o seu homólogo sul-africano não confirmaram, quaisquer preparativos para uma reunião, ao mais alto nível, entre Maputo e Pretória.

No entanto, quer em Moçambique quer na África do Sul, a Imprensa limitou-se a dar conhecimento da existência da reuniãao, citando para o efeito, as declarações feitas em Bissau por Samora Machel.

A televisão da Suazilândia divulgou também que na reunião de ontem teriam participado delegações da Suazilândia e de Portugal, embora em Lisboa o Ministério dos Negócios Estrangeiros tenha negado à ANOP a presença de qualquer delegação ou diplomata português. No encontro participaram pelo lado moçambicano, Jacinto Veloso, Óscar Monteiro, Sérgio Vieira e José Moiana. A delegação sul-africana era, por seu lado, chefiada por Roelof «Pik» Botha, e integrava o ministro da Ordem e da Lei e um terceiro elemento não especificado.

O encontro visto por Samora Machel

Durante um pequeno almoço ontem oferecido aos jornalistas portugueses que cobriam a IV Cimeira dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, Samora Machel adiantou que o objectivo fundamental das conversações entre o seu país e a África do Sul consiste no estabelecimento de segurança, cooperação económica e paz na região.

Para o presidente moçambicano, a reunião da Suazilândia visaria atingir uma base de acordo em que «nem um nem outro deve atacar nem servir de base para a desestabilização ,como todos os vizinhos. Depois de afirmar explicitamente que o encontro é crucial para a vida da África Austral,

África Austral em destaque

ersações na Suazilândia abordaram ;ível cimeira entre Machel e Botha

;ira de Bissau reafirma solidariedade para com Angola, Moçambique ıor-Leste

"deixam passar" condenação de Pretória no Conselho de Segurança

África Austral dominou o dia on- a internacional. Na Suazilândia, ca do Sul realizaram e tiveram segundo a terlevisão suazi, abor- de de uma cimeira entre Samora ha. Em Bissau, o comunicado fi- nal da IV Cimeira dos «cinco» aborda a situação explosiva que se vive na parte meridional do continente africano. Por fim, na ONU, o Conselho de Segurança aprovou ontem uma resolução condenando a ocupação sul-africana de certas parcelas do território de Angola.

Samora Machel: conversações com sul-africanos com condições

Samora Machel distingue jornalistas portugueses

Antes de embarcar no avião que o levou de Bissau ao Benin e a Angola, onde permanecerá durante um dia, o presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, disse textualmente que «quis que fossem os jornalistas portugueses os primeiros a enviar para o Mundo o anúncio das conversações oficiais entre Moçambique e a África do Sul».

Samora Machel reafirmou que a África do Sul não vai obrigar a República Popular de Moçambique a reconhecer o «apartheid» — uma ofensa contra a humanidade e — nem reconhecer bantustões, nem nos vai obrigar a assassinar o ANC», organização que, salientou, foi fundada em 1912, «antes de nascer o Botha».

Sobre a hipótese, levantada por alguns círculos da extrema direita portuguesa, de a África do Sul exercer pressões sobre Portugal usando para tal os portugueses ali residentes, o dirigente moçambicano afirmou que «(os portugueses) estão a fazer florescer a economia daquele país, pelo que o regime sul-africano não vai fazer a chantagem de os expulsar».

Visita a Portugal e os «sete»

O presidente moçambicano, no encontro mantido com os jornalistas portugueses, referiu-se ainda às recentes visitas feitas à Europa Ocidental e, especialmente a Portugal.

A Portugal «não fui pedir dinheiro nem mendigar, pois os objectivos eram outros e foram atingidos a 100 por cento», sintetizou. «Explicámos a necessidade de cooperação de igual para igual e não de ajuda a Moçambique, retribímos as visitas do Presidente da República e do Primeiro-Ministro de Portugal, explicámos a situação na África Austral e os objectivos do SADCC (Conferência para o Desenvolvimento e Cooperação na África Austral) e o perigo do «apartheid» que os ocidentais apoiam».

Para Machel, os propósitos da sua visita a Portugal foram muito bem compreendidos pelo povo português. «Não é pelo facto de Portutal não ter dado a linha de crédito que Moçambique vai cair» realçou.

Interrogado pela ANOP sobre a viabilidade dos «cinco» virem a desenvolver a médio prazo uma cooperação efectiva para a solução de problemas económicos, Samora Machel conclui o diálogo, frisando com excelente disposição e referindo-se à recente proposta do Governo português da institucionalização do grupo dos «sete»: «Não somos especiais. Somos o único grupo que não tem papá. Recusamos que vocês sejam o nosso papá».

Preocupação pela situação na África Austral

A situação na África Austral continua a ser uma das principais preocuações dos cinco chefes de Estado africanos lusófonos, reunidos em Bissau para a sua quarta cimeira.

Esta preocupação reflecte-se no comunicado final da cimeira que reuniu os presidentes José Eduardo dos Santos (Angola), Aristides Pereira (Cabo Verde), Samora Machel (Moçambique), João Bernardo Vieira (Guiné-Bissau) e Manuel Pinto da Costa (S. Tomé e Príncipe).

Deste modo, os «cinco» condenaram a África do Sul pelas suas agressões contra os vizinhos angolanos e moçambicanos, pela ocupação ilegal da Namíbia, pela anexação de uma parte do território angolano e pelo apoio dado aos opositores dos regimes de Moçambique e de Angola.

Ao mesmo tempo, reafirmaram a sua solidariedade a Angola e a Moçambique, bem como aos nacionalistas da SWAPO (Namíbia) e do ANC (da África do Sul).

Nota-se, todavia, que a declaração final não faz nenhuma alusão às conversações iniciadas no ano passado entre Angola e a África do Sul, ou às que ontem foram iniciadas entre Moçambique e Pretória.

E contudo, segundo fontes bem informadas, estas questões foram evocadas nomeadamente durante as intervenções de cada chefe de Estado sobre a situação política e económica dos seus respectivos países. As mesmas fontes indicam que Angola rejeitou uma proposta de abertura de novas negociações, feita pela África do Sul, entendendo que se tratava de mais uma manobra destinada a diferir ou a atenuar os efeitos de uma condenação eventual por parte da comunidade internacional.

Por seu lado, Moçambique teria, segundo fontes oficiais próximas da conferência, anunciado que estava a um passo de iniciar conversações com a África do Sul.

A abertura efectiva destas negociações, na Suazilândia ainda não foi comentada em Bissau. Nos meios oficiosos da Guiné-Bissau entende-se que se trata de uma questão que diz respeito unicamente a Moçambique.

Quanto à cooperação entre os «cinco», a cimeira de Bissau adoptou um plano de acção prevendo o prosseguimento dos estudos para a criação de empresas e instituições comuns nos domínios da banca, dos seguros e dos transportes (marítimos e aéreos).

Os chefes de Estado decidiram, igualmente, acrescentar ao âmbito da cooperação a cultura e a comunicação.

A cimeira dos «cinco» sublinhou «uma vez mais» a importância da utilização da língua portuguesa nas organizações internacionais, como língua de trabalho.

Os cinco chefes de Estado manifestaram apreço pelos passos «significativos» já dados no sentido da efectivação das recomendações saídas das cimeiras anteriores, bem como pela receptividade demonstrada por Portugal, pelo Brasil e pela UNESCO.

Timor Leste: a responsabilidade de Portugal

A IV cimeira dos «Cinco» «exortou insistentimente o Governo português a assumir integralmente as suas responsabilidades históricas, políticas e jurídicas em relação à questão de Timor-Leste».

Os cinco chefes de estado realçaram, na declaração final da Cimeira, que Portugal deve «em conjunto, com a FRETILIN, encontrar a justa solução do conflito» com a Indonésia.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe «reiteraram a sua firme condenação do regime da Indonésia pela invasão e ocupação do território de Timor Leste, pelo genocídio que vem levando a cabo contra o povo Maubere, bem como pelo rompimento unilateral do cessar-fogo acordado com a FRETILIN em Larigutop, em 23 de Março último».

A conferência exigiu a retirada imediata e incondicional do exército indonésio e o fim das medidas restritivas impostas às organizações humanitárias internacionais pelo regime indonésio em Timor Leste.

Os cinco chefes de Estado reafirmaram o seu «total apoio à proposta de paz apresentada pela FRETILIN ao Governo indonésio» e apelaram para a sua imediata aplicação.

Apelando à aplicação das resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU sobre Timor Leste, a cimeira de Bissau sublinhou o seu «apoio incondicional e indefectível à justa luta do povo maubere sob a direcção da FRETILIN, seu único e legítimo representante, para a constituição de uma Pátria livre, independente e soberana».

EUA «deixam passar» condenação de Pretória

O Conselho de Segurança da ONU exigiu ontem por larga maioria, a retirada imediata e incondicional das tropas sul-africanas de Angola cuja presença neste país condenou.

A moção adoptada exige igualmente que Pretória pague indemnizações a Angola pelos danos e destruições infligidas desde há vários anos, mas sem precisar o seu montante.

Só os Estados Unidos se abstiveram acerca do texto da resolução 545 que reuniu 14 votos.

Quando das declarações de voto, Jeanne Kirkpatrick, declarou que ao abster-se tinha querido mostrar que o seu país pretende não deixar escapar a oportunidade dum entendimento entre Pretória e Luanda.

A senhora Kirkpatrick, qualificou de «novo passo importante» a proposta sul-africana que ainda não obteve resposta oficial do governo de Luanda, embora o representante angolano na ONU, Elísio de Figueiredo, haja reafirmado terça-feira após a votação que «as tentativas desesperadas de Pretória de justificar as suas acções desprezíveis não valem a pena serem tomadas a sério».

Os padres e a política

Varsóvia elogia cardeal Glemp

O Governo polaco elogiou ontem a mensagem de Natal do Chefe da Igreja Católica polaca, cardeal Josef Glemp, que pediu aos padres para não se imiscuirem na política.

O porta-voz do Governo, Jerzy Urban, disse aos jornalistas que a mensagem de Glemp era apreciada «como um acto religiosos que demonstra uma adequda compreensão do papel que a Igreja desempenha na vida pública».

Urban assinalou que desde o dia 30 de Novembro foram detidas 20 pessoas, duas das quais na sexta-feira durante as tentativas de manifestações convocadas pelo «Solidariedade».

O porta-voz afirmou que «não constituiu surpresa para o Governo» o facto de não se terem registado factos trágicos na Polónia na sexta-feira, aniversário das mortes de operários nas revoltas de 1970.

Acentuou que foi mobilizada este ano «uma quantidade consideràvelmente menor» de forças de segurança do que o ano passado por esta altura, quando ainda vigorava o estado de emergência.

Urban admitiu, contudo, que a força anti-distúrbios utilizou água para dispersar as pessoas que tentavam manifestar-se em Wroclaw, na Baixa Silésia e em Czestochowa.

Ao analisar as notícias emitidas pela Imprensa estrangeira, a partir da Polónia, sobre os acontecimentos de sexta-feira, o porta-voz governamental polaco acusou os jornalistas de tentarem interferir nos assuntos internos polacos e provocar conflitos.

Urban disse que Lech Walesa foi citado pelo procurador geral de Gdansk para esclarecer as declarações de que se encontrou com os membros da TKK (Comissão Coordenadora Provisória) – direcção clandestina do «Solidariedade».

O aviso já foi dado a Ankara

URSS não aceitará mísseis americanos na Turquia

Círculos militares soviéticos advertiram a Turquia para que não continue a estreitar as relações militares com os Estados Unidos e asseguraram que a União Soviética não aceitará mísseis norte-americanos em território turco.

O periódico «Estrela Vermelha», órgão do Exército soviético, diz nesta edição de ontem que a Administração Reagan tem vindo a pressionar a Turquia para facilitar os seus planos estratégicos e hegemónicos sobre o Médio Oriente.

Para o «Estrela Vermelha», os dirigentes de Ankara deveriam mudar de atitude quanto à instalação de mísseis de médio alcance em território turco e não ignorar os tratados de boa vizinhança assinados entre a Turquia e a União Soviética em 1972 e 1978, que consagram a proibição do uso da força.

«As medidas já tomadas pelos dirigentes turcos e o conteúdo dos seus discursos indicam que Ankara não observa os compromissos que assumiu» – assinala o diário.

O artigo sublinha que os dirigentes turcos pediram que a opinião pública aceite a instalação na Turquia de mísseis nucleares de médio alcance.

O jornal «Estrela Vermelha» qualifica de demagógica a explicação de que as armas norte-americanas reforçariam a capacidade defensiva da Turquia, «país que nunca foi ameaçado e que actualmente não está ameaçado pela União Soviética».

O periódico adverte que, no caso de Ankara não respeitar os tratados de cooperação com a União Soviética, esta poderá tomar medidas de retaliação.

País Basco protesta contra assassinato de Onederra

Meios políticos e sectores da população basca mobilizaram-se ontem para protestar contra o assassinato do refugiado basco, considerado membro da ETA-Militar, Ramon Onederra, no Sul de França.

O assassinato foi cometido na noite de segunda-feira e a responsabilidade do atentado foi reivindicada pelo autodenominado Grupo Antiterrorista de Libertação (GAL), até há poucas semanas desconhecido.

Em diversas localidades do País Basco houve, nas últimas horas, mobilizações populares de protesto. Em Renteria foi cortada a estrada principal Madrid-França com o cruzamento de autocarros ao mesmo tempo que se colocava um cartaz com a inscrição: «vós sois os terroristas, Felipe assassino, Mitterrand colaborador» e «os GAL são policiais».

Para ontem à noite estavam convocadas assembleias em várias localidades e em Bayona está convocada uma manifestação.

Os diversos grupos políticos divulgaram comunicados condenando o atentado.

A coligação basca Herri Batassuna, considerada o braço político de ETA-Militar, acusou o governo espanhol de estar implicado no assassinato de Onederra.

Os dirigentes de Euzkadiko afirmaram que o atentado de Bayona é uma «consequência claríssima da guerra suja».

O Partido Comunista de Euzkadi afirmou que o «governo tem obrigação de mostrar inequivocamente não só que está contra a «guerra suja», mas que tem intenção de combatê-la.»

As comissões pró-amnistia do País Basco acusaram tanto as autoridades espanholas como as francesas e em comunicado dizem que «esta morte não impedirá que continue a luta do povo basco pela libertação».

Para hoje estão marcadas manifestações em Bilbau e San Sebastian para protestar contra o assassinato de Onederra.

Guerrilheiros afegãos ocuparam posto fronteiriço

Os guerrilheiros afegãos controlavam ontem, pelo terceiro dia consecutivo, o posto fronteiriço afegão de Torkham, impedindo toda a circulação rodoviária com o norte do Paquistão.

O posto de Torkham, situado em território afegão a poucas centenas de metros da fronteira paquistanesa, foi conquistado no domingo à noite por cerca de 150 guerrilheiros após violentos combates.

Durante a noite passada, os guerrilheiros foram alvo de vários bombardeamentos aéreos soviéticos tendo uma dezena sido gravemente feridos.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção)

NOTA DE REGISTO

(Matrícula e inscrição da sociedade ou navio)

Apresentação n.º 6, do dia 28 de Julho de 1983.
Inscrição provisória por natureza e dúvidas n.º 140 a fls 126 v do livro J-1 e inscrita a constituição da «GRAFICOOPE — ARTES GRÁFICAS, CRL»

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Em 28 de Julho de 1983
O Ajudante,
(Ilegível)

REMODELAÇÃO TOTAL DE ESTATUTOS DE COOPERATIVA, COM ALTERAÇÃO DA SUA DENOMINAÇÃO E AUMENTO DE CAPITAL

No dia vinte e nove de Junho de mil novecentos oitenta e três, no Vigésimo Segundo Cartório Notarial de Lisboa, perante mim, Edmundo Edilberto Ramalho, primeiro ajudante do mesmo Cartório, no pleno exercício das funções notariais, por se encontrar vago o lugar do notário, compareceram como outorgantes:

Albertino Torres Ferreira Leal, casado, natural de Lisboa, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, e residente na Rua de S. Tomé e Príncipe, número 26, 1.º andar, esquerdo, no Olival de Basto, concelho de Loures, e Henrique Fernando Ferreira Rodrigues, casado, natural da freguesia de Alcântara, desta mesma cidade de Lisboa onde também reside, no Bairro das Casas Pré-Fabricadas, número 34-A, ao Bairro do Relógio, outorgando ambos na qualidade de directores em exercício e em representação da sociedade cooperativa anónima de responsabilidade limitada, denominada «GRAFICOOPE — ARTES GRÁFICAS, S.C.A.R.L.», com sede em Lisboa, na Rua D. Carlos de Mascarenhas, número trinta e nove, com os necessários poderes para este acto, — o que tudo verifiquei pelos seguintes documentos, que arquivo:

a) — Certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial de Lisboa em vinte e quatro de Junho corrente; e

b) — Fotocópia da acta número trinta e cinco, da Assembleia Geral extraordinária da referida sociedade, realizada em dezassete de Dezembro do ano findo.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos bilhetes de identidade números, respectivamente, 0038586, emitido em 11 de Fevereiro de 1980, e 5150723, emitido em 10 de Maio de 1983, ambos pelo Centro de Identificação Civil e Criminal em Lisboa.

POR AMBOS OS OUTORGANTES, NA QUALIDADE EM QUE INTERVÊM, FOI DECLARADO:

Que a sociedade sua representada foi constituída por escritura de dezassete de Junho de mil novecentos e setenta e cinco, lavrada a folhas nove e seguintes do livro número H-doze, de escrituras diversas do Vigésimo Cartório Notarial de Lisboa;

Que a aludida sociedade se acha definitivamente matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número quarenta e oito mil quinhentos e oito, a folhas sessenta e duas do livro C cento e vinte e um, como consta da já referida Certidão emitida pela citada Conservatória;

Que na reunião da Assembleia Geral Extraordinária da dita sociedade, a que se refere a mencionada acta número trinta e cinco, foi deliberado, por unanimidade, alterar os estatutos da dita sociedade, envolvendo a alteração da sua denominação e o aumento do respectivo capital inicial de MIL ESCUDOS, para CINQUENTA E CINCO MIL ESCUDOS, sendo o aumento no montante de cinquenta e quatro mil escudos, tudo em conformidade com a nova legislação cooperativa;

Que, assim, pela presente escritura, no uso dos poderes que lhes foram conferidos na citada reunião da Assembleia Geral Extraordinária de dezassete de Dezembro do ano findo, e com vista à regularização registral e à legalização da dita sociedade, alteram a denominação da referida cooperativa para «GRAFICOOPE — ARTES GRÁFICAS, C.R.L.», aumentam o respectivo capital para CINQUENTA E CINCO MIL ESCUDOS e remodelam totalmente os respectivos estatutos, os quais passam a ter a redacção constante do documento complementar, que arquivo, elaborado nos termos do número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, cujo conteúdo eles outorgantes declaram conhecer perfeitamente, pelo que dispensam a sua leitura neste acto.

ASSIM O OUTORGARAM

Adverti os outorgantes de que o registo deste acto deve ser requerido no prazo de três meses, a contar de hoje, os quais me declararam, ainda, que têm perfeito conhecimento das disposições legais decorrentes do Código Cooperativo e demais legislação complementar, tendo-os advertido também, que a referida cooperativa não goza de qualquer isenção de selo por não comprovarem ter dado cumprimento ao disposto no artigo quinto, número um, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinquenta e seis/oitenta, de nove de Outubro.

Foi-me exibido o Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva com o número 500359369, referente à dita Cooperativa.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de ambos.

Albertino Torres Ferreira Leal
Henrique Fernando F. Rodrigues

O primeiro ajudante,
(Ilegível)

Documento complementar, elaborado nos termos do número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, contendo os novos Estatutos da cooperativa denominada «GRAFICOOPE — ARTES GRÁFICAS, C.R.L.», arquivado a instruir escritura da sua remodelação total, lavrada em vinte e nove de Junho de mil novecentos oitenta e três, no Vigésimo Segundo Cartório Notarial de Lisboa:

CAPÍTULO PRIMEIRO:
DaA Constituição, Denominação, Duração e Sede
ARTIGO PRIMEIRO

A Cooperativa «GRAFICOOPE — ARTES GRÁFICAS, S.C.A.R.L.», constituída por escritura de dezassete de Junho de mil novecentos e setenta e cinco, lavrada a folhas nove e seguintes do Livro H-doze, das notas do Vigésimo Cartório Notarial de Lisboa, e que adoptou as normas do Código Cooperativo, de harmonia com o disposto no seu artigo nonagésimo nono, continua a sua existência jurídica sob a denominação de «GRAFICOOPE — ARTES GRÁFICAS, C.R.L.», e passa a reger-se pelos presentes estatutos.

ARTIGO SEGUNDO

UM — A Cooperativa, cuja existência é por tempo indeterminado e teve o seu início em dezassete de Junho de mil novecentos e setenta e cinco, tem a sua sede em Lisboa, na Rua D. Carlos Mascarenhas, número trinta e nove, freguesia de Campolide.

DOIS — A Cooperativa poderá transferir a sua sede para qualquer parte do país e criar filiais e outras formas de representação quando e onde as circunstâncias o aconselhem.

CAPÍTULO SEGUNDO
Do Ramo, Objectivos e Fins
ARTIGO TERCEIRO

A GRAFICOOPE é uma cooperativa do ramo de produção operária.

ARTIGO QUARTO

A Cooperativa tem por objecto o exercício de actividades relativas à indústria de Artes Gráficas, podendo ainda realizar quaisquer outras actividades que, no seu desenvolvimento, delibere abarcar e que se destinem à satisfação das necessidades dos seus membros.

ARTIGO QUINTO

Para prossecução dos seus fins a Cooperativa deverá assegurar o aumento de níveis de produtividade, ampliar progressivamente o investimento em equipamento e em formação especializada dos seus cooperadores, procurando optimizar o emprego da força de trabalho disponível e o incremento dos benefícios sociais.

CAPÍTULO TERCEIRO
Do Capital Social
ARTIGO SEXTO

O capital social é variável e ilimitado, sendo constituído por títulos nominativos de quinhentos escudos cada um, a subscrever e realizar pelos cooperadores, os quais não vencem juros nem conferem quaisquer outros direitos, a não ser o do reembolso nas condições previstas nestes estatutos.

ARTIGO SÉTIMO

UM — O capital social é, inicialmente, de cinquenta e cinco mil escudos, representado por títulos, nos termos do artigo anterior, e acha-se integralmente subscrito e realizado, em dinheiro, pelos cooperadores existentes.

DOIS — A entrada mínima de cada cooperador é de dez títulos de capital, podendo a Assembleuia Geral vir a fixar um número maior a subscrever obrigatoriamente por cada membro.

TRÊS — Os aumentos de capital far-se-ão pela emissão de novos títulos ou pela admissão de novos cooperadores.

ARTIGO OITAVO

A transmissão dos títulos representativos do capital processar-se-ão nos termos consignados no Código Cooperativo.

ARTIGO NONO

As responsabilidades de cada cooperador pelas obrigações da Cooperativa é limitada ao montante de capital por si subscrito e realizado.

CAPÍTULO QUARTO

Dos Cooperadores — admissão, demissão, penalidades, suspensão e exclusão.

ARTIGO DÉCIMO

UM — São membros efectivos da Cooperativa os cooperadores já existentes à data da entrada em vigor dos presentes estatutos e bem assim toda e qualquer pessoa que como tal seja admitida pela Assembleia Geral.

DOIS — Poderão trabalhar no âmbito da Cooperativa outras pessoas, na qualidade de candidatos a cooperadores ou colaboradores temporários, os quais, ao fim de dois meses, ficarão impedidos de continuarem a exercer a sua actividade produtiva na Cooperativa, caso não sejam entretanto admitidos como cooperadores efectivos.

TRÊS — Nenhuma pessoa que preste colaboração à Cooperativa poderá ter o estatuto ou qualificação por conta de outrem.

ARTIGO DÉCIMO-PRIMEIRO

UM — Podem ser admitidos como cooperadores todas as pessoas singulares que:

a) — Tenham idade e escolaridade mínima estabelecidas na Lei para poderem prestar actividades remuneradas;

b — Se obrigarem a participar com o seu trabalho na Cooperativa de acordo com estabelecido nos presentes estatutos e na Lei.

DOIS — Os candidatos a cooperadores farão o pedido de admissão à Direcção, através duma proposta subscrita por dois cooperadores efectivos e pelos propostos, onde conste a sua identificação completa e onde declarem, por sua honra, satisfazerem os requisitos do número anterior e que são conhecedores das disposições insertas nos presentes estatutos.

TRÊS — A admissão dos candidatos é da competência da Assembleia Geral, devendo a Direcção previamente elaborar um parecer, por escrito, devidamente fundamentado, sobre a oportunidade de admissão ou rejeição dos candidatos.

QUATRO — Após a admissibilidade pela Assembleia Geral, de um candidato a cooperador efectivo, a respectiva inscrição será efectuada no livro próprio de registo de cooperadores.

ARTIGO DÉCIMO-SEGUNDO

UM — Qualquer cooperador pode solicitar a sua demissão, desde que o faça por escrito e com uma antecedência nunca inferior a trinta dias, observando-se em qualquer circunstância, o disposto no Código Cooperativo.

DOIS — No caso de demissão de um cooperador os títulos pelo mesmo subscritos realizados ser-lhe-ão reembolsados no prazo máximo de um ano, bem como as demais importâncias excedentes a que tiver direito até ao momento da apresentação do pedido de demissão.

TRÊS — O consignado no número anterior só terá lugar desde que se verifiquem liquidez por parte da Cooperativa para proceder ao reembolso.

ARTIGO DÉCIMO-TERCEIRO

UM — As infracções cometidas pelos cooperadores às disposições contidas nos presentes estatutos ou às normas legais de aplicação subsidiárias serão punidas de acordo com a gravidade da infracção e o prejuízo resultante para a GRAFICOOPE, com as sansões seguintes:

a) — Advertência;
b) — Suspensão de todos os direitos até trinta dias;
c) — Exclusão do cooperador.

DOIS — As sansões de suspensão e de exclusão são da exclusiva competência da Assembleia Geral, podendo, no entanto, a Direcção, desde que deliberado pela unanimidade dos seus membros, suspender preventivamente qualquer cooperador remetendo-se em qualquer caso, a decisão final para a Assembleia Geral convocada para o efeito.

TRÊS — A aplicação de qualquer sansão aos cooperadores não inibe a cooperativa de judicialmente exigir do infractor, nos termos gerais de direito, o pagamento de indemnização para ressarcimento dos prejuízos ocasionados.

ARTIGO DÉCIMO-QUARTO

UM — A aplicação da sansão de exclusão terá de ser fundada em violação grave e culposa do Código Cooperativo, de legislação complementar aplicável ao ramo de produção operária do sector cooperativo ou dos presentes estatutos e precedida de processo escrito, do qual conste a indiação das faltas cometidas pelo cooperador, a sua qualificação, a prova produzida, a defesa do arguido e a proposta da aplicação da sansão de exclusão.

DOIS — É insuprível a nulidade resultante da omissão de qualquer uma das formalidades que o processo obrigatoriamente deva conter.

TRÊS — A proposta fundamentada de exclusão a exarar no processo pela Direcção será notificada por escrito ao arguido, através de carta registada com aviso de recepção a expedir com uma antecedência de oito dias da data da realização da Assembleia Geral que sobre ela irá deliberar.

QUARTO — Da deliberação da Assembleia Geral que decidir a exclusão cabe sempre recurso para as instâncias judiciais.

CINCO — Ao ex-cooperador excluso serão restituídos, no prazo máximo de um ano, no valor dos títulos de capital por si subscritos e realizados, assim como os excedentes a que tiver direito até ao momento da exclusão.

CAPÍTULO QUINTO
Da Inserção na Produção
ARTIGO DÉCIMO-QUINTO

UM — Os cooperadores com actividade regular na Cooperativa obrigam-se a realizar através desta todo o trabalho que possam angariar ou que lhes seja solicitado proceder.

DOIS — Os cooperadores na medida em que exerçam actividade produtiva regular na Cooperativa não poderão trabalhar em regime livre, ou seja por sua conta ou iniciativa, fora do âmbito da Cooperativa, nem subordinadamente por conta de outrem salvo com autorização expressa da Assembleia Geral.

ARTIGO DÉCIMO-SEXTO

Os cooperadores e os terceiros com actividade produtiva na Cooperativa serão creditdos pela sua produção nas obras de serviços em que intervierem na base dos valores remanescentes dessas obras e serviços, uma vez deduzidos os seus custos directos e indirectos estimados e ainda da participação para o Fundo previsto nos presentes estatutos.

ARTIGO DÉCIMO-SÉTIMO

UM — Os critérios de distribuição dos valores remanescentes indicados no artigo anterior, serão acordados entre os produtores destas obras e serviços e a Direcção da Cooperativa e na ausência de acordo, ou porque na sua execução participaram a totalidade dos cooperadores, serão os critérios estabelecidos pela Direcção ou pela Assembleia Geral.

DOIS — Uma percentagem dos créditos provenientes da produção serão deslocados para o Centro do Fundo Cooperativo, o qual constitui o suporte de toda a capacidade de investimentos e liquidez da Cooperativa.

TRÊS — A percentagem referida no número anterior será fixada pela Assembleia Geral e só por decisão deste órgão social poderá ser alterada.

QUATRO — Os créditos provenientes da produção dos cooperadores e terceiros serão transferidos para contas-correntes nominativas dos mesmos.

CINCO — Os levantamentos dos cooperadores e terceiros por via da sua produção no âmbito da cooperativa, processar-se-ão por débito na respectiva conta-corrente nominativa.

SEIS — Os cooperadores eleitos para os órgãos sociais da Cooperativa e que pelas necessidades de conjunto não possam intervir, total ou parcialmente, na produção directa, serão creditados por importâncias equivalentes à média dos créditos atribuídos ao mais qualificado de todos os produtores directos.

SETE — Os cooperadores que trabalhem nos serviços administrativos ou noutros postos de apoio indirecto à produção, serão creditados por importâncias que traduzam uma relação entre os ordenados previstos no Contrato Colectivo de Trabalho para a categoria profissional correspondente e os levantamentos médios dos produtos directos e os ordenados previstos para estes nos contratos colectivos de trabalho aplicáveis às suas categorias profissionais.

ARTIGO DÉCIMO-OITAVO

UM — Os cooperadores e terceiros com actividade produtiva regular na Cooperativa poderão efectuar levantamentos mensais disponíveis durante doze meses ou o número de meses a fixar pela Assembleia Geral.

DOIS — A Direcção da Cooperativa poderá tomar medidas conducentes à suspensão dos levantamentos por média, caso uma baixa de produção avolume um saldo negativo.

TRÊS — Resultando do jogo das médias a acumulação de saldos positivos ou negativos na conta-corrente, a média aritmética será afectada por percentagens correntes.

ARTIGO DÉCIMO NONO

UM — Os custos directos das obras e serviços, no caso de os consumos de materiais passarem por armazém, serão, caso necessário, arbitrados pela Direcção da Cooperativa.

DOIS — Caso se verifiquem, em armazém, saldos contabilísticos superiores ao do inventário físico, a Direcção da Cooperativa poderá mandar debitar o diferencial aos produtores responsáveis por esses armazéns.

ARTIGO VIGÉSIMO

A Cooperativa terá uma conta de flutuação de custos indirectos de produção.

Esta conta será debitada pelas despesas gerais da Cooperativa e creditada por imputação às obras e serviços, em percentagem igual, incidindo sobre o valor da factura, deduzidos os custos directos. Essa percentagem constituirá uma estimativa de incidência dos custos indirectos nas obras e serviços.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

UM — Sendo a GRAFICOOPE uma cooperativa de produção em que a cobertura das despesas gerais e a capacidade de suportar investimentos provêm da produção, tem a Direcção da Cooperativa obrigação de zelar para que cada um dos produtores da Cooperativa assegure, com a sua produção a cobertura dessas despesas e a formação desse suporte. A Direcção da Cooperativa deverá, em função das necessidades do conjunto, exigir como contrapartida ao direito de trabalhar no âmbito da Cooperativa uma quota mínima de produção.

DOIS — A Direcção da Cooperativa deverá zelar para que a actuação produtiva de cada um dos elementos não comprometa o conjunto.

TRÊS — Cada produtor é responsável pelos prejuízos que provoque em obras, em equipamento, nas instalações. Esses prejuízos poderão ser debitados aos responsáveis.

CAPÍTULO SEXTO
Direitos e Deveres dos Cooperadores
ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

Os Cooperadores têm direito, nomeadamente, a:

a)— Tomar parte na Assembleia Geral, apresentando propostas e discutindo e votando os pontos constantes da ordem de trabalhos;

b)— Eleger e ser eleito para órgãos da Cooperativa;

c)— Requerer aos órgãos competentes da Cooperativa as informações que desejarem e examinar a escrita e as contas da Cooperativa, nos períodos e nas condições que forem fixadas pelos estatutos, pela Assembleia Geral ou pela Direcção, de cuja deliberação nesta matéria cabe recurso para a Assembleia Geral;

d)— Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos definidos nestes estatutos ou, quando esta não seja convocada, requerer a sua convocação nos termos da Lei;

e) Solicitar a sua demissão.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

UM — São deveres dos cooperadores a observância dos princípios cooperativos e o respeito pelas leis e pelos estatutos.

DOIS — Os cooperadores devem ainda:

a)— Tomar parte nas assembleias gerais;

b)— Aceitar e exercer os cargos sociais para os quais tenham sido eleitos, salvo motivo justificativo de escusa;

c)— Participar, em geral, nas actividades da Cooperativa e prestar o trabalho ou serviço que lhes competir, nomeadamente o resultante do disposto no número três do artigo vigésimo terceiro do Decreto-Lei número quatrocentos e cinquenta e quatro barra oitenta;

d)— Efectuar os pagamentos previstos na Lei e nos estatutos.

CAPÍTULO SÉTIMO
Dos Órgãos Sociais
ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

UM — São órgãos sociais da Cooperativa a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

DOIS — A Assembleia Geral ou a Direcção poderão deliberar a constituição de comissões especiais, de duração limitada e para fins específicos.

TRÊS — Os membros da mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal serão eleitos, por um período «de dois anos», na Assembleia Geral Ordinária que deverá reunir-se no primeiro trimestre de cada ano.

QUATRO — Os membros eleitos para qualquer cargo em qualquer órgão social são livremente reelegíveis para o mesmo ou outro cargo.

CINCO — Os titulares dos órgãos sociais poderão ser remunerados, conforme estipulado no regulamento interno.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

Os órgãos sociais só poderão deliberar desde que se encontre presente a maioria dos seus membros, salvo o disposto para a Assembleia Geral.

CAPÍTULO OITAVO
Da Assembleia Geral
ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

UM — A Assembleia Geral, constituída por todos os cooperadores no pleno gozo dos seus direitos, é o órgão supremo da Cooperativa.

DOIS — A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, por um vice-presidente e por um secretário, incumbindo ao presidente ou ao vice-presidente nas suas faltas ou impedimentos, convocar a Assembleia Geral e presidir aos seus trabalhos.

TRÊS — Ao secretário compete coadjuvar o presidente da mesa na orientação dos trabalhos e elaborar as actas das reuniões.

QUATRO — Na falta de qualquer dos membros da mesa, caberá à Assembleia Geral, preliminarmente, eleger entre os cooperadores presentes quem preencha nessa secção as vagas verificadas.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

UM — A Assembleia Geral reunir-se-á, em sessões ordinárias, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que regularmente convocada a pedido da Direcção, do Conselho Fiscal ou de um mínimo de dez por cento dos cooperadores efectivos.

DOIS — A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, no primeiro trimestre de cada ano, para apreciação e votação do balanço, relatório e contas do exercício anterior e, no último trimestre, para deliberação sobre o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte.

TRÊS — A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO

UM — A Assembleia Geral reunirá no local e hora marcada na convocatória, se estiverem presentes ou devidamente representados mais de metade dos cooperadores efectivos, ou meia hora depois, com qualquer número de presenças.

DOIS — Se a Assembleia Geral for convocada extraordinariamente a re-

Continua na pág. 14

Vigílias de Natal

Trabalhadores sem salários protestam na sexta-feira contra política do Governo PS/PSD

Em Lisboa, Porto, Évora, Setúbal e outras localidades do País muitos milhares de trabalhadores saem à rua na próxima sexta-feira para protestar contra a situação «escandalosa» provocada pelo atraso no pagamento de salários em diversas empresas e política seguida pelo Governo PS/PSD.

Neste momento, o patronato deve aos trabalhadores vários milhões de contos e no sector empresarial do Estado essa dívida ascende a cerca de um milhão de contos.

As vigílias previstas para o dia 23 em Lisboa, Porto, Almada, Seixal, Barreiro, Setúbal, e Alcácer do Sal, bem como a concentração marcada em Évora, integram-se na jornada de luta convocada pela CGTP/IN contra o salários em atraso, situação que a central sindical, pelas suas repercussões sociais, considera «escandalosa».

Em Lisboa os trabalhadores desfilarão do Rossio a São Bento, empunhando archotes e panos florescentes.

Segundo foi ontem revelado em conferência de Imprensa, no Porto os trabalhadores realizarão no mesmo dia uma vigília que se prolongará pela noite fora, na Praça da Liberdade.

A União dos Sindicatos do Porto (USP) através de um elemento da sua comissão executiva, salientou que «numa altura em que toda a gente, por ser Natal, fala em paz, é bom que se conscientem de que não pode haver paz enquanto há trabalhadores com fome e sem salários».

No encontro com os órgãos de comuicação social, os dirigentes sindicais condenaram a impunidade do patronato e a cumplicidade do Governo Soares/Mota Pinto, denunciado como motivos para o atraso no pagamento dos salários as «constantes fraudes, a corrupção e a má gestão, bem como o desvio de subsídios governamentais e a intenção patronal de travar as reivindicações dos trabalhadores.

Foi revelado que, relativamente ao mês de Novembro, no distrito do Porto existem cerca de 18 mil trabalhadores com salários e subsídios em atraso, no montante de cerca de 800 mil contos.

Relativamente às vigílias que se vão realizar em Almada, Seixal, Barreiro, Setúbal e Alcácer do Sal, a União dos Sindicatos de Setúbal (USS) revelam que foram já colados cinco mil cartazes, colocados 70 panos e serão distribuídos 30 mil desdobráveis e algumas dezenas de milhar de tarjetas.

Em Évora os trabalhadores concentrar-se-ão, na tarde de sexta-feira em frente à delegação do Ministério do Trabalho, estando prevista a aprovação de uma resolução que será entregue ao delegado das Relações Colectivas de Trabalho

As telefonistas da Câmara Municipal de Lisboa homenagearam este fim-de-semana a sua colega Odete Teixeira que, por ter atingido o limite de idade, passou à reforma. A foto reporta-se ao momento em que a homenageada (a quinta a partir da esquerda) era aplaudida pelas camaradas de trabalho, durante o almoço que decorreu numa marisqueira de Algés

PS solidário com a luta dos estivadores açorianos

O PS solidarizou-se com a luta dos estivadores do porto de Ponta Delgada Açores, pela obtenção de uma garantia salarial.

Esta tomada de posição surge na sequência de uma reunião entre a direcção do Sindicato dos Estivadores de Ponta Delgada e o secretário do PS para os assuntos sindicais, Albano Pimentel.

Uma nota do PS indica que durante a reunião foi feito um apelo ao bom senso e à moderação, tendo-se constatado a inoperância do Governo Regional e o desinteresse posto na resolução do contencioso existente».

Para o PS açoriano isto permite «o prolongamento de uma situação de impasse, alternada por greves, em prejuízo dos próprios trabalhadores e, em especial, das actividades económicas, na sua maioria dependentes da utilização dos transportes marítimos».

Indústria de madeiras tem novo acordo

As organizações sindicais e o patronato do sector de serrações, carpintaria, mobiliário, exportação e importação de madeiras acordaram pela primeira vez uma tabela salarial e outras cláusulas de incidência pecuniária.

De acordo com um porta-voz sindical, a importância do acordo reside no facto de ter sido negociado pela primeira vez um contrato num sector que nunca teve CCT.

A mesma fonte sublinhou que o acordo ficou a dever-se à firmeza manifestada pelos trabalhadores e que levou à reabertura do processo negocial, que havia sido encerrado pelo Ministério do Trabalho no ano passado. Iniciaram-se nessas alturas as negociações que agora foram concluídas.

Nos termos do acordo, que produz efeitos a partir de 1 de Janeiro, um primeiro oficial marceneiro passa de 11 mil para 17 650$00. O vencimento de um trabalhador indiferenciado, que era de apenas 9 500$00 passou a ser de 14 600 escudos.

Técnicos de desenho

O Sindicato dos Técnicos de Desenho do Porto promove esta tarde, nas suas instalações, um plenário de delegados que visa, nomeadamente, analisar a situação dos trabalhadores e do País.

Outros temas a debater são as acções a desenvolver e os problemas que os técnicos de desenho enfrentam actualmente.

Bancários de Setúbal votaram unidade

A lista «A» afecta à CGTP-IN, ganhou com maioria absoluta as eleições ontem realizadas para o secretariado de Setúbal do Sindicato dos Bancários.

Participaram na assembleia eleitoral 705 trabalhadores bancários, aproximadamente 43 por cento dos eleitores, tendo a lista «A» obtido 326 votos,, a «B» 215 e a «C» 146.

A lista vencedora concorreu com um programa em defesa da banca nacionalizada e por uma maioria unitária na secção regional de Setúbal do sindicato.

As listas «B» e «C» era afectas a UGT.

Continuação da pág. 15

querimento de cooperadores efectivos, só se realizará se nela estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO

É da competência exclusiva da Assembleia Geral:
a)— Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;
b)— Apreciar e votar anualmente o balanço, o relatório e as contas da Direcção, bem como o parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício anterior;
c)— Apreciar e votar anualmente o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte;
d)— Fixar as remunerações a pagar aos membros da Cooperativa e aprovar a forma de distribuição dos excedentes;
e)— Alterar os estatutos e aprovar, na generalidade, os regulamentos internos;
f)— Aprovar a filiação da Cooperativa em uniões, federações ou confederações de cooperativas e régies cooperativas, a sua fusão ou incorporação em outras cooperativas e a sua dissolução;
g)— Decidir sobre a exclusão de cooperadores, mediante proposta devidamente instruída e fundamentada e, como instância de recurso, sobre a sua admissão, quando recusada pela Direcção;
h)— Decidir sobre o exercício da acção civil ou penal contra directores, gerentes e/ou outros mandatários ou contra membros do conselho fiscal ou da sua própria mesa, podendo tal deliberação ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, relatório e contas do exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de trabalhos;
i)— Apreciar e votar quaisquer outras matérias.

CAÍTULO NONO
Da Direcção
ARTIGO TRIGÉSIMO

A Direcção é composta por três membros, «entre os quais» um presidente, um tesoureiro e um secretário.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO

Compete à Direcção:
a)— Administrar as actividades da Cooperativa, em conformidade com o presente estatuto, regulamento interno, decisões da Assembleia Geral e Código Cooperativo;
b)— Representar em juízo e fora dele;
c)— Admitir membros ou propor a sua exclusão;
d)— Assegurar a gestão da Cooperativa.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO

UM — Para obrigar formalmente a Cooperativa é indispensável a assinatura conjunta de dois membros da Direcção.
DOIS — Para os actos de mero expediente e obrigações cujo valor não exceda o salário mínimo nacional, bastará a assinatura de um membro da Direcção.

CAPÍTULO DÉCIMO
Do Conselho Fiscal
ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO

O Conselho Fiscal é composto por três membros.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO

O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da Copooperativa, competindo-lhe as atribuições do Código Cooperativo.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO
Dos fundos da Cooperativa e Distribuição de Excedentes
ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO

UM — São constituídas as seguintes reservas:
a)— Reserva legal;
b)— Reserva para educação e formação cooperativa;
c)— Outras reservas que a Assembleia Geral deliberar devendo, nesse caso, determinar o seu modo de formação, aplicação e liquidação.
DOIS — Os excedentes anuais líquidos reverterão para as diversas reservas, conforme deliberação da Assembleia Geral.
TRÊS — Se os prejuízos do exercício forem superiores ao montante da reserva legal, a diferença poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser exigida aos cooperadores, proporcionalmente às operações realizadas por cada um deles sendo a reserva legal reconstituída até ao anterior nível em que se encontrava.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO

UM — A reserva para educação e formação cooperativa é destinada a cobrir as despesas com a educação cooperativa, designadamente dos cooperadores, e com a formação cultural e técnica destes, à luz do cooperativismo e das necessidades da cooperativa.
DOIS — Reverte para a reserva, para educação e formação cooperativa, segundo proporção a determinar pela Assembleia Geral, a percentagem dos excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores, bem como os donativos e subsídios que forem especialmente destinados às finalidades desta reserva.
TRÊS — As formas de aplicação da reserva para educação e formação cooperativa serão determinadas pela Assembleia Geral.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO

UM — Todas as reservas são insusceptíveis de repartição entre os cooperadores.
DOIS — Se no caso de transmissão mortis causa os títulos do cooperador falecido forem adjudicados a sucessíveis que não sejam cooperadores da GRAFICOOPE, estes têm direito a receber o montante dos títulos segundo o valor nominal corrigido em função da quota parte dos excedentes ou prejuízos e das reservas não obrigatórias.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO

UM — Os excedentes anuais líquidos, com excepção dos provenientes de operações realizadas com terceiros, que restarem depois das reversões para as diversas reservas, poderão, por deliberação da Assembleia Geral, serem distribuídas pelos Cooperadores proporcionalmente aos trabalhos por estes prestados para a Cooperativa, podendo deduzir-se uma verba, não inferior a trinta por cento, destinada a remunerar os títulos de capital.
DOIS — Não pode proceder-se à distribuição de excedentes entre os cooperadores antes de se terem compensado as perdas dos exercícios anteriores ou se se tiver utilizado a reserva legal para compensar essas perdas, antes de se ter reconstituído a reserva ao anterior nível da sua utilização.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO
Da Liquidação e Partilha
ARTIGO TRIGÉSIMO NONO

A dissolução não se efectuará desde que dez sócios a isso se oponham e decidam continuar a Cooperativa.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO

Em caso de dissolução, a liquidação e partilha do património da Cooperativa processar-se-á nos termos da legislação cooperativa.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO
Da Alteração dos Estatutos
ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO

A alteração dos estatutos só pode ser deliberada por maioria qualificada de dois terços dos votos dos cooperadores presentes e representados na Assembleia Geral.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO

As propostas a apresentar à Assembleia Geral para alteração dos estatutos e a sua justificação sumária, deverão ser distribuídas aos cooperadores, para a sua apreciação, com pelo menos quinze dias de antecedência, sem prejuízo de, na Assembleia Geral, poderem ser apresentadas outras propostas.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

NOTA DE REGISTO (Averbamentos)

Apresentação n.º 2, do dia 23 de Nov. de 1983.
Pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 140 de fls. 126v.º do livro n.º J-1 respeitante à Graficoope-Artes Gráficas, Cooperativa de Responsabilidade Limitada — foi declarada a remoção de dúvidas à referida inscrição.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Em 23 de Nov.º de 1983.

O AJUDANTE
(assinatura ilegível)

Foi efectuada a remoção de dúvidas sob o n.º 2, a fs. 126 v.º do livro J-1, da inscrição n.º 140, da cooperativa «Graficoope, Artes Gráficas, Cooperativa de Responsabilidade Limitada.
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.
Aos 23/11/83.

O AJUDANTE
(assinatura ilegível)

RECTIFICAÇÃO

No dia dezoito de Novembro de mil novecentos e oitenta e três, no Vigésimo Segundo Cartório Notarial de Lisboa, perante mim, a notária, Licenciada Maria Filomena Marques da Cruz, compareceram como outorgantes:

Albertino Torres Ferreira Leal, casado, natural de Lisboa, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, e residente na Rua de São Tomé e Príncipe, número 26, 1.º andar, esquerdo, em Olival de Basto, concelho de Loures, e Henrique Fernando Ferreira Rodrigues, casado, também natural de Lisboa, freguesia de Alcântara, e residente no Bairro das Casas Pré-Fabricadas, número 34-A, ao Bairro do Relógio, em Lisboa, outorgando ambos na qualidade de directores em exercício e em representações da «GRÁFICOOPE — ARTES GRÁFICAS, COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA», com sede em Lisboa, na Rua D. Carlos de Mascarenhas, número trinta e nove, com os necessários poderes para este acto conforme verifiquei pela forma seguinte:

a)— Fotocópia da acta número quarenta e um, que arquivo, da reunião extraordinária da assembleia geral da sua representada, de quatro de Outubro findo;
b)— Certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, já arquivada neste Cartório a instruir a escritura indicada na alínea seguinte; e
c)— Escritura de vinte e nove de Junho do corrente ano, lavrada a folhas cinquenta e duas verso e seguintes do livro de notas número onze-L, deste Cartório.

Verifiquei a identidade de ambos os outorgantes pela exibição dos bilhetes de identidade números, respectivamente, 0038586, emitido em 11 de Fevereiro de 1980, e 5150723, emitido em 10 de Maio de 1983, ambos pelo Centro de Identificação Civil e Criminal, em Lisboa.

POR AMBOS OS OUTORGANTES, NA QUALIDADE EM QUE INTERVÊM, FOI DECLARADO:

— Que, pela mencionada escritura de vinte e nove de Junho do ano em curso, lavrada neste Cartório de folhas cinquenta e duas verso a cinquenta e quatro do livro de notas número onze-L, alteraram a denominação da sua representada, que era de «GRAFICCOPE - ARTES GRÁFICAS, SCARL», para «GRAFICOOPE - ARTES GRÁFICAS, CRL», tendo ainda por essa mesma escritura aumentado o respectivo capital para cinquenta e cinco mil escudos e remodelado totalmente os seus estatutos, actos estes que foram levados a efeito com vista à regularização e à legalização da dita cooperativa em conformidade com a nova legislação cooperativa;

Que, pela presente escritura e no uso dos poderes que lhes foram conferidos na citada reunião da assembleia geral de quatro de Outubro, findo, rectificam a referida escritura de vinte e nove de Junho do corrente ano, apenas no sentido de ficar a constar que a denominação adoptada pela sua representada é a de «GRAFICOOPE – ARTES GRÁFICAS, COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA» e não a que, por lapso, foi declarada de «GRAFICOOPE - ARTES GRÁFICAS, CRL», mantendo-se, em tudo o mais não expressamente rectificado, o clausulado na citada «escritura» de quatro de Outubro findo, digo «escritura» de vinte e nove de Junho último;

Que, em consequência desta rectificação, o artigo primeiro dos respectivos estatutos passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO PRIMEIRO — A Cooperativa «GRAFICOOPE - ARTES GRÁFICAS, SCARL», constituída por escritura de dezassete de Junho de mil novecentos e setenta e cinco, lavrada a folhas nove e seguintes do livro H-doze, das notas do Vigésimo Cartório Notarial de Lisboa, e que adoptou as normas do Código Cooperativo, de harmonia com o disposto no seu artigo nonagésimo nono, continua a sua existência jurídica sob a denominação de «GRAFICOOPE - ARTES GRÁFICAS, COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA», e passa a reger-se pelos presentes estatutos.

ASSIM O OUTORGARAM

Adverti os outorgantes de que o registo deste acto deve ser requerido no prazo de três meses, a contar de hoje.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de ambos, os quais me exibiram o Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva com o número 500359369, referente à dita cooperativa.

ORLANDO & ALMEIDA, LDA.

Deseja a todos os seus clientes, fornecedores e amigos, um FELIZ NATAL.

RUA DE ARROIOS, 179-A E 156-B—LISBOA

LOPES DOS SANTOS, LDA.

ARMAZENISTAS - RETALHISTAS

ALCATIFAS da Fábrica ao Público Vendas directas

Tapeçarias ● Cortinados ● Tapetes ● Alcatifas Veludos ● Papéis pintados ● Carpetes francesas e belgas

Deseja aos Ex.mos Clientes, FESTAS FELIZES

RUA AUGUSTA, 84—TEL. 323637—LISBOA

PROLEX

CONSULTORA ADMINISTRATIVA E FISCAL, LDA.

ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIEDADES

Deseja aos seus clientes e amigos um BOM NATAL E FELIZ ANO NOVO

Praça dos Restauradores, 13-2.º, Dt.º, salas 33-34
Telefones 323407 - 365806 - LISBOA

CCC—CASA DAS CARPETES DE COIMBRA, LDA

AV. CASAL RIBEIRO, 27 — TELEF. 556249

ALCATIFAS da Fábrica ao Público Vendas directas

Tapeçarias • Cortinados • Tapetes • Alcatifas Veludos • Papéis Pintados • Carpetes Francesas e Belgas

Deseja aos seus Ex.mos Clientes e Amigos

FESTAS FELIZES

COMANDO-GERAL DA GUARDA FISCAL

CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE CAMISAS AZUIS COM MANGA E MEIA MANGA — PROC. N.º 15-F/83

1 — Faz-se público que está aberto o concurso para fornecimento à Guarda Fiscal de 3500 camisas azuis.

2 — Serão recebidas propostas até às 17 h 00 do dia 17 de Janeiro de 1984, procedendo-se à abertura às 10 h 00 no dia imediato.

3 — O caderno de encargos está patente no Conselho Administrativo do Comando-Geral da Guarda Fiscal à Rua da Cruz de Santa Apolónia, n.º 2 — LISBOA — durante as horas de expediente, podendo ser fornecido ao preço de 30$00 cada exemplar.

4 — A caução provisória a prestar, dentro das normas legais admissíveis, será de 60 000$00.

«UNIPOVO»

Cooperativa de Consumo de Alverca, CRL

SEDE — **Rua José António do Carmo, 19**
ALVERCA DO RIBATEJO

CONVOCATÓRIA

De acordo com os Estatutos aprovados em 22 de Junho de 1983 e nos termos do Artigo 22.º-2, convocam-se os membros cooperantes para uma reunião «ORDINÁRIA» a realizar no **dia 6 de Janeiro de 1984 (sexta-feira) pelas 20,30** horas no salão dos Bombeiros Voluntários de Alverca, Rua João Mantas, Alverca.

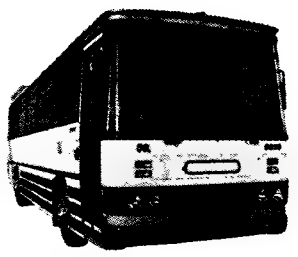
Se à hora indicada não estiver presente mais de metade dos cooperantes com direito a voto, ou seus representantes devidamente credenciados, a Assembleia reunirá com qualquer número de cooperadores, uma hora depois.

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações:
2 — Apreciação e votação do orçamento e o plano de actividades para o exercício de 1984.

Alverca do Ribatejo, 5 de Dezembro de 1983
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Diamantino Brás

Temos o maior e mais eficiente serviço Expresso-Rápido que liga dinamicamente as cidades e vilas interiores às capitais e a outras grandes cidades. Se comparar preços, regularidade e conforto com **qualquer outro meio de transporte,** você vê logo porque dizemos que a ***RN*** é uma grande empresa de serviços: Mais de 250 Expressos-Rápidos estão, neste momento, a circular nas estradas de Portugal, levando pessoas de Viseu ao Algarve, de Faro ao Porto, de Braga a Lisboa, isto só para citar alguns. A nossa rede Expresso-Rápido cobre a quase totalidade do País. De forma dinâmica e proporcionando-lhe o máximo conforto pelo mínimo preço. Consulte o Centro de Passageiros ***RN*** mais próximo, para marcar já o seu lugar.



POR ISSO E PARA SI, SOMOS

RODOVIÁRIA NACIONAL **RN**

UMA GRANDE EMPRESA DE SERVIÇOS

MKM markimage – 01/83

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OVAR

ANÚNCIO

Pela Segunda Secção e Segundo Juízo da comarca de Ovar na acção com processo ordinário movida por Lusotufo-Indústrias Têxteis Irmãos Rolas, S.A.R.L., com sede em Cortegaça, Ovar, contra M. Tavares Ld.ª, com os seus legais representantes ausentes em parte incerta com sede conhecida na Rua Capitão Maia, Lote 4532, Quinta do Conde, Coina, comarca do Seixal é esta ré citada para contestar, apresentando a sua defesa em VINTE DIAS, que começa a contar depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contada da segunda e última publicação do presente anúncio, sob a cominação de vir a ser tidos por confessados os factos articulados pela autora e consiste em ser devedora da importância de 847 425$00 mais 21 175$00 de juros vencidos à taxa legal e os juros vincendos à mesma taxa até integral pagamento.

Ovar, 5 de Dezembro de 1983

O Juiz de Direito,
a) Luís Manuel de Vilhegas Lucena e Vale

O Escrivão de Direito,
a) José da Costa Godinho

D.L. — 21/12/83 — 2.ª Pub.

«A PREGUIÇA— COMÉRCIO DE ARTIGOS DE LIVRARIA E PAPELARIA, LIMITADA»

CARTÓRIO NOTARIAL DE ALGÉS

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura de 12 de Maio do corrente ano, lavrada de folhas 12 verso a folhas 14, do livro de Notas para «Escrituras Diversas» n.º 8-D, deste Cartório, a cargo do Notário Licenciado, José Joaquim de Carvalho Botelho, ANTÓNIO JOSÉ MIGUEL DA SILVA AMARAL, MARIA FERNANDA ALVES DIAS AMARAL, FERNANDO MANUEL RODRIGUES DE ALMEIDA; e, HELENA MARIA FILIPE DE MATOS, na qualidade de únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, e com sede na Rua Padre Bartolomeu de Gusmão, lote 30, loja A, na Damaia, Amadora, deliberaram alterar parcialmente o pacto social da dita sociedade, quanto ao corpo do artigo sétimo, o qual passou a ter a seguinte nova redação:

ARTIGO SÉTIMO (CORPO): — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral fica a cargo dos sócios António José Miguel da Silva Amaral e Fernando Manuel Rodrigues de Almeida, como tal nomeados gerentes.

ESTÁ CONFORME AO ORIGINAL.
Algés e Cartório Notarial, quinze de Dezembro de mil novecentos e oitenta e três.

O Ajudante

JOAQUIM CARLOS FERNANDES DE PAIVA

DESPORTO

Desporto em 83: ano das imagens

Os doze meses de 1983, encastoados entre a fase final da Taça do Mundo de Futebol em Espanha e os Jogos Olímpicos de Los Angeles, tinham todas as probabilidades de permanecer na sombra do olvido e de primarem pela ausência de grandes acontecimentos. É verdade que o calendário desportivo apresentava os primeiros campeonatos do mundo de atletismo mas a perspectiva geral não se afastava de uma certa monotonia.

E eis que, confirmando a asserção de que o desporto se apodera cada vez um pouco mais da actualidade, aos nossos olhos deslumbrados se vieram impor imagens espectaculares ou empolgantes, soberbas ou caóticas, joviais ou desesperadas, todas elas contribuindo para que não se esqueça facilmente este ano que está a chegar ao fim.

Bernard Hinault

IMAGENS fulgurantes as que vieram de Helsínquia quando Carl Lewis juntou ao ouro dos 100 metros o ouro do salto em comprimento, quando Jarmila Kratochvilova se adiantou irresistivelmente às suas adversárias ou quando Evelyn Ashford se estatelou na pista, gritando de dor, a escassos metros da medalha de ouro que tanto ansiava. Faltou por outro lado o grito de triunfo de Zhu Jianjua, o chinês que dois meses antes se afirmara como o homem mais «alto» do mundo e que iria efectivamente melhorar o seu recorde mas só algumas semanas depois do encontro de Helsínquia.

Longe dos estádios do atletismo não faltaram também imagens inesquecíveis. Quanta beleza assim nas harmoniosas evoluções de Jayne Torvill e Christopher Dean na pista de gelo, subjudando o júri, os espectadores e os telespectadores ao ponto de fazerem desaparecer qualquer fronteira entre o desporto e a arte. Que emoção tamanha no apertado abraço dos dois gémeos Vassil e Hristo Etropolski no pódio do campeonato mundial de sabre. Que dramática intensidade na corrida «taco a taco» de Freddie Spencer e Kenny Roberts, rolando a mais de 270 km/h

Yannick Noah

Nelson Piquet

nas suas motos. Quanta angústia no olhar dos futebolistas italianos, incapazes de honrarem os pergaminhos do título mundial frente aos modestos cipriotas. Que magnífica sensação de força nas braçadas de Michael Gross, um albatroz de 199 centímetros, reduzindo na piscina os especialistas europeus e americanos ao papel de meros figurantes.

E Bernard Hinault num esgar de dor segurando o joelho lesionado. E os atletas americanos esquivando-se ao controlo anti-«doping» dos Jogos Pan-Americanos de Caracas. E o «oito» neozelandês sulcando vertiginosamente a pista aquática de Diusburg. E Piquet conduzindo a sua máquina BMW ao título mundial, apesar das longas esperanças de Alain Prost. E Wilander e Noah operando uma reviravolta nas classificações mundiais de ténis para fazer esquecer os acessos de mau humor de John McEnroe. E Martina Navratilova atirando vitoriosa a sua raqueta ao ar nos «courts» de Wimbledon, Flushing Meadow e Melbourne. E Greg Lemond dando pela primeira vez um título mundial de ciclismo aos Estados Unidos. E a Taça América arrebatada por um veleiro australiano...

Afinal, um nunca acabar de recordações indeléveis neste ano que tão-pouco prometia. E dizer que 1984, com os seus Jogos Olímpicos e o seu campeonato da Europa de futebol está já à porta...

Supertaça para a Escócia

Aberdeen, 2 Hamburgo, 0

O Aberdeen, da Escócia, conquistou a Supertaça Europeia de Futebol, ao vencer, por 2-0, p Hamburgo, na segunda mão do troféu.

Na primeira mão, em Hamburgo, o resultado ficara em branco.

Ao intervalo do encontro, transmitido, em directo, pela RTP, registava-se uma igualdade sem golos, mas na segunda metade, logo aos 47 minutos, Simpson marcou para os escoceses, aproveitando uma falha da defensiva alemã federal.

O jogo foi caracterizado pelo equilíbrio nos primeiros 45 minutos, mas o golo alcançado no reinício e as hesitações da defesa germânica originaram a pressão dos visitados, que, a partir de então, não tiveram dificuldade em garantir a vitória e a taça.

O claro domínio do Aberdeen em toda a segunda parte fez elevar o marcador par 2-0, aos 64 minutos, com um golo de MacGhee em remate à boca da baliza na sequência de um pontapé de canto em que a defensiva do Hamburgo foi, novamente, batida e com responsabilidades próprias.

Valeu ao Hamburgo, para não ser goleado, a excelente exibição do guarda-redes Stein.

O Aberdeen, detentor da Taça dos Vencedores de Taças da época 82/83, culminou, assim, uma temporada que lhe valeu o troféu de melhor equipa europeia, vencendo na finalíssima do velho continente o detentor da Taça dos Campeões, cuja baixa de forma também evidenciada na Escócia, já provocou o seu afastamento da competição de 1983/84.

O Hamburgo quebrou depois de vencer a Taça dos Campeões, não conseguindo esta época triunfar nas duas supertaças. Antes da europeia, a equipa alemã federal perdera, no Japão, a Intercontinental, frente ao Grémio de Porto Alegre.

Basquetebol

Hoje há "suspense" para o apuramento

A fase de apuramento do campeonato nacional da 1.º divisão de basquetebol, devido ao equilíbrio de valores entre a maioria das equipas, como que se transformou numa «fita» de Hitchcock em vários capítulos. Com efeito, começou com uma supremacia clara do Queluz e do Barreirense, a contrastar com a inferioridade clara do FC Porto (com quatro derrotas nas seis primeiras jornadas) o campeão nacional da época passada que parecia em «panne». «Parecia» é o termo. No programa normalmente idealizado por Jorge Araújo, o técnico portista na quinta época consecutiva, estão previstas as «quedas» de forma. E, excepcionalmente esta época, por determinação económica da direcção desse colosso desportivo que é o clube das Antas, Jorge Araújo não pôde dar à sua equipa uma preparação adequada de «antes do campeonato». Logicamente que os primeiros jogos foram servindo como que exigentes períodos de preparação: os jogadores portistas foram conseguindo o equilíbrio técnico-táctico e físico que antes não tinham e, a despeito dos desaires iniciais (nós chamamos-lhe impossibilidade de preparação atempada) o FC Porto está hoje «apenas» a par do Queluz no primeiro lugar, mas à frente porque conta melhor «cesto-average» do que os quelucenses. Quem pensava que o Porto se «inquinara» e não mais conseguia uma posição erecta, enganou-se e a prova aí está.

O «nacional» prossegue hoje com os jogos correspondentes à última jornada de apuramento mas, não é propriamente à volta dos jogos do FC Porto, Queluz e Barreirense, mais o Sangalhos com a sua qualificação assegurada, que se inspira o interesse da derradeira «ronda». Principalmente, a expectativa centraliza-se nos encontros que tem por protagonistas o Benfica, Ovarense e Olivais por, inevitavelmente ocasionar que um deles perca o «comboio», dos seis primeiros. Favoritos aos referidos desafios em que há maior empenhamento das equipas a apurar são o Benfica e a Ovarense, já que o Olivais terá que actuar na Bairrada, onde encontrará dificuldades de muita monta para dominar a personalizada turma sangalhense. Depois, «extra» fase de apuramento, poderá ser repetido o encontro Olivais-Barreirense, «prematuramente» terminado a pouco mais de seis minutos do fim, no último domingo, quando os olivanenses perdiam por uma diferença de 22 pontos (67-89). O «compulsivo» final foi atingido por alegada avaria «irreparável» na instalação eléctrica do pavilhão da equipa visitada (nas imediações do recinto a iluminação brotou a jorros, embora em momento de carestia da energia eléctrica). A Federação, é do regulamento, terá que meter a sua «polícia» para investigar profundamente a brusca escuridão ocorrida nos referidos jogo e recinto, para depois homologar o campeonato com a derrota do Olivais (consequentemente a vitória do Barreirense). Em qualquer dos casos, se o Olivais vencer hoje o Sangalhos (o que pensamos ser extremamente difícil) podem, ainda, qualificar-se entre os seis primeiros, tudo dependendo dos desfechos dos jogos em que participam o Benfica e a Ovarense.

Jogos para hoje, 22.ª jornada: Benfica-Luso do Barreiro (21.30), Atlético-Ginásio Figueirense (21.30), Sangalhos-Olivais (21), Barreirense-Queluz (21.30), Conimbricense-Ovarense (21) e FC Porto-Sanjoanense (21.30), nos recintos dos primeiros.

António Abel

Torneio de minibasquete

Um total de 370 jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, divididos por 37 equipas, participam desde segunda-feira num torneio de minibasquetebol denominado «Convívio de Natal».

Organizado pela delegação distrital de Lisboa da Direcção-Geral dos Desportos (DGD), com a colaboração do Atlético, que cedeu os recintos, este torneio de minibasquetebol termina amanhã e nele participam equipas masculinas, femininas e mistas de vários clubes e colégios.

Durante os dias em que decorre o torneio disputam-se, por hora e entre as 9.30 e as 12.30, quatro jogos simultâneos.

O professor Eduardo Branco, da DGD, afirmou à Anop que o torneio tem como objectivo principal «incentivar a prática da modalidade e procurar que os núcleos que se dedicam ao minibasquetebol tenham uma actividade de convívio».

«Não queremos a competição nestes escalões, mas sim o convívio entre todos os praticantes da modalidade», frisou, acrescentando que «o espírito do minibasquetebol deve ser preservado».

Eduardo Branco sublinhou, por outro lado, que o minibasquetebol vive, no distrito de Lisboa, de «uns tantos clubes», entre os quais destacou o Algés, Cruzquebradense, Atlético, Queluz e Moscavide, e ainda da Associação Desportiva de Oeiras, Casa Pia, Centro Recreativo de Rio Seco, Junta de Freguesia de Paço de Arcos e dos colégios S. João de Brito, Valsassina e Nova Cultura.

Relativamente a 1984, Eduardo Branco que tenciona, dentro das disponibilidades financeiras da Direcção-Geral dos Desportos, organizar alguns torneios deste tipo e elaborar um calendário que abranja todos os núcleos e proporcione a realização de jogos durante pelo menos três meses.

Assim, a partir de Março de 1984 a DGD vai procurar organizar aos fins-de-semana, e durante o período de aulas, jogos entre equipas de minibasquetebol em vários pontos do distrito de Lisboa.

Nas férias, segundo o professor Eduardo Branco, procurar-se-á, dentro do possível, organizar jogos diários entre os muitos praticantes da modalidade.

DESPORTO

Europeu de futebol

Espanha e Jugoslávia a pensar em Paris

Espanha e Jugoslávia (em Sevilha e Split, Jugoslávia, respectivamente) jogam esta noite os encontros decisivos para a sua participação na final do europeu de futebol, a disputar em França a partir do dia 12 de Junho do próximo ano.

No grupo 7, a Espanha apresenta-se como indiscutível favorito, já que o adversário se chama selecção de Malta, com o único senão de os espanhóis **terem** que marcar 11 golos com condição indispensável ao apuramento. A não ser assim, caberá à Holanda um lugar na final de Paris.

Por seu turno, a selecção jugoslava tem absoluta necessidade de vencer a sua congénere da Bulgária, que para garantir o apuramento teria que ganhar aos jugoslávos por duas bolas de diferença.

O País de Gales, que lidera o grupo 4, tem ainda uma hipótese caso se verifique um empate na partida entre Jusgolávia e Bulgária ou mesmo a vitória búlgara par um golo de diferença.

Equipas prováveis:

Espanha: Buyo; Salva, Maceda, Camacho e Guerri; Muñoz, Gordillo e Carrasco; Santiallana, Rincon e Sarabia.

Malta: Bonnello; Buttigieg, Schermbri, Emanuel Farrugia e Edwid Farrugia; Degiorgio, Demannuele e Fabri; Ray Farrugia, Azzopardi e Mário Farrugia.

Jugoslávia: Simovic; Zoran Vujovic, Drobnjak, Katanec e Peruzovic; Radanovic, Zlatko Vujovic e Gudeli; Susic, Bazdarevic e Milnaric.

Bulgária: Mihajlov; Arabos, Petrov, Sirakov e Dimitrov; Borisov, Zdravkov e Sadikov; Gospodinov, Eranosian e Mladenov.

As últimas do futebol brasileiro

● **SÓCRATES, O MAIOR**

O brasileiro Sócrates, do Corintians de S. Paulo, foi eleito o melhor futebolista do continente americano – segundo votação de jornalistas especializados organizada pela revista argentina «El Gráfico», publicada em Buenos Aires.

O segundo lugar foi atribuído ao argentino Filol, actual guarda-redes do Flamengo, do Rio de Janeiro, e o terceiro ao uruguaio Rodolfo Rodriguez, guarda-redes do Nacional de Montevideu.

Júnior, também do Flamengo, e Hugo Diogo, do Peñarol de Montevideu, situaram-se na quarta e quinta posições, respectivamente.

O brasileiro Zico, actualmente no Udinese, Itália foi o eleito em 1982 quando jogava no Flamengo e nos dois anos anteriores a distinção coube ao argentino Diego Maradona, então no Argentino Juniores.

Sócrates já fora eleito esta semana por 444 jornalistas brasileiros o melhor jogador do ano no seu país, com 225 votos contra 115 de Zico.

Renato «Gaúcho», do Grémio, autor dos dois golos da sua equipa na final da Taça Intercontinental contra o Hamburgo, foi eleito «revelação do ano», com 67 votos, mais 15 do que o avançado paulista Chicão.

● **RAUL: O ADEUS**

Os futebolistas Zico, Falcão, Dirceu e Cerezo participaram no jogo de despedida de Raul, guarda-reses do Flamengo, que abandona o futebol depois de 22 anos como profissional.

O encontro, entre a equipa do Flamengo e outra de amigos de Raul, disputou-se no estádio do Marcanã, no Rio de Janeiro.

Raul, que durante a sua vida desportiva conquistou, com o Brasil, a Taça Libertadores da América e a Taça Intercontinental de Clubes de 1981, foi considerado pelos cronistas desportivos locais como o melhor jogador do campeonato regional do Rio de Janeiro desta época.

As equipas alinharam:

FLAMENGO – Raul, Leandro, Figueiredo, Mozer e Júnior, Andrade, Tita e Zico, Lúcio, Edmar e Adílio. Técnico: Cláudio Garcia.

AMIGOS DE RAUL – Leão, Nelinho, Luís Parreira, Edinho e Marco António, Baptista, Falão e Cerezo, Reinaldo, Roberto Dinamite e Rivelino (também jogaram Vítor, Dario Pereira, Branco, Assis, Geraldo e Zé Carlos). Técnico: Zezé Moreira.

● **A NOVA SELECÇÃO**

A Confederação Brasileira de Futebol divulgou a lista dos 23 jogadores convocados para a selecção que vai disputar, em Janeiro de 1984, em Guayquil (Equador), o Torneio Pré-Olímpico.

A lista dos convocados é a seguinte:

GUARDA-redes: Paulo Vítor, Ademar Maria e Sidmar. **Defesas:** Edson, Júlio César, Leis, Sacemir, Jorginho, Ricardo, Adalberto e David. **Médios:** Vítor, Dunga, René, Moreno, Marcos Vinpicios e Mário. **Avançados:** Geraldo, Gersinho, Chicão, Mirandinha, Marcio Fernandes e Adu.

O Brasil iniciará a sua participação no Torneio Pré-Olímpico frente ao Peru, no dia 8 de Janeiro, e jogará contra a Colômbia e Equador a 12 e a 18 do mesmo mês, respectivamente.

Individuais de ténis de mesa

Alvoeiro e Pedro Miguel na corrida para o título

José Alvoeiro (Benfica) e Pedro Miguel (Philips) estão empatados na corrida para o título individual lisboeta, ambos com uma derrota. No entanto, Pedro Miguel está em vantagem por ter derrotado José Alvoeiro, dependendo apenas de si a vitória na prova, para o que lhe basta vencer os três encontros da última jornada contra Carlos Guilherme, Artur Raimundo (ambos do Casa Pia) e João Lago (Fanhões). Carlos Guilherme, que até ontem era guia invicto, viu completamente goradas as suas aspirações ao sofrer três derrotas ante José Alvoeiro, Ivanoel Moreira e José Marquês (todos do Benfica).

Torneio do Arrudense

O Clube Recreativo Desportivo Arrudense vai organizar o seu 5.º Torneio Aberto, nos dias 21 e 22 de Janeiro. As inscrições estão abertas até ao dia 4 de Janeiro próximo. Este torneio, que já tem pergaminhos e se tem notabilizado pela sua boa organização, é patrocinado pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos e apoiado por algumas entidades particulares da região.

Desporto: Mitos e símbolos

Homero Serpa — uma luta pela cultura

Manuel Sérgio

EU rompo sempre pela porta da redacção d'**A Bola**, como quem entra em casa de amigos do peito. Ainda hoje não percebo, ao certo, porque procedo assim. Mas julgo que me une ao Carlos Miranda, ao Vítor Santos, ao Homero Serpa, ao Carlos Pinhão, ao Alfredo Farinha, ao Aurélio Márcio, ao Cruz dos Santos, ao Vítor Serpa, ao Rui Santos, ao João Alves da Costa, ao Alfredo Barbosa, ao Santos Neves, ao Joaquim Rita, etc., etc., uma espécie de **credo** ou **profissão de fé** num certo desporto e na tarefa permanente que lhe cabe de libertação do homem. Embora possa parecer o contrário aos seus leitores apressados, n'**A Bola** é, por assim dizer, ideologia dominante que o desporto não tem oportunidades de sobrevivência senão redescobrindo e tornando mais vivas e actuantes as fontes do humanismo — daquele humanismo que tem poelo homem um interesse que ultrapassa todos os interesses, em três palavras só: uma paixão absoluta!

No jornal **A Bola**, trabalham o vigor do raciocínio e a lucidez das análises do Carlos Miranda e do Alfredo Farinha; o crítico sagaz dos lugares-comuns indiscutidos, que é o Carlos Pinhão; os comentários documentados e penetrantes do Aurélio Márcio e do Cruz dos Santos; a juventude do Vítor Serpa, do Rui Santos e do João Alves da Costa, desmistificadores implacáveis do conformismo e de todas as vulgatas da ingnorância e do oportunismo; o militantismo jornalístico do Alfredo Barbosa, do Santos Neves e do Joaquim Rita; e ainda do Vítor Santos, esse límpido pedagogo, dubitativo e encorajador, hoje, no jornalismo português, indubitavelmente em lugar cimeiro. Não admira, por isso, que **A Bola** goze dos favores do público ledor, como nenhum outro órgão de Comunicação Social, no nosso país...

Mas eu, neste momento, de entre todos os jornalistas d'**A Bola** quero distinguir o Homero Serpa. E por esta única razão: mantém-se generosamente de pé, em defesa dos livros e dos autores portugueses, servindo-se do magnífico veículo de informação, que é o seu jornal. O Homero deixou embalar-se, desde tamanino, nas águas da prática desportiva. Foi assim nadador do CF «Os Belenenses» e, neste mesmo clube, chegou a secretário-técnico da equipa principal de futebol, com sucesso indesmentível, acodindo-me à memória alguns jogos donde emergiu a sua inteligência e o seu largo tirocínio pelo mundo do desporto português. Como jornalista e escritor, é um autor lido e relido: lido, porque reflecte, com saber, o desporto, ou seja, empregando uma expressão que me é cara, o fenómeno cultural de maior magia, no mundo contemporâneo; relido, pelo ângulo de visão e de exigência, que o atiram para o âmbito dos que, escrevendo, **criam**. O Homero é relido porque o merece por si mesmo, esquecidos já os pretextos que o fizeram escrever; porque, para ele, desporto e cultura são conceitos que, de facto, mutuamente se implicam. E assim toda a sua luta por um certo desporto equivale à luta por uma cultura entendida esta como rotura (com um passado esclerosado e bafiento) e criatividade.

Já editou ele, através de Livros Horizonte, «Outra Maneira de Contar Desporto» e apresta-se, na mesma editora, a publicar uma série de contos para crianças, na colecção «Pássaro Livre». Tem também, no prelo, o livro «Estrada sem Ídolos». E em toda esta actividade criativa, procurando radicar a visão do desporto na cultura; manifestando que não se contenta com o «aqui e agora» do fenómeno desportivo nacionaé e procura transformá-lo, menos por sugestões para um planeamento gimnodesportivo, do que por grandes opções que envolvem o desporto, porque têm a ver com a vida toda. O Homero Serpa, mais do que um técnico, é um factor de consciência. Mas não é como consciência crítica (e não como besta esplêndida) que o desportista se sentirá implicado, envolvido, responsabilizado, num desporto diferente, numa sociedade «à medida do homem»?

Corrida de Natal e beneficência

Tal como em anos anteriores, o comando da Iberlant promoveu, durante a quadra de Natal, um programa de actividades com o objectivo de angariar fundos destinados a fins de beneficência.

Este ano foi decidido ajudar o Centro Residencial Conde de Oeiras.

Dentro do referido programa, destacamos o torneio de golfe que teve lugar no Estoril, assim como, um sorteio e uma campanha de emagrecimento já ocorridos.

A última realização «A Corrida do Natal» iniciou-se ontem.

A corrida termina amanhã, cerca das 15.30 horas.

MICROSCÓPIO

Meirim em Maputo

Joaquim Meirim assumiu já a responsabilidade pelo departamento de futebol sénior do Maxaquene de Maputo – anunciou uma fonte do clube moçambicano.

O treinador português chegou sábado a Maputo para conversações com a direcção do clube, que culminaram com a assinatura do contrato que fará Joaquim Meirim sentar-se no banco do Maxaquene na próxima temporada da primeira divisão do futebol moçambicano.

Boxe em questão

O pugilista italiano Salvatore La Serra entrou no décimo primeiro dia de coma profundo, que se seguiu à vitória aos pontos sobre o seu compatriota Maurizio Lupino.

Serra continua em estado gravíssimo – declararam os médicos que, o assistem numa clínica milanesa.

O caso tem levado numerosas organizações e os meios de Comunicação Social de Itália, nomeadamente «L'Osservatore Romano», jornal do Vaticano, a insistir na proibição do Boxe.

Mundial de xadrez

A final do mundial masculino de xadrez volta, 15 anos depois, a ser disputada em Moscovo – anuncia o jornal «Moskovsky Komsomolets».

Em 1969, defrontaram-se os soviéticos Spassky e Petrosyan, com vitória do primeiro, e na próxima final, em Setembro de 1984, Anatoly Karpov defenderá o título contra o jovem Garry Kasparov (20 anos) ou o veterano Valery Smyslov (63 anos).

Comentando o «match» entre os candidatos, o jornal moscovita salienta que «existem raros antecedentes na história do xadrez de um enfrentamento entre um génio precóce e um grande mestre cheio de experiência».

Prevenção de sismos por meio de satélites

O sistema de satélites meteorológicos europeus «Meteosat» poderá facilitar a previsão dos sismos na Europa e na bacia mediterrânica, graças a um novo modo de transmissão rápida de dados de que o engenho acaba de ser dotado.

Contudo, alguns sismólogos duvidam que, a partir dos dados recolhidos por satélites transmitidos o mais rapidamente possível para os laboratórios especializados, se consigam prever os sismos, uma aposta que os especialistas mundiais não conseguiram ganhar até agora baseando-se nas obervações feitas em terra.

De hoje em diante, o sistema «Meteosat» pode transmitir dados em quatro minutos, em vez de o fazer em uma hora. É esta rapidez de transmissão que deverá permitir aos sismólogos analisarem a tempo os sinais precursores dos tremores de terra.

Foi feita uma demonstração desta nova capacidade na passada segunda-feira, no Conselho da Europa, no quadro de uma reunião do Comité de Peritos Europeus para a Investigação sobre os Sismos (CAHRT).

Existem actualmente em todo o mundo 89 aparelhos de recolha de dados (Antárctico, Gronelândia, Arábia Saudita, Guiana Francesa, Grã-Bretanha, RFA, Itália, etc.). A maior parte deles tem uma vocação meteorológica, mas a colocação no mercado de receptores a preços módicos deverá facilitar a utilização e o tratamento dos dados sísmicos recolhidos, segundo os promotores do projecto.

Não é esta a opinião de Jean Bonnin, secretário-geral do Centro de Sismologia Euromediterrânico de Estrasburgo, organismo que centraliza todos os dados relativos aos sismos na Europa e na bacia mediterrânica.

Jean Bonnin mostrou-se céptico sobre as capacidades de previsão dos satélites em matéria de sismologia: «Isso não estará operacional antes de dez ou quinze anos, porque os cientistas ainda não seleccionaram os critérios precisos permitindo prever infalivelmente os tremores de terra.» Quanto à localização exacta de um epicentro, acrescentou, «precisamos de tal massa de dados que deveríamos monopolizar um satélite inteiro só para os sismólogos, o que coloca sérios problemas de custos».

Até há três semanas atrás, os dados do «Meteosat» — quer no plano sísmico quer meteorológico — transitavam por uma única estação de recepção, a de Darmstadt (RFA). Os novos receptores, pouco caros, permitem agora que todos os laboratórios interessados recebam directamente.

O sistema «Meteosat» (dois satélites geoestacionários actualmente, cinco até 1990) serve principalmente, desde que começou a funcionar, em 1977, para os estudos meteorológicos, glaciológicos, geofísicos ou de geodésia aplicada. As estações alemãs, 100 km no interior da Terra, permitem prever as tempestades nas costas com uma proporção de êxito de 14 vezes em cada 15.

O segundo casamento de Carolina do Mónaco

Os jornalistas italianos especializados em escândalos procuram activamente descobrir como é que um jovem de 23 anos suplantou no coração de Carolina do Mónaco rivais mais velhos e experientes como Guillermo Villas e Robertino Rosselini.

O anúncio do casamento da princesa do Mónaco com o italiano Steffano Casiraghi pôs fim a numerosas especulações acerca de possíveis romances que ele manteria com personalidades conhecidas, entre as quais, além dos já citados, se conta o milionário alemão Ludwig Harst.

Stefano Casiraghi e Carolina conheceram-se apenas no Verão passado, no principado do Mónaco, tendo a princesa sido convidada a fazer um cruzeiro a bordo do iate do pai do noivo.

O futuro marido de Carolina do Mónaco é filho de um milionário da cidade de Como, no norte de Itália. Apesar de muito jovem, Stefano é administrador único de uma sociedade imobiliária e sócio de um bar em Milão, possuindo interesses económicos em muitas outras actividades.

A notícia do casamento civil de Carolina e Stefano surpreendeu todos quantos conheciam a escrupulosa fidelidade da família Grimaldi às tradições católicas. Monsenhor Arturo de Giorio, decano da Sacra Rota, declarou-se «absolutamente surpreendido» com a notícia do casamento.

Carolina aguarda uma decisão do tribunal da Sacra Rota sobre um pedido de anulação do seu anterior casamento com Phillipe Junot. Monsenhor Giorio disse julgar que Rainier iria aguardar «com paciência» a decisão da comissão formada há um ano para estudar o caso.

Um grama de cocaína com a actriz Jody Foster

Os agentes americanos da alfândega encontraram um grama de cocaína na bagagem da actriz americana Jody Foster, de passagem no aeroporto de Boston (Massachusetts), tendo sido condenada a multa, soube-se ontem de fonte oficial.

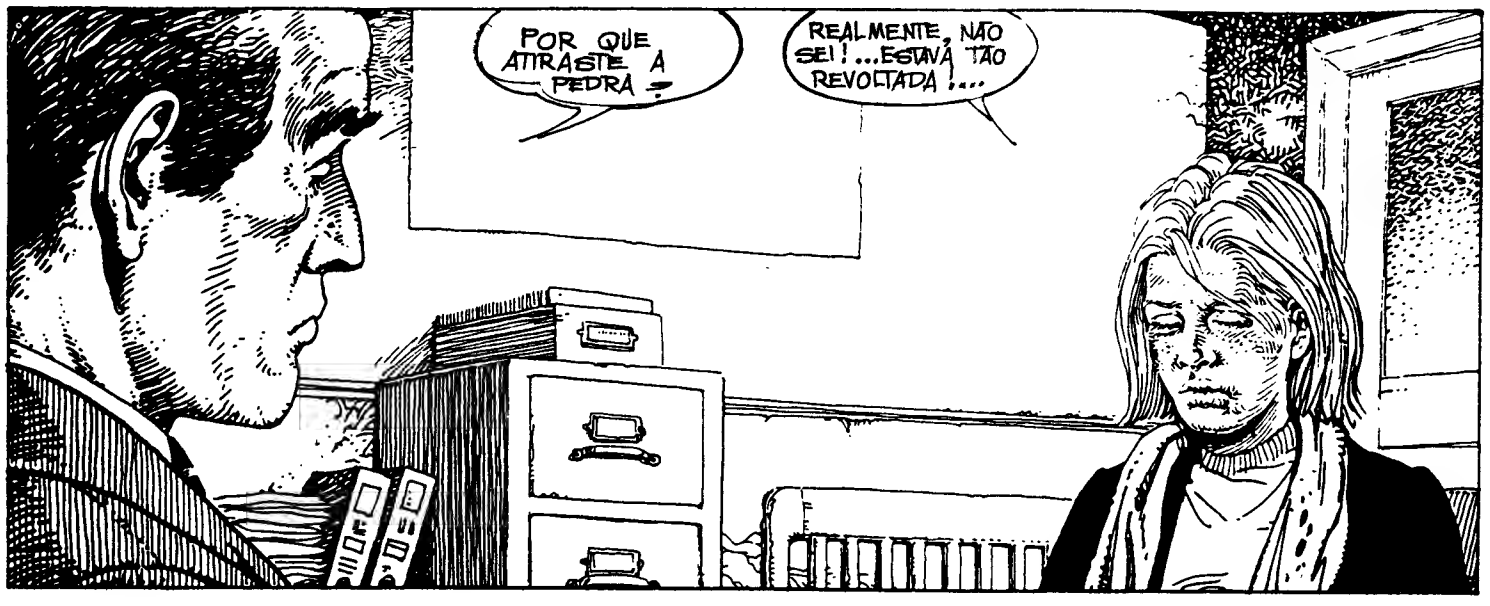
Um porta-voz da alfândega disse que a droga fora descoberta ao fim da tarde de segunda-feira durante um controlo de rotina, na ocasião em que Jody Foster regressava de Paris.

Acrescentou que a actriz não fora detida, mas não pode especificar quanto é que ela pagou de multa. O grama de cocaína, de um valor estimado em 100 dólares, foi confiscado.

ANA

TEXTO: G. Solano
DESENHO: F. Solano

6



Continua

Comarca do 5.º JUÍZO CÍVEL DE LISBOA

ANÚNCIO
Para citação de credores desconhecidos

Pelo Juízo de Direito desta Comarca, 3.ª secção, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos da executada COOPERATIVA PROGRESSO UNIÃO AMORENSE, SCARL com sede no Largo da Rosinha — Amora — Seixal, para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na execução movida por SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES FERNANDO S. AMARANTE, Ld.ª com sede em Lisboa, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados (uma arca frigorífica e um frigorífico).

Lisboa, 9 de Dezembro de 1983

O Juiz de Direito,
Eduardo Nunes da Silva Baptista

O Escrivão,
José Luís Martins da Silva

D.L. — 21/12/83 — 2.ª Pub.

"A Condenação de Lúculo" na Ópera Nacional de Berlim (RDA)

Arrancar ao Capital a máscara com que faz a guerra

DESMASCARAR, arrancar a máscara: eis no que consiste a obra de Brecht. As máscaras do seu teatro arrancam a máscara à realidade que nos rodeia. Mostram-nos o inusitado que está por detrás do quotidiano em que vivemos ou em que somos forçados a viver. Brecht desmascara Hitler quando o mostra na máscara de Al Capone («Arturo Ui»). Desmascara o imperialismo na máscara de Luculo.

Escrita no Outono de 1939, reescrita para a ópera de Paul Dessau dez anos depois, «A Condenação de Luculo» voltou agora à cena no mesmo palco em que iniciou a sua carreira em 1951: a Ópera Nacional de Berlim (RDA). A obra vinha bem a propósito deste Outono de preparativos de guerra e marchas da paz. Uma das representações realizou-se, precisamente, no dia seguinte ao da aprovação pelo Parlamento da RFA da instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos. Perante um público sobretudo de jovens que esgotava completamente a lotação da velha ópera prussiana, Uta Priew fez uma declaração em nome do colectivo do teatro: uma declaração breve, mas veemente, contra a decisão do «Bundestag» e sobre o **apelo** e **advertência** contidos no espectáculo que iria seguir-se.

Advertência e apelo tanto mais penetrantes quanto inteligente e profunda é a leitura que a encenadora Ruth Berghaus (aliás, viúva de Dessau) e o director musical Hartmut Haenchen nos propõem da obra.

O império romano num bairro operário de Berlim

Estrado recobrindo o fosso da orquestra. Instrumentarium (não se trata de uma orquestra convencional) dividido em dois grupos, colocados de ambos os lados do palco. Três primeiras filas da plateia e, por vezes, também diferentes acessos à sala usados como espaço cénico. Cena aberta.

Três pregoeiros anunciam a morte de Luculo, enquanto o cortejo fúnebre desfila. Ruth Berghaus, cujas encenações são sempre marcadas por um denso tecido de relações, de sinais, de símbolos, que obrigam o espectador a um incessante processo de elaboração mental e, portanto, de participação criativa, joga aqui com dois planos de intersecção histórica. A «máscara» do imperialismo romano entrelaça-se com a «máscara» do imperialismo nazi e é deste duplo mecanismo de distanciação que resulta a visão actual/actuante da obra, uma visão do nosso tempo e para o nosso tempo.

A cena sugere um desses bairros operários de Berlim, semidestruído, pouco depois ou pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial. O cortejo triunfal de Luculo pode ser o último cortejo triunfal de Hitler, realizado já numa cidade em ruínas. Os pregoeiros romanos são oficiais SS em estado de histeria. O coro que comenta a grandeza do herói senta-se nas três primeiras filas da plateia: é o antigo público de burgueses e «Junker», o público do grande teatro encenado pelo fascismo, o público da **estetização da política** – é, afinal, esse público quem «transporta» o catafalco de Luculo.

Tudo começa nos bancos da escola

Processos de distanciação utilizados por Dessau no cerne da composição musical são materializados em cena: a marcha militar, construída com elementos tradicionais de marcha e, ao mesmo tempo, desmontada como marcha (à maneira de certos processos de Stravinsky e dos formalistas russos), transforma-se num jogo de bola entre militares. A glória não é tudo, há que continuar a viver – dizem eles.

Um grupo de crianças, precedido pelo professor, mostra saber a lição de cor. Os livros ensinam-nas a admirar os grandes conquistadores. Por isso, elas exibem despojos abandonados em combate: capacetes, botas desirmanadas, armas diversas. Tudo começa nos bancos da escola, no discurso pedagógico, depois transferido para os «mass media» e para o discurso político: são os feitos heróicos em que nos reconhecemos, a celebração das conquistas que avervámos, as frases feitas que falam de uma grandeza passada. O domínio de uns poucos usa a máscara de pátria, os instrumentos do domínio a máscara de herói, o capital a máscara que lhe convém para fazer a guerra (ou seja, hoje em dia, a máscara da liberdade...).

Emerge lentamente do estrado um novo espaço cénico: o interior de uma casa semidestruída do mesmo bairro operário de Berlim. O «reino dos mortos» de que se fala no texto brechtiano transforma-se, assim, no reino da miséria agravada pela guerra. Os mortos vão julgar Luculo, o noviço que dá agora entrada no seu reino. «Serei obrigado a permanecer entre este povo?» – pergunta ele, ainda arrogante. É que, entre morrer e vegetar, na miséria de um bairro operário, não deverá haver, para tão importante senhor, grande diferença.

O julgamento que vai iniciar-se não será solene. Uma velha mesa e cadeiras desentranhadas das ruínas constituem o mobiliário do tribunal. Testemunhas são os servidores de Luculo representados no friso do catafalco: além dos reis de Ponto, o portador da cerejeira do Oriente, as duas virgens que transportam o registo das 53 cidades conquistadas, o legionário moribundo, o próprio cozinheiro Lasus... O friso projecta-se nas paredes da habitação e é destas que as figuras se desprendem. Mais de duas dezenas de crianças – aliás, um conjunto admirável de actores-cantores – deslizara, entretanto, para as três primeiras filas da plateia: é à nova geração que compete julgar o passado que lhe foi legado.

Luculo pode ser o mestre da nova geração

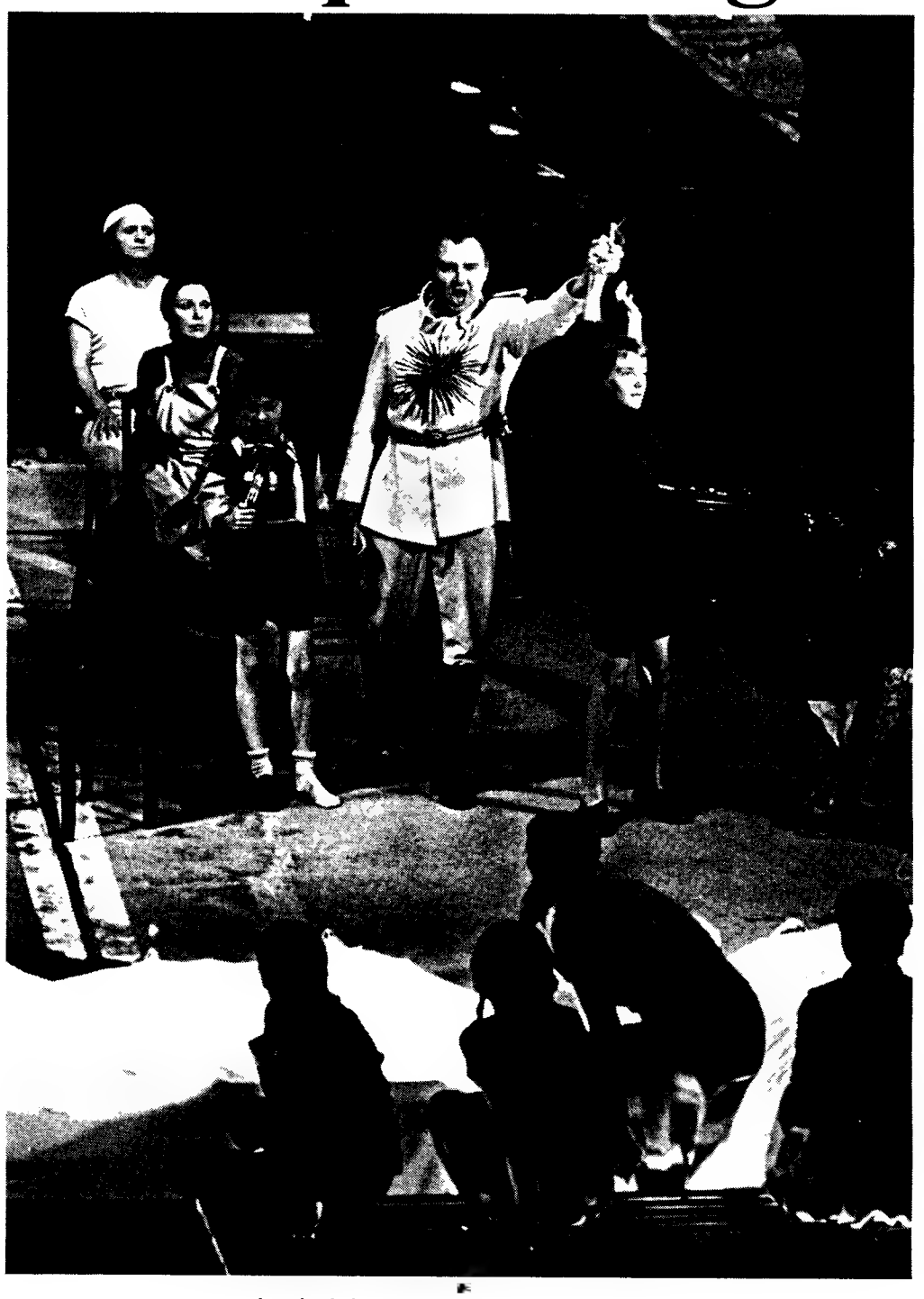
A dialéctica posta em movimento pelos diferentes planos de intersecção vai atingir aqui o seu ponto culminante. Os argumentos de Luculo são ainda convincentes. As crianças rastejam para a cena, imitam-no, tomam atitudes agressivas, brincam com os símbolos do poder e da guerra, representam cenas de combate. É certo que Luculo morreu. Mas Luculo pode continuar a ser o mestre da nova geração.

O depoimento da mãe (uma peixeira), que perdeu o filho na guerra, é decisivo. É então que as crianças aprendem a distinguir, a avaliar, a conhecer, a não se deixar manipular. O «juiz dos mortos» proclama: o tribunal reconhece que a mãe do soldado caído sabe o que é a guerra. Só então se tornam baldadas as novas tentativas de Luculo para «passar o testemunho» às crianças.

Mas a última palavra ainda não foi dita. Os Luculos sobrevivem porque sobrevive o sistema que os produz. As notas mi bemol, mi natural, ré, repetidas no Instrumentarium, as quais, na simbologia anglo-saxónica significam **Es-E-D**, ou seja, **SED**, a sigla sob a qual comunistas e socialistas se unificaram na Alemanha do pós-guerra (um processo de semantização política de notas musicais, semelhante ao utilizado por Jorge Peixinho em 1973, na sua obra **CDE**), pretendem simbolizar a vitória das forças progressistas. Entretanto, porém, foi-se reconstituindo, na parte ocidental da Alemanha, e continua a prosperar, à sombra protectora do complexo militar-industrial norte-americano, o mesmo capital que sustentou Hitler e desencadeou a guerra. Luculo é banido sem apelo nem agravo. Mas a sua sombra cresce no écran, que representa o nada: cresce em direcção a nós, num gesto de ameaça prestes a concretizar-se. **Es-E-D**, **Es-E-D**, não é, ainda, um grito de triunfo, é um apelo à resistência, um apelo de valor universal, dirigido a todas as forças progressistas: é preciso defender a paz e transformar o Mundo.

Berlim, 1.12.1983

Mário Vieira de Carvalho



Luculo ainda pode ser o mestre da nova geração

«A Condenação de Luculo» (Espectáculo de 1.10.83)

Ópera de Paul Dessau
Texto de Bertolt Brecht

Direcção Musical: Siegfried Kurz

Encenação: Ruth Berghaus

Cenografia: Hans-Joachim Schlieker

Figurinos: Marie-Luise Strandt

Coros: Christian Weber
Dramaturgia: Sigrid Neef
Luculo: Reiner Goldberg

Rei: Fritz HÜBER
Rainha: Isabella Nawe

Dois legionários: Bernd Riedel, Kurt Rothkamm

Lasus (cozinheiro): Henno Garduhn

Portador da cerejeira: Franz-Peter Späthe

Duas crianças: Antje Winter, Beate Palubicki

Peixeira: Uta Priew
Cortesã: Elvira Dressen
Professor: Harald Neukirch
Padeiro: Peter Menzel
Camponês: Peter Olesch
Tertullia: Gertraud Prenzlow

Vozes de mulher e pregoeiras: Brigitte Eisenfeld, Carola Nossek, Magdalena Falewicz e Konrad Rupf

Comentadora: Christine Gloger

Pregoeiros: Klaus Arauner, Dmiter Dimitrov, Steffen Piontek

Coro de crianças e coro misto da Ópera Nacional de Berlim, Orquestra do Estado de Berlim («Staatskapelle»).

Literatura brasileira e portuguesa em debate

A teoria e a prática do ensino da literatura brasileira e portuguesa estarão em debate em Fevereiro num encontro e num colóquio promovidos pelo Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, anunciou ontem a comissão organizadora.

Dados sobre as duas iniciativas, que receberam as designações de Décimo Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa e Primeiro Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa, foram divulgados em conferência de Imprensa pela comissão executiva portuguesa.

Integram a comissão os professores Fernando Cristóvão, Pinto de Castro (ausente na conferência), Salvato Trigo, Idalina Resina Rodrigues e Maria Leonor Buescu.

Além desta, foi formada igualmente, para a organização dos dois encontros, uma comissão executiva brasileira, de que fazem parte os professores Balthar Peixoto, Rodrigues de Paiva, Irene Lima Marques, Fernando Manuel de Mendonça e Carlos Neves d'Alge.

Fernando Cristóvão, da comissão portuguesa, assinalou, na conferência, que a convocação do Décimo Encontro dos Professores Brasileiros para Lisboa foi proposta no anterior encontro da classe, realizado em Julho do ano passado no Recife, e aceite por ambas as partes.

O encontro e o colóquio decorrerão simultaneamente na Gulbenkian de 20 a 25 de Fevereiro, período findo o qual os participantes irão a Coimbra, ao Porto e a Vila da Feira, localidade onde prestarão homenagem a Fernando Pessoa.

O temário do colóquio «resultou do ajustamento de propostas apresentadas pelas duas comissões», assinalou Leonor Buescu, precisando ter havido convergência nas referidas propostas.

Para além de duas mesas-redondas, haverá dez núcleos temáticos em torno dos quais se organizará o debate, designadamente o ensino da literatura portuguesa no Brasil e da literatura brasileira em Portugal, teorização literária, investigação científica na literatura e literatura portuguesa na memória brasileira.

Relativamente ao ensino da literatura portuguesa no Brasil Fernando Cristóvão sublinhou o facto de o «projecto Afrânio Coutinho, favorável à eliminação da obrigatoriedade do referido ensino, ter sido rejeitado pelo Conselho Federal de Cultura do Brasil».

No entender de Fernando Cristóvão «há um consenso» no sentido de «não deixar passar o projecto».

Leonor Buescu observou, por seu turno, que também o ensino da literatura brasileira em Portugal é uma questão que «precisa de ser repensada».

À margem das duas realizações está previsto um encontro dos participantes com escritores portugueses.

Igualmente está nos propósitos na organização constituir uma comissão de honra, a integrar por personalidades oficiais e decanos do ensino da literatura portuguesa e brasileira, dos dois países.

Os apoios são fornecidos pelo Ministério da Cultura e Fundação Gulbenkian.

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

TV assim nos afronta com uma rubrica manhola tecnologia de ponta? só se for de ponta... e mola.

A rubrica principal do serão de ontem (aliás, profusamente anunciada) foi aquela reportagem sobre a espionagem da «tecnologia de ponta», praticada pela União Soviética. Ficámos a saber que, nesse campo, os rrrrrrussos (como a Fernanda Garcia gosta de dizer) são autênticos mestres. Utilizam, para isso, um processo genial: eles compram os «segredos...» nas feiras electrónicas...

E compram sem olhar a preços. Só um meco com quem os rrrrrussos (sua felina!) transaccionaram, ganhou, num ano, onze milhões de dólares, ou seja, mais do que o empréstimo dos Estados Unidos a Portugal. Isto apesar de a reportagem dizer que os soviéticos são pobres em divisas.

Um homem como eu, há 20 anos cumprindo pena de telegalés (com o que mais agravou a sua já muita ignorância de nascença) dá consigo a pensar para que diabo querem eles roubar aos americanos os minicomputadores, os «minichips». Será para construírem centrais atómicas ainda mais poderosas? Será para irem, no espaço infinito, mais longe do que já foram? Será mesmo – sei lá! – para aumentar a graduação da vodka e assim melhor embebedarem os capitalistas? Ou, com isso, pretenderão obrigar os esturjões a caviarem mais? Mistério!

Não, não é mistério. Vou desvendá-lo agora. Pois com esses «minichips», os soviéticos conseguem fazer desaparecer o Telejornal do segundo canal e pôr, em seu lugar, um desafio de futebol. A sabotagem é evidente: milhões de portugueses ficam impedidos de prestar vassalagem visual ao Reagan e ao «his friend» Soares!

Conseguem mais ainda: fazem desaparecer do **Telejornal** todas as notícias referentes à Câmara de Faro. E outras. De tal modo que o Telejornal de ontem durou apenas 17 minutos, até ao esqui italiano!

Por aqui já podem ver que a reportagem de ontem não foi tão longe quanto devia ir. Mas há mais.

Fontes dignas de todo o débito (conhecidas no meio por «fontes inquinadas») garantiram-me que um notório espião soviético foi preso na semana passada quando fotografava uma nora, com alcatruzes e tudo (!) numa aldeia da Beira Alta. Supõe-se que, com esta prisão, se evitou que os russos obtivessem uma defesa eficaz contra os mísseis «Cruzeiro».

Consta, igualmente, que uma Polícia de informação, dirigida por Mota Pinto, recuperou documentos que seguiam para Moscovo em forma de bilhete postal, representando o galo de Barcelos e um «manguito» das Caldas. O Governo soviético foi, formalmente, acusado de se imiscuir na política interna do nosso País.

Posso adiantar, ainda, que muitas personalidades estavam envolvidas na espionagem soviética de tecnologia de ponta. Se os seus nomes não foram divulgados, isso deve-se à acção de Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros, que, assim, terá querido impedir graves desenvolvimentos diplomáticos.

Assim, apurei que, à cabeça da lista, aparecia o nome de um conhecido brasileiro de origem italiana, o industrial Baldaracci.

Mostrou-se indignado quando, com aquela franqueza que me caracteriza, lhe coloquei, frontalmente, o problema:

– É verdade que vendeu aos russos tecnologia de ponta?

Baldaracci respondeu-me, naquele seu português correctíssimo que faz lembrar o espanhol falado pelo dr. Mário Soares:

– Non né vero, non é vero. Io faço soltanto i miei negociate. Io vendo alli russi, como vendo alli gringui. Denaro é semper denaro, il denaro é il mio lavoro, il lavoro de tutti quanti, per la Madona. Bah!, io sono un colibri inocente...

A verdade, porém, é que Baldaracci está mais comprometido do que parece. Sabe-se que ele fora encarregado de obter da bailarina Carina Brandão, os segredos da alta tecnologia ballética, com os quais o Bolshoi pretende renovar os seus processos, em total decadência, como ainda ontem pudemos verificar, ao fim da tarde, na televisão portuguesa. Sabe-se que Jaime Gama não o incriminou apenas para não privar milhões de portugueses da sua ração de telenovela. Sabe-se, igualmente, que foi a primeira vez que ele bateu o pé a Ronald Reagan, a quem terá dito, textualmente: **«Contentai-vos com a Base das Lajes, meu senhor, e deixai a telenovela em paz».**

«Estes russos! – terá comentado, esta noite, Mário Soares, para um ou dois dos amigos que lhe restam – o que eles querem é descobrir a «tecnologia de ponta» utilizada em Portugal, na Inglaterra, nos Estados Unidos, e com a qual já fabricamos, em série, o desemprego, o «lay-off», os salários em atraso, os impostos extraordinários, as falências, o aumento das rendas de casa, as povoações sem médicos nem professores, ministros fora de série como o Seabra, o Eduardo Pereira, o Gama, etc., etc. Como eles não têm nada disso na terra deles, se calhar querem imitar a gente».

Um ou dois dos amigos que ainda lhe restam (pelo menos ainda lhe restavam esta noite) fizeram que sim, com a cabeça. «Pois, pois – comentaram – aqueles russos são uns atrasadinhos...»

... Assim vai, quanto a tecnologias de ponta, uma televisão sem ponta... por onde se lhe pegue.

Hoje

A actriz Elizabeth Taylor, principal intérprete do filme «A Última Vez que vi Paris», que se exibe, esta noite, através da RTP-1, na rubrica Cinema Lumiar, pelas 21.40

15.30 **Natal dos Hospitais** – transmissão directa do Centro de Recuperação de Alcoitão.
19.30 **«A Raposa e a Lebre»**
19.55 **Vamos Jogar no Totobola**
20.00 **Telejornal**
20.30 **Direito de Antena** – Associação Nacional dos Correspondentes Bancários, Associação Portuguesa dos Aviários de Multiplicação e Confederação do Comércio Português.
20.45 **Telenovela** – «Pai Herói».
21.40 **Cinema Lumiar** – «A Última Vez que vi Paris». Intérpretes: Elizabeth Taylor, Van Johnson, Donna Reed, Walter Pidgeon e Eva Gabor. Realização: Richard Brooks.
23.55 **Ultimas Notícias**

RTP

19.32 **Desenhos Animados**
20.00 **Telejornal** – noticiário.
20.30 **Adágio** – recital de canto e piano.
21.30 **Século XX** – Vietname.
22.20 **Telenovela** – «Gabriela».
22.50 **Último Jornal.**

Exibe-se, na RTP-2, mais um episódio da telenovela «Gabriela»

Amanhã

RTP RTP

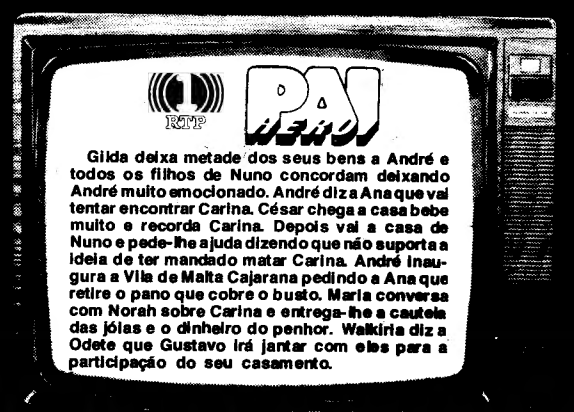
12.00: Meio-Dia; **13.00**: Jornal da Tarde; **13.30**: Poliedro; **14.00**: «A Enfermeira» («Nurse»); **15.00**: Expresso dos Animais; **15.30**: Sessão da Tarde – «Amor de Rainha»; **17.15**: 100 Grandes Quadros; **18.00**: Sumário; **18.10**: Janela Mágica; **19.00**: Teleregiões; **20.00**: Telejornal; **20.30**: Direito de Antena – com Confederação dos Agricultores de Portugal; **20.35**: «Pai Herói»; **21.15**: «Devlin Connection» – 3.º episódio; **22.00**: testemunhos – Prémio Nobel da Literatura; **23.15**: Últimas Notícias.

19.30: Desenhos Animados; **20.00**: Telejornal; **20.30**: Passeios em Coimbra; **21.00**: Da Música... – homenagem a Wagner com a «Valquíria» (2.ª parte); **22.15**: «Gabriela»; **22.45**: Último Jornal.

GRUNDIG
a segurança de um grande nome seleccionou para si...

RTP
«A Última Vez que Vi Paris» (21.40)

RTP
Século XX (21.30)



Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO
Rua Bento Jesus Caraça, 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871

Albino, Maia & Santos, L.da

• APRESTOS NAVAIS •

MATERIAL DE ELEVAÇÃO E PESCA

Rua dos Remolares, 28 a 38 • TEL. 369291/4
END. TELEG.; «SAMAL» • 1200 LISBOA •PORTUGAL

TELEX 42772 SAMAI P

•

DESEJA A TODOS OS SEUS ESTIMADOS CLIENTES, AMIGOS E FORNECEDORES

NATAL FELIZ E UM BOM ANO NOVO

CONCENTRAÇÃO MANIF.

VIGÍLIA DOS TRABALHADORES SEM SALÁRIOS

23 DEZ.º - 21H00 - ROSSIO
com manif. para S. Bento

NÓS, TRABALHADORES SOLIDÁRIOS HOMENS CONSCIENTES, VAMOS TODOS À

CONCENTRAÇÃO/MANIF.

Pelo pagamento dos salários
Contra o desemprego
Contra o aumento do custo de vida
Contra o roubo do 13.º mês

USL/CGTP-IN * CIL

VÁ depressa
levantar os 200.000 CONTOS da lotaria do NATAL à

CASA VIOLA
Rua da Assunção, 67
(6.ª-feira anda à roda)
Ainda temos a acabar em 39

Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense

R. Capitão Leitão, 64 — 2800 Almada

CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Ordinária

Conforme o disposto no n.º 2 da alínea b) do artigo 26 do Estatuto, convoco a Assembleia Geral a reunir ordinariamente no dia 28 de Dezembro de 1983 pelas 20,30 horas na sede desta colectividade com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Apreciação, discussão e votação do orçamento para o ano de 1984.

Almada, 19 de Dezembro de 1983.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Álvaro Luís Antunes Dina

NOTA: Se há hora marcada não se encontrar presente número bastante de associados a Assembleia reunirá 1 hora depois em 2.ª convocação.

roteiro cultural

Música

Hoje, às 21 e 30, na Igreja de S. Vicente, realiza-se um concerto do Coro e Orquestra Gulbenkian, sob a direcção do maestro Michel Corboz e em que actuarão como solistas, as sopranos Elsa Saque, Lia Altavilla, os tenores Wynford Evans e John Elwes; o baixo Michel Brodard. O programa é totalmente preenchido com a obra de Monteverdi «Vésperas da Virgem Maria». Este concerto, com o mesmo programa será repetido na Basílica da Estrela, no dia 22 às 21 e 30 e no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, às 18 e 30, no dia 23 do corrente.

Teatro

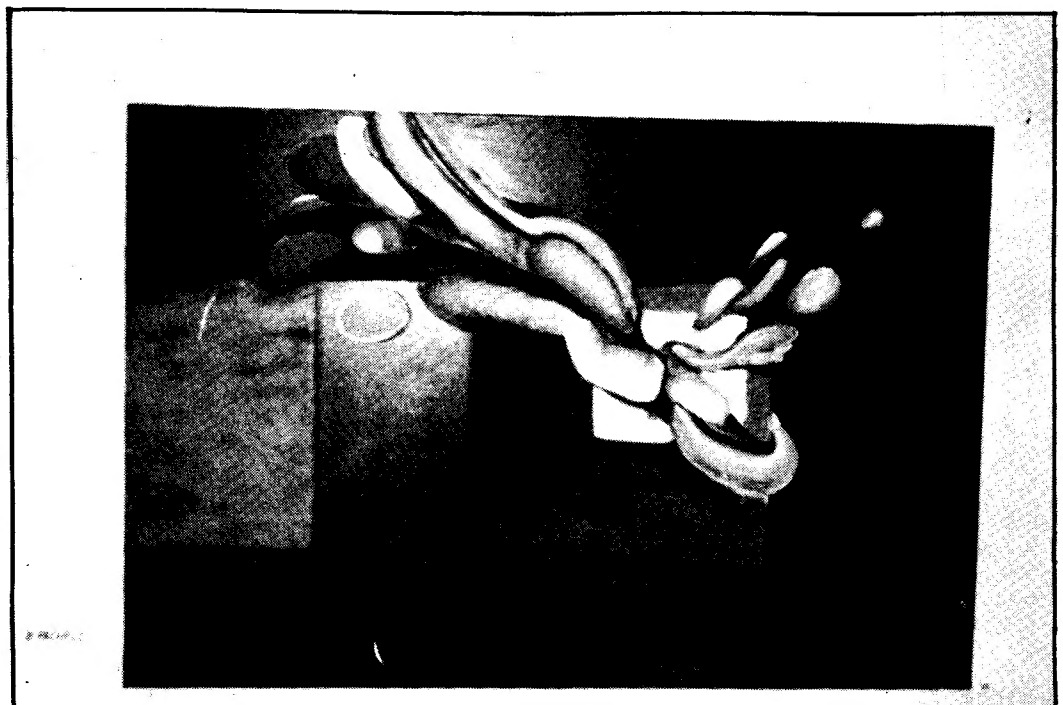
O Teatro del Canto, de Turim conceituado grupo de vanguarda italiano, encontra-se em Setúbal onde realizará o seguinte programa durante a sua estada: hoje, amanhã e na sexta-feira, às 21 horas, seminários para artistas de teatro amador no Círculo Cultural de Setúbal; amanhã, às 18 horas, encontro no Círculo Cultural de Setúbal sobre animação teatral em Itália; sexta-feira, às 18 horas, parada com sketches nas ruas do centro da cidade; sábado, às 17 horas, «Cândido», espectáculo de rua para todos (começa no Largo da Misericórdia e acaba na Praça do Bocage); domingo, às 16 horas, «Fábula», espectáculo para crianças na Sociedade Capricho Setubalense.

Setúbal tem café teatro, a partir de hoje, com «Doce de Laranja», espectáculo dirigido por Fernando Gomes, na sala do Teatro de Bolso do TAS, completamente transformada para o efeito.

No Auditório «Maestro Frederico de Freitas» da Sociedade Portuguesa de Autores realiza-se hoje, pelas 18.30 horas, uma sessão de Teatro Lido da peça «Auto de Natal» de Domingos Van Dunem. A leitura da peça está a cargo de estudantes angolanos e a sua apresentação será feita pelo Dr. Luiz Francisco Rebello, Presidente da SPA. Entrada livre.

Exposições

Barbara Lessing expõe pintura na Galeria da ESBAL, ao Largo da Biblioteca Pública. A artista nasceu no Egipto em 1943. Com 5 anos vai para Inglaterra, onde mais tarde frequenta o Hornsey Colege of Art e o Glousteshire College of Art, diplomando-se em pintura em 1966. Entre 1967 e 1969, vive e pinta em Roma como bolseira dos governos britânico e italiano. Volta a Inglaterra e deixa de pintar. Em Portugal, onde reside desde 1977, é professora do Instituto Britânico e recomeça a pintar em 1981 altura em que começa a frequentar o ARCO. Participou em exposições colectivas em Inglaterra e em Portugal, no ARCO, Évora e Cartaxo. Esta é a sua primeira exposição individual.



Seis exposições itinerantes alusivas à vida e obra de Fernão Mendes Pinto, organizadas pela Biblioteca Municipal de Almada estão a percorrer todas as escolas preparatórias e secundárias, incluindo algumas colectividades do concelho almadense. As referidas exposições encontram-se actualmente à disposição do público na Escola Secundária Emídio Navarro (Almada), Esc. Sec. de Almada (Pragal), Esc. Sec. do Laranjeiro, Esc. Prep. Columbano (Laranjeiro), Esc. Prep. do Feijó e Esc. Prep. Elias Garcia (Sobreda).

Comemorando o centenário do nascimento de António Sérgio, a Biblioteca Nacional organizou uma exposição biblio-iconográfica com que presta homenagem não só ao seu antigo bibliotecário, mas também, e sobretudo, ao grande ensaísta.

Esta exposição será inaugurada hoje, pelas 18 horas e estará patente ao público até 29 de Fevereiro de 1984, das segundas às sextas-feiras, das 10 às 13 e das 14 às 17.30 horas.

Pedro Chorão apresentou ontem na galeria da Imprensa Nacional/Casa da Moeda (Rua Marquês Sá da Bandeira, 16) uma nova colecção de pinturas. Simultaneamente, foi lançado um volume da «Colecção Arte e Artistas da IN-CM», dedicado ao artista, da autoria de Rocha de Sousa.

No Museu Machado de Castro, em Coimbra está patente ao público um conjunto de mais de 5 centenas de peças orientais, entre as quais algumas das colecções de Camilo Pessanha, Teixeira Gomes e Kennedy Falcão. Algumas das peças são raríssimas e nunca foram expostas.

Livros

Em edição da Fundação Gulbenkian, através do seu Serviço de Educação, foi agora publicada a obra «Oito Séculos de Poesia Alemã», antologia preparada por Olívio Caeiro, licenciado em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras de Lisboa e antigo Bolseiro do Instituto de Alta Cultura.

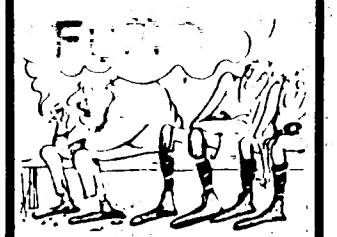
EDITAL

ALFREDO DA COSTA LEAL JÚNIOR, Vice-Cônsul, Encarregado do Consulado Geral do Brasil, em Lisboa, faz saber que a cidadã brasileira RUTH ASTRID ROUTH, filha de Aage Kierulf Abrahasen e de Christina Veile Abrahamsen pretende casar. Se alguém souber de algum impedimento oponha-o na forma da Lei na Chancelaria do Consulado Geral do Brasil, em Lisboa, à Praça de Luís de Camões, n.° 22-1.°-esq.°.

Lisboa, em 14 de Dezembro de 1983.

EM RECINTOS FECHADOS

NÃO FUME



rádio

Antena Um

16.00: Batida de limão; **17.00**: ZGHIBZ; **18.30**: Informativo de trânsito; **18.45**: Catequese semanal, do Papa João Paulo II; **19.00**: Informação e música; **20.00**: Folhetim – o espaço é seu; **21.00**: Toda a gente é pessoa; **21.30**: Viva a noite; **23.30**: Último jornal. Noticiários intercalares às **16.00**, **17.00**, **18.00**, **21.00** e **22.00** horas.

Programa 2

16.00: Curiosidades musicais; **16.20**: Sonata n.° 17, em sol maior, de Domingos Bomtempo; **16.35**: «Primeira e Segunda Suites Portuguesas», para orquestra, de Ruy Coelho; **17.00**: O canto e os seus intérpretes; **18.05**: Culturando; **19.30**: Trio em lá menor, de Maurice Ravel; **20.15**: A voz de Roma; **20.30**: Nocturnos, para orquestra, de Claude Debussy; **21.00**: Encontro; **22.05**: Quartetos; **23.00**: Ciclo Ricardo Wagner; **00.10**: Sonata em ré maior, para flauta e piano, de Prokofiev; **00.35**: «O Templo da Glória», de Jean Philippe Rameau; **01.00**: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Matinée; **17.00**: Rápido das cinco; **19.00**: Musical; **20.00**: Conta corrente; **20.30**: Quando o telefone toca; **22.00**: Portugal e a CEE; **22.15**: Programas religiosos; **22.30**: Tempo de desporto:. **23.30**: 24.ª hora; **01.00**: O passageiro da noite. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; **16.00**: O som da frente; **18.00**: Círculo em FM; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Cinco estrelas; **21.00**: Jazzofone; **22.00**: Café concerto; **00.00**: Dois pontos. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA
Rede Nacional de OM e FM

15.00: Clube da casa; **18.00**: Jornal das regiões; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Programa da LAR; **19.50**: Bola branca (2.ª edição); **20.00**: Horizonte; **21.00**: Hora de música; **22.00**: Ouvir e pensar; **23.00**: Última hora; **23.55**: Meditando. Noticiários intercalares a todas as horas.

Rede Sul de FM

14.00: Duas vezes seis; **21.00**: Quando o telefone toca· **21.30**: Paju.

palavras cruzadas

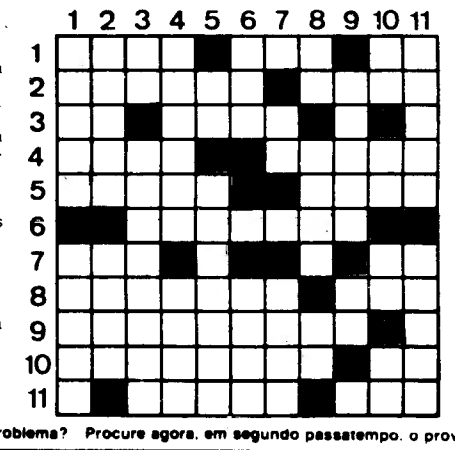
COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.° 13 913

HORIZONTAIS

1 No lugar em que. Cabo na costa de Marrocos. Existe.
2 Cabeça de pião. (Prov. alent). Dar pios.
3 Preposição latina que designa movimento. Reino da Federação Indochinesa.
4 Mestre. Cai à cama.
5 Regaçada. Esteiros.
6 Plantas herbáceas, de raízes carnudas.
7 Oceano. Césio (s.q.).
8 Instrumento musical de sopro. Antepassado.
9 Giraremos.
10 Urdiras. Nome antigo da nota musical dó.
11 Irmã. Venda a crédito.

VERTICAIS:

1 Aldeia de índios do Brasil. Homicídio.
2 Rei de Israel em 905 aC. Ave de rapina.
3 Doutor. Untadas.
4 Antiga região da Ásia Menor, entre a Troada e a Jónia. Ramalhete.
5 Sódio (s.q.). Aproximar.
6 Recusa. Imperador romano célebre pela sua crueldade.
7 Apelido. Estimar.
8 Abreviatura que se usa em música. Planta têxtil do Ceará. Ósmio (s.q.).
9 Indignais. Carta de jogar.
10 Existe. Miriare. Cento e cinco em romano. Interjeição de dor.
11 Cidade de França. Sorteio militar.



Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

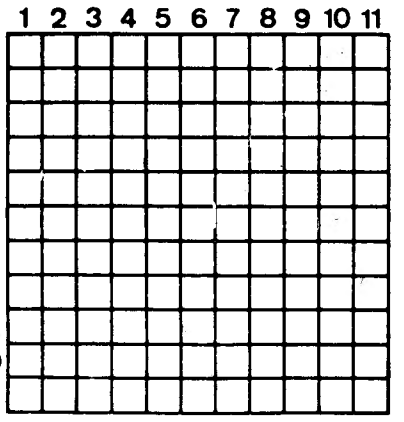
NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.° 9765

HORIZONTAIS:

1 Termina. Divisões de uma casa.
2 Reboco grosseiro e pouco resistente feito com areia e cimento. Asa do Nariz.
3 Prendas. Superfície plena delimitada.
4 Doçura. Ecoa. Monarca.
5 A alma. Batráquio.
6 Rénio (s.q.). Bolsas.
7 Vendera a crédito. Cabelos brancos.
8 Gemera. Nome de mês.
9 Cidade de Portugal. Solo.
10 Guarneço de asas. Rezo. Prefixo que designa terra.
11 Catedral. Chiste. Apelido.

VERTICAIS:

1 Caír à cama. Pender.
2 Espiolhem. Fiadas.
3 Chamaríamos em socorro.
4 Duas vezes. Congelara.
5 Antes do meio-dia. Solitário. Invulgar.
6 Preposição e artigo. Apelido. Reis.
7 Curaras. Corda de reboque.
8 Ice. Antes de Cristo. Pronome pessoal.
9 Tragédia de Shakespeare. Escavara.
10 Átomo. Ires para fora.
11 Freguesia do concelho de Loulé. Ecoara.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.° 13 912

HORIZONTAIS:

1 Atreitos. Mu.
2 GRANDE. Usos.
3 Rasa. Mágica.
4 Oc. tio. AMOR.
5 Aeros. Sa.
6 Mr.
7 Réu. Lançara. Lis.
8 Arreata. Lis.
9 Cabritos.
10 Dia. Oó. Ie.
11 Eu. Cremosos.

VERTICAIS:

1 Agro. GRANDE.
2 Atraco. Er. Iu.
3 Rás. Murça.
4 Enatar. Ea.
5 Id. Ié. LABOR.
6 Temor. Atroe.
7 Ornai.
8 Sugas. Tio.
9 Sim. Balões.
10 Moços. Ris.
11 Usara. Ás. NS.

Provérbio: GRANDE AMOR, GRANDE LABOR.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.° 9764

HORIZONTAIS:

1 Haiti. Havai.
2 Aliam.
3 Remara. Orai.
4 Arais.
5 Ar. Ras. Aa.
6 Duras. Ro. Pr.
7 Em. Resolvia.
8 Sota. Aoto.
9 Re. Ara. Aa.
10 Pará. Má.
11 Acabariam.

VERTICAIS:

1 Herdades. Ma.
2 Are. Rumor.
3 Iama. Terá.
4 Arcara.
5 Iara. Sé. Apa.
6 Air. Sarar.
7 Há. Saro. Ari.
8 Aló. Sola. Aa.
9 Vira. Voa.
10 AAA. Apitam.
11 Imitarão. Au.

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
Banco Fundado em 1864

BANCO CENTENÁRIO UM BANCO MODERNO

COTAÇÕES DE NOTAS (Por unidade)

	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	99$90	105$90
ALEMANHA FED (marco)	47$40	48$50
ÁUSTRIA (xelim)	6$65	6$85
BÉLGICA (franco)	2$158	2$355
BRASIL (cruzeiro)	$060	$110
CANADÁ (dólar – notas de 1 a 2)	104$95	106$95
(notas de 5 a 1000)	105$45	107$45
DINAMARCA (coroa)	13$10	13$50
ESPANHA (peseta)	$789	$909
EUA (dólar –notas de 1 as 2)	131$25	133$25
(notas de 5 a 1000)	131$75	133$75
FINLÂNDIA (marka)	22$25	22$85
FRANÇA (franco)	15$50	16$20
HOLANDA (florim)	42$15	43$15
INGLATERRA (libra)	186$70	190$70
IRLANDA (libra)	147$60	151$60
ITÁLIA (lira)	$071	$081
JAPÃO (iene)	$530	$565
NORUEGA (coroa)	16$80	17$30
SUÉCIA (coroa)	16$15	16$75
SUÍÇA (franco)	59$40	60$50
VENEZUELA (bolivar)	7$95	8$95

Observações:
1. – No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. – Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 5 por mil

Tiragem média diária do mês anterior: 42.150 exs.

cartaz de cinemas e teatros

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Para Todos
OS 101 DALMATAS

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– M. 6 a.
O REGRESSO DA 7.ª COMPANHIA

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
M. 6 a.
FLASHDANCE
6.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 15, 18.15 e 21.30
– Int. men. 13 a.
TESS
4.ª Semana

CASTIL 530194

Rua Castilho

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– M. 12 a.
BANZAI, O GRITO DA VITÓRIA
3.ª Semana

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

Às 14, 19 e 21.30 – Para Todos
O KRULL
Às 24
PERSEGUIÇÃO SEM REGRESSO

CINE BLOCO 556824

R. Pinheiro Chagas, 10

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
OFICIAL E CAVALHEIRO
Às 24
VIOLAÇÃO DE UMA ADOLESCENTE

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

Às 14.15, 16.30 e 21.30
– Para Todos
DÁ-LHE AGORA TEDEUM...

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– M. 6 a.
OS MARRETAS CONTRA-ATACAM

2000 2100055

Av. Bomb. Voluntários, lts. 113/4

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
O CLÃ DOS GRANDES LUTADORES

EDEN 320768

P. Restauradores, 21

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
OFICIAL E CAVALHEIRO

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
74.ª Semana

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

As 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
MARIA E JOSÉ

HOLLYWOOD Tel. 802859

Centro Comercial Alvalade

SALA 1

às 13.45, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 23.45 – Para Todos
OS MARRETAS CONTRA-ATACAM

SALA 2

Às 14, 16.30, 19, 21.30 e 23.45
– M. 6 a.
O REGJESSO DE JEDI

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30
– M. 6 a.
KRULL

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

As 14, 16.30, 19 e 21.30
– M. 16 a.
CLASSE

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37
Às 14.15, 16.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
VAMOS A ISTO RAPAZES
Às 24
SANGUE SOBRE O CORPO DE JENIFER

QUINTETO 573407

R. Actor Taborda, 27-B

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– M. 12 a.
OPERAÇÃO THOR
Às 24
DOIS DIABOS À SOLTA

ÁVILA 539930

Av. Duque d'Ávila, 92-A

Às 14.30, 17, 19.10, 21.30 e 24
– M 12 a.
OCTOPUSSY

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.30, 18.30 e 21.30
– M. 16 a.
CLASS

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20

Às 15.15, 18.15 e 21.30
– M. 12 a.
BONDITIS, AGENTE SECRETO...

POLITEAMA 326716

R. Portas S. Antão, 109

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
– M. 6 a.
ESPIÕES POR CONTA PRÓPRIA

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 16.30 e 21.30
– M. 10 a.
AS AVENTURAS DO RABI JACOB

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.15
OS VIAJANTES DA NOITE
Às 23.30 – M. 18 a.
Rumos do Cinema
RECORDAÇÕES

SALA 2
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.15
– M. 18 a.
QUERELLE
Às 23.30 – M. 18 a.
Rumos do Cinema
UM LANCE NO ESCURO

SALA 3
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.15
O ANO DE TODOS OS PERIGOS
Às 23.30 – M. 18 a.
Rumos do Cinema
Os 3 DIAS DE CONDOR

SALA 4
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.15
– M. 12 a.
O ESTADO DAS COISAS
Às 23.30 – M. 18 a.
ADEUS MACHO

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– Para Todos
ESPIÕES POR CONTA PRÓPRIA
c/ Terence Hill e Bud Spencer

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
O MAIS DURO DO TEXAS

SÃO JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175

SALA 1

Às 15.15, 18.30 e 21.30
– M. 12 a.
NUNCA MAIS DIGAS NUNCA

SALA 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.45
– M. 12 a.
OCTOPUSSY, 007 OPERAÇÃO TENTÁCULO

SALA 3

Às 14.30, 18.15 e 21.15 h
– Maiores 12 anos –
SOPHIE'S CHOICE
1 5.ª Semana

TURIM 706666

E. de Benfica, 723-A

Às 14, 16.45, 19 e 21.30
– Para Todos
OS 101 DALMATAS

7.ª ARTE 730715

Av. República, à Est. de Entre Campos. Junto ao n.º 68

Às 14.30, 17, 19.10, 21.30 e 24
– M. 12 a.
NUNCA MAIS DIGAS NUNCA

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 15, 18.15 e 21.30
– M. 12 a.
A VIDA É UM ROMANCE

TERMINAL 371573

Estação do Rossio

Às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
– M. 6 a.
KRULL

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Para Todos
OS 101 DALMATAS

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

Às 15, 18.15 e 21.30
– M. 12 a.
BANZAI, O GRITO DA VITÓRIA
3.ª Semana

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
– M. 12 a.
O GOLPE DOS ENRASCADOS

outros cinemas

Lisboa

ALFA-1 – «Nunca Mais Digas Nunca», às 21.45 (12 anos)
ALFA-2 – «McQuade, o Lobo Solitário» às 21.15 (12 anos)
ALFA-3 – «Foi-se o Tesouro, Ficou o Amigo», às 21.30 (13 anos)
ROYAL – «A Filha da Selva», às 21.30 (16 anos)
APOLO 70 – «Os Supergénios», às 21.30 (12 anos)
CITY-CINE – «O Pequeno Lord», às 21.30 (13 anos)
MUNDIAL – «Flashdance», às 21.30 (6 anos)
CINE-ESTÚDIO ACS – «Querido Fantoche», às 21.15 (6 anos)
CAPITÓLIO – «1001 Noites Eróticas», às 21.00 e 23.00 (18 anos)

Outra banda

ALMADA – Cine-Estúdio – «Superman III», às 21.30 (12 anos)
COSTA DE CAPARICA – Silcine – «Os Fantasmas do Estrangulador», às 21.30 (18 anos)
ALMADA – Incrível – «Onde se Meteu a 7.ª Companhia?», às 21.15 (6 anos)
ALMADA – Academia – «Opção Final», às 21.15 (13 anos)
TRAFARIA – Pavilhão Jardim – «Duelo no Deserto», às 21.15 (13 anos)

Linha de Cascais

CASCAIS – Oxford – «A Fuga do Caça Soviético», às 21.30 (16 anos)
ALGÉS – Stadium – «Angústia de Viver», às 21.15 (18 anos)
PAÇO DE ARCOS – Chaplin – «O Dia da Cobra», às 21.15 (18 anos)
OEIRAS – Oeiras-Cine – «Karate em Guerra», às 21.15 (18 anos)
PAREDE – Royal-Cine – «Bronco Billy, o Aventureiro», às 21.30 (13 anos)
SÃO JOÃO DO ESTORIL – Cinelândia – «O Incrível Hulk», às 21.15 (18 anos)
ESTORIL – Casino – «A Contagem Final», às 21.15 (13 anos)
CASCAIS – Impala – «Os Profissionais», às 21.30 (18 anos)

Linha de Sintra

AMADORA – Cine-Plaza – «Oficial e Cavalheiro», às 21.30 (18 anos)
AMADORA – Lido – «O Regresso de Jedi», às 21.30 (6 anos)
AMADORA – Cinestúdio – «Megaforce», às 21.30 (6 anos)
CACÉM – Cine-Estudio Flores – «As Sandálias do Pescador», às 21.30 (13 anos)
SINTRA – Carlos Manuel – «O Divórcio», às 21.30 (13 anos)
ERICEIRA – Cinestúdio – «O Próximo Homem», às 21.15 (13 anos)

Porto

ESTÚDIO – «O Arraso Quarteirões», às 21.30 (12 anos)
RAIONE – «Raiva Silenciosa», às 21.30 (18 anos)
TERÇO – «O Xerife Indomável», às 21.30 (13 anos)
ÁGUIA – «O Super-Rato», às 21.30 (6 anos)
SÁ DA BANDEIRA – «Uma Mulher para Todos», às 21.30 (18 anos)
VALE FORMOSO – «Cartago em Chamas», às 21.30 (18 anos)
OLÍMPIA – «Operação Zebra Force», às 21.30 (18 anos)
RIVOLI – «O Regresso de Jedi», às 21.30 (6 anos)
BATALHA – «Espiões por Conta Própria», às 21.30 (6 anos)
TRINDADE – «Feliz Natal Mr. Lawrence», às 21.30 (12 anos)
CHARLOT – «O Regresso de Jedi», às 21.30 (6 anos)
BEBÉ – «Contos da Loucura Normal», às 21.30 (18 anos)
JÚLIO DINIS – «O Campo Infernal das Mulheres Perdidas», às 21.30 (18 anos)
PASSOS MANUEL – «Os 101 Dalmatas», às 21.30 (6 anos)
SÃO JOÃO – «Oficial e Cavalheiro», às 21.30 (18 anos)
COLISEU – «O Arco e a Flecha», às 21.30 (6 anos)
LUMIERE-A – «Octopussy», às 21.30 (13 anos)
LUMIERE-L – «Oh! Amigos Meus», às 21.45 (12 anos)
PEDRO CEM – «A Vida é um Romance», às 21.30 (12 anos)
FOCO – «Nunca Mais Digas Nunca», às 21.30 (12 anos)

farmácias

Lisboa
PERMANENTE

ARCO DO CEGO - ESTEFÂNIA: Palma, Av. Duque d'Ávila, 25-31 (T. 547088); **AVENIDA DE ROMA: Avis**, Av. de Roma, 56-B-C (T. 895370); **BAIRRO ALTO - LORETO: Barreto**, R. do Loreto, 30 (T. 327284); **BELÉM: Bom Sucesso**, R. Bartolomeu Dias, 63-A (T. 611454); **CAMPO D'OURIQUE: Pinheiro**, R. Campo de Ourique, 135 (T. 686640); **CAMPOLIDE - SETE RIOS: Nova**, R. Campolide, 297-C (T. 687475); **LARGO DA LUZ - FRENTE AOS MENINOS DA LUZ: Geny**, R. Conselheiro José Silvestre Ribeiro, 12-A, ao 218 da E. da Luz (T. 780342); **OLIVAIS SUL: Fernandes Borges**, R. D. Aleixo Corte Real, lote 388, cruzamento com a R. Cidade de Bolama (T. 311091); **PENHA DE FRANÇA: Higiénica**, R. Heliodoro Salgado, 20-A (T. 844361); **PICHELEIRA: Luzmar**, R. João Nascimento Costa, 16 (T. 880703); **RATO - MARQUÊS DE POMBAL: Vieira Borges**, R. Alexandre Herculano, 28-30 (T. 40536); **ALGÉS: Branco**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 29 (T. 2112081); **ODIVELAS: Gonçalves**, R. Dr. Egas Moniz, 30-B (T. 915662); **PONTINHA: Pontinha**, E. Santo Eló, 4, lote SE (T. 990220).

REFORÇO

ALTO DO SANTO AMARO: Santo Amaro, R. Filinto Elísio, 29-A-B (T. 637070); **ALVALADE: Brisália**, Av. Rio de Janeiro, 66-66-A (T. 882368); **AVENIDAS NOVAS: Fátima**, Av. 5 de Outubro, 147-A (T. 763107); **BAIRRO AZUL: Sírius**, R. Fialho de Almeida, 38-A (T. 544000); **BAIXA: Silva Carvalho**, R. dos Fanqueiros, 124-126 (T. 873875); **CALHARIZ - BENFICA: Rebocho**, R. Tenente-Coronel Ribeiro Reis, 12-B (T. 743871); **CHELAS - COLÉGIO VALSASSINA: Serra**, R. Luís Cristino da Silva, lote 221, loja 133, zona 2, Chelas (T. 853720); **LUMIAR: Alameda**, Al. das Linhas de Torres, 201-B (T. 790942); **MERCADO DO CHILE: Corvo**, R. Ângela Pinto, 32-BC (T. 549756); **RADIODIFUSÃO - EX-EMISSORA NACIONAL: S. Nunes Simões**, R. do Quelhas, 1-3 (T. 661275); **XABREGAS - MADRE DE DEUS: Conceição**, C. D. Gastão, 30-32 (T. 381279); **BRANDOA - COLINA DO SOL: Vidal Reis**, Quinta da Correia, célula G, lote 35, Urbanização Alfornelos (T. 996540); **BURACA: Vaz Martins**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **OLIVAL BASTO: Nova**, R. Açores, 11-A (T. 910305); **PRIOR VELHO: Matos**, T. Prioras (T. 2519939).

Outra Banda

ALMADA: Reis, R. Comandante António Feio, 19 (T. 2750504). Até às 22 horas; **COVA DA PIEDADE: Morgado**, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (T. 2767356). Permanente; **LARANJEIRO: Oliveira Sérgio**, R. dos Álamos, 2-A (T. 2296464). Até às 22 horas; **COSTA DE CAPARICA: Chal**, Av. General Humberto Delgado (T. 2403218). Até às 19 horas; **SESIMBRA: Leão**, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471); **BARREIRO: Higiénica**, R. D. Manuel I, 178 (T. 2073017). Permanente; **AMORA: Matos Lopes**, R. 1.º de Maio, lote 401 (T. 2216355). Até às 22 horas; **SEIXAL: Central**, E. Nacional, 9, Aldeia de Paio Pires (T. 2210365). Até às 22 horas; **MONTIJO: São Pedro**, Av. Camões, 16 (T. 2311133); **MOITA: União Moitense**, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025); **ALHOS VEDROS: Gusmão**, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020); **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António Santos Jorge, 15 (T. 234100); **SETÚBAL: Bonfim**, Av. Rodrigues Manito, 12. Permanente; **Marques**, R. Arronches Junqueiro, 169. Até às 22 horas.

Linha de Cascais

TIRES: Guimarães, L. Duartes, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECHE: Carvalho**, B. João P. Correia, 40-B (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA: Luz**. Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS: Trindade Brás**, R. Costa Pinto, 184 (T. 2432034). Permanente; **OEIRAS: Godinho**, R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090). Até às 22 horas; **CARCAVELOS: Central**, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2470037). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas; **PAREDE: Brandão**, Av. da República, 77-C (T. 2471054). Permanente; **SASSOEIROS: Amaral Sembiano**, Quinta das Encostas. Até às 22 horas; **MADORNA: Madeira**. Até às 22 horas; **AMOREIRA: Abrantes**, Vivenda Maria Carlos Anj. (T. 2682313). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL: Suíça**, Cruzeiro (T. 260087). Até às 22 horas; **CASCAIS: Cascais**, R. Conde de Monte Real, Bairro das Caixas (T. 282407). Permanente.

Linha de Sintra

AMADORA: Igreja, P. da Igreja, 22-A (T. 937740). Permanente; **Flama**, R. Elias Garcia, 78B (T. 932485). Até às 22 horas; **DAMAIA: Confiança**, R. Bartolomeu Dias, lote D (T. 9710231). Até às 22 horas; **QUELUZ: Queluz**, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T. 951841). Até às 22 horas; **CAMARATE: Batalha**, R. Avelino S. Oliveira, 5 (T. 2518669). Até às 19 horas; **CACÉM: Rodrigues Garcia**, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D (T. 9243693). Permanente; **ALGUEIRÃO: Rodrigues Rato**, R. dos Morés, 1 (T. 9212038). Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA: Cargaleiro Lourenço**. Até às 22 horas; **COLARES: Abreja** (T. 9290088); **SINTRA: Simões**, Estefânia (T. 9230832). Permanente.

SACAVÉM: Lourenço, R. Almirante Reis, 31 (T. 2518151). Permanente; **MOSCAVIDE: Santa Bárbara**, R. Francisco . Beato, 75-A (T. 2518918). Até às 22 horas; **LOURES: Saraiva**, Av. Almirante Reis, 86 (T. 2530027). Até às 22 horas.

Porto

DAS 9 ÀS 12 E DAS 14 ÀS 22 HORAS

GARANTIA, R. Fernandes Tomaz, 696; **POMBEIRO**, Campo dos Mártires da Pátria, 152; **GUERRA**, R. Costa Cabral, 43; **INVICTA**, R. do Bonfim, 330; **ALVES DA SILVA**, Av. da Boavista, 1016.

DE DIA E TODA A NOITE

FONTE DA MOURA, R. de Tânger, 1463; **SERPA PINTO**, R. Serpa Pinto, 645; **ANTAS**, Av. Fernão de Magalhães, 1076; **SANIL**, R. do Paraíso, 214; **SARABANDO**, L. dos Lóios, 36.

Coimbra

FIGUEIREDO, R. da Sofia, 107 (T. 22837); **DIAS FERREIRA**, Bairro da Solun (T. 72120).

teatros

Lisboa

D. MARIA II – «Longa Viagem para a Noite», às 21.15 (12 anos)
TEATRO DA GRAÇA – «O Rufia na Escada», às 21.45 (13 anos)
MARIA VITÓRIA – «Quem Me Acaba o Resto?!», às 20.30 e 22.45 (16 anos)
CASA DA COMÉDIA – «Marlowe», às 22.00 (13 anos)
PRAÇA DE ESPANHA – Circo Americano (6 anos)
MARIA MATOS – «Annie», às 21.00 (6 anos)
VILLARET – «Super Silva», às 21.30 (13 anos)
COLISEU – O Circo do Natal, às 21.30 (6 anos)
PRAÇA DE TOIROS DO CAMPO PEQUENO – Circo Chen, às 21.30 (6 anos)
ABC – «Todos Tesos» às 20.30 e 23.00 (18 anos)
VARIEDADES – «Um Fantasma Chamado Isabel» às 21.30 (13 anos)

Porto

CAMPO ALEGRE – «Um Cálice de Porto», às 21.45 (13 anos)
TEP – Escola Académica – «Quase um Conto de Fadas», às 21.30 (13 anos)

DL

PORTE PAGO

Propriedade, Composição e Impressão:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Publicidade e Serviços Técnicos:
RUA LUZ SORIANO, 44 – 1200 LISBOA
TELEFONES: 321154/5 – 320271/2/3
Publicidade: 368740
Serviço de noite (depois das 21):
Portaria: 321154
Redacção: 320271/2/3

Depósito Legal n.º 1428/82
Endereço Telegráfico DIÁRIO
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

DELEGAÇÃO DO PORTO
Rua do Almada, 30-2.º – 4000 PORTO
Telefones: 20954/5

Distribuição: INTERPRESS
Rua do Norte, 115-1.º – 1200 LISBOA
Telefones: 322100-322204-320784

MARÉS DE HOJE
PREIA-MAR BAIXA-MAR

3.43	4,2 m	9.27	0,9 m
16.11	4,0 m	21.41	1,0 m
Dia 22			
4.27	4,2 m	10.13	0,9 m
16.57	4,0 m	22.26	1,0 m

TEMPERATURAS DO AR ÀS 6 HORAS

VIANA DO CASTELO	11º
BRAGANÇA	3º
VILA REAL	5º
PORTO	12º
COIMBRA	8º
CABO CARVOEIRO	14º
PORTALEGRE	4º
LISBOA	10º
ÉVORA	7º
BEJA	7º
FARO	11º
SAGRES	–
PONTA DELGADA	15º
FUNCHAL	15º

tempo

PREVISÃO DO TEMPO PARA AMANHÃ

Céu muito nublado. Vento moderado de sudoeste, soprando, por vezes forte nas regiões do Norte e Centro. Períodos de chuva, em especial nas regiões do Norte e Centro.

O CAPITÃO DO NAVIO ECOLOGISTA «SEA SHEPARD» Paul Watson, e os 19 membros da sua tripulação internacional foram considerados culpados de entrave à caça das focas no golfo de São Lourenço, em Março passado, por um juiz do Tribunal Provincial de Quebeque.

Este foi ainda de opinião que Watson, de 32 anos, natural de Vancouver (Columbia britânica), pôs em perigo a vida do próximo e intimidou os caçadores.

Com efeito, Watson, tinha ameaçado abalroar os barcos dos caçadores e afundar o seu navio no interior do porto de São João da Terra Nova.

O tribunal baseou-se em particular nas disposições de uma lei canadiana que proíbe a qualquer não habilitado a aproximar-se a menos de meia milha marítima das zonas de caça às focas.

No momento em que ocorreram os factos, a tripulação do «Sea Shepard II» era composta por quatro canadianos, catorze americanos e australianos e um francês.

As sentenças serão pronunciadas ulteriormente, mas o advogado dos réus anunciou desde já o propósito de deduzir o agravo.

PARA MELHORAREM a sua imagem, que consideram comprometida pelas campanhas a favor dos animais selvagens, os industriais de curtumes suíços adoptaram dois pequenos tigres nascidos num zoo da Suíça Oriental.

A Associação Profissional dos Curtumes Suíça anunciou esta decisão, explicando que as recentes campanhas organizadas pelas associações protectoras dos animais e pela Federação para a Protecção dos Animais Selvagens (World Wild Life Fund) fizeram baixar em 25 por cento o volume de negócios na profissão em 1983.

Os dois tigres recém-adoptados têm ano e meio e nasceram no Zoo de Frauenfeld, no cantão de Turgovia. Estavam votados a morte certa, afirmam os responsáveis da Associação de Peleiros, pois o zoo em questão não tem lugar e nenhum outro zoo ou circo os quis receber.

O JORNALISTA SUECO Lars Lungberg, a primeira pessoa a sofrer na Grá-Bretanha uma transplantação simultânea do coração e dos pulmões, faleceu na madrugada de hoje. A operação foi efectuada há duas semanas no hospital Harefield, de Londres, e o organismo do doente não chegou a manifestar qualquer fenómeno de rejeição dos órgãos transplantados. Segundo os médicos, a morte sobreveio devido a problemas renais que originaram um agravamento do estado geral do doente. Lungberg, 32 anos, sofria de hipertensão pulmonar, que lhe causava grave deficiência cardíaca, pelo que aceitou submeter-se à transplantação, por saber que residia aí a sua única hipótese de vida.

Com a oposição dos conservadores e da Igreja

Congresso espanhol aprovou nova lei do ensino

O Congresso espanhol aprovou na sessão de terça-feira um projecto de lei governamental para modernizar o ensino, com a oposição dos conservadores e da igreja.

O projecto de lei, conhecido por LODE que abrangerá oito milhões de estudantes, foi aprovado por 198 votos a favor dos socialistas e dos comunistas e 112 contra do grupo centrista e basco, e nove abstenções da minoria catalã e de outros deputados.

O líder da oposição conservadora, Manuel Fraga Iribarne anunciou que, no caso de o diploma vir a ter forma de lei, apresentará recurso ao Tribunal Constitucional, por considerar que não respeita a liberdade de ensino.

O projecto de lei tem como objectivos a plena escolarização e ensino básico gratuito em estabelecimentos públicos e intervencionados, para 1986, e a maior participação da sociedade nos estabelecimentos de ensino.

O principal ponto de discórdia entre o governo e a oposição foi ocontrolo do ensino privado: a oposição exige a manutenção das normas dos centros de ensino e a liberdade de nomeação do director e dos professores.

O Estado pretende manterá a sua intervenção em troca da garantia nos estabelecimentos de ensino, da liberdade de consciência e de que os professores e o director sejam eleitos por um conselho escolar.

O projecto LODE mantém os três tipos de centros de ensino existentes no mundo ocidental: públicos, intervencionados e privados.

O financianemto ao ensino privado e as condições da sua atribuição pelo Estado foi o principal motivo da polémica na apresentaçãao do diploma no passado mês de Junho. No último fim-de-semana milhares de manifestantes protestarvam em toda a Espanha contra a aplicação do projecto de lei.

Dos oito milhões de estudantes atingidos pelo LODE cerca de três milhões estudam em centros privados e 90 por cento em centros subvencionados dirigidos por ordens religiosas.

O ministro da Educação José Maria Maravall disse ontem no congresso que as subvenções ao ensino básico primário ascendem a 800 milhões de dólares.

Maravall assinalou que em Espanha existem mais de um milhão de analfabetos adultos e afirmou que o direito à educação é um objectivo «prioritário para todos os espanhóis».

Até nos "halls" de entrada

Nos comboios de Sintra e Cascais é mesmo proibido fumar

Nos comboios da linha de Sintra e da linha de Cascais é absolutamente proibido fumar em todas as carruagens e em todos os espaços das composições. Mesmo no «hall» de entrada das carruagens, a lei recentemente publicada proíbe que se fume.

Apesar de em muitos comboios ainda estar afixado um autocolante que diz ser permitido fumar nesses «halls», a verdade é que o decreto-lei que regulamenta o uso do tabaco em lugares públicos afirma no seu artigo terceiro: *«É proibido fumar nos veículos afectos aos transportes colectivos públicos urbanos de passageiros e, bem assim, nos suburbanos e inter-urbanos ou em serviços de aluguer ou turísticos com dureção de viagem até uma hora, incluindo os rodoviários, ferroviários e fluviais.»*

A CP explica a manutenção daqueles autocolantes, que contrariam os preceitos legais, com o facto de, por vezes, os mesmos comboios também fazerem serviço na linha de Norte e outras onde é permitido fumar em certos locais das carruagens, desde que a viagem dure mais de uma hora.

Neste momento, os serviços da CP estão a estudar uma solução que permita ultrapassar esta situação geradora de conflitos entre utentes que fumam nos «halls» — com o argumento de que lá está um autocolante que o permite — e utentes que invocam a lei para tentar impedir que ali se fume.

Entretanto, a própria companhia tem estado a sensibilizar o seu pessoal e os utentes para a nova legislação, publicando nomeadamente um anúncio na Imprensa onde se transcreve o parágrafo da lei acima reproduzido.

Portanto, a informação aqui fica: na linha de Sintra e de Cascais fumar, só antes de subir para os comboios.

Vítima dos temporais do Porto: presidente da Câmara responsabilizado

Tudo indica que houve negligência por parte do presidente da Câmara Municipal do Porto, eng. Paulo Valada, em relação ao perigo iminente em que se encontravam várias famílias da Rua da Torrinha, no Porto, onde, conforme foi noticiado pelo «DL», se verificu uma morte durante a madrugada de ontem, devido a uma exurrada.

No mesmo local e há cerca de oito anos, verificou-se idêntica tragédia: tal como anteontem, perdeu-se então uma vida que foi pretexto para um rosário de promessas feitas pelos responsáveis autárquicos desse tempo.

A gravidade da situação assume desta feita outras proporções, já que o eng. Paulo Valada, há cerca de três semanas foi alertado para aquele perigo por um morador da zona. «Foi durante o programa de 'fio a Pavio'. Quando entrevistaram o sr. engenheiro, permitiram que se pusesse questões e eu alertei-o para a situação, pedindo-lhe exactamente para tomar providências, já que não eram só os moradores que estavam em causa, mas também as crianças que frequentam a escola da Torrinha. A resposta do sr. presidente foi que «ficasse descansado que o assunto já constava da sua agenda», mas a verdade é que tudo ficou na mesma e o resultado está à vista. Quem assim fala é Jorge Augusto da Purificação Silva que habitava paredes meias com a vítima.

Governo averigua

As causas das cheias ocorridas nas últimas semanas serão objecto de analise por parte de um grupo de trabalho, ontem criado por resolução do Conselho de Ministros.

O grupo de trabalho funcionará no âmbito da Direcção-Geral do Ordenamento do Ministério da Qualidade de Vida e terá como objectivo «a análise da situação no que se refere à desorganização territorial e à apresentação de propostas de correspondentes medidas correctivas».

Especialistas de diversas áreas, incluindo, precisamente, ex-responsáveis por aquele Ministério, responsabilizaram repetidamente o Governo actual, e os que o antecederam, pela falta de tomada de medidas e pela permissividade para com realizações urbanas (clandestinas ou legais) que terão conduzido à actual situação.

Autarcas insistem

Os presidentes das Câmaras da Arruda (PS), Cascais (PSD), Vila Franca de Xira (APU) e Oeiras (CDS) entregaram ao ministro da Administração Interna uma exposição sobre os 13 municípios atingidos pelas últimas cheias.

A exposição, ontem aprovada por unanimidade, pelos presidentes das câmaras municipais que foram mais atingidas pelos temporais de 19 de Novembro, apresenta o balanço dos prejuízos causados pelas inundações, que rondam os quatro milhões de contos.

Os presidentes das Câmaras de Cascais, Helena Roseta, e de Vila Franca de Xira, Daniel Branco, declararam que a reunião foi marcada pela crítica à actuação do Governo para resolver o problema resultante das inundações.

Disseram, ainda, que o Governo decidiu reduzir a verba a atribuir às Câmaras em cerca de 400 mil contos.

Apresentado em Amesterdão

Projecto governamental prevê distribuição gratuita de heroína

Um projecto de «experiência de distribuição gratuita de heroína» para 300 heroinómanos, foi ontem apresentada na cidade de Amesterdão, no quadro de um vasto plano de luta contra a droga.

Ed Van Thijn, presidente do município da capital holandesa, anunciou em conferência de Imprensa, em Haia, que esses trezentos drogados seriam seleccionados entre os casos mais difíceis de resolver. A experiência, que durará um ano, deve ainda ser aprovada pelo governo, mas o Parlamento subscreveu-a já, aprovando o princípio de uma tal distribuição durante um debate em Junho último.

Esta decisão dos parlamentares provocou na altura reacções por vezes muito vivas de governos estrangeiros, nomeadamente por parte da Suécia. A França, por seu turno, tinha então feito uma diligência discreta junto da Holanda para exprimir a sua «preocupação» perante um tal projecto.

Amesterdão conta actualmente, disse o presidente do município, cerca de 8000 toxicómanos, dos quais 10 por cento de alemães ocidentais estabelecidos em permanência em Haia.

A maior parte dos toxicómanos alemães, homens e mulheres, dedicam-se à prostituição para financiar a compra de droga. Só no ano de 1983, 53 heroinómanos sucumbiram a doses excessivas de heroína na capital, indicou Van Thijn.

O presidente do município de Amesterdão sublinhou que o seu projecto de distribuição gratuita de heroína não está em contradição com os acordos internacionais sobre droga. Citou a este propósito «o segundo parágrafo do artigo 38 da Convenção Única sobre Estupefacientes, assinada em Nova Iorque em 1961 e que prevê muito explicitamente a possibilidade de distribuir heroína no quadro da saúde pública, sem ultrapassar o quadro dos acordos internacionais».

Van Thijn precisou que o programa de luta contra a droga em que se inscreve o plano de distribuição prevê nomeadamente a duplicação dos efectivos da Polícia de narcóticos (de 36 para 72 agentes), o reforço da «Lei sobre Estadia de Estrangeiros, a fim de combater mais eficazmente os estrangeiros implicados no tráfico de droga» e um controlo mais severo «dos circuitos financeiros ilegais que servem para financiar o tráfico de estupefacientes».

Desde há vários anos, numerosas cidades da Holanda, nomeadamente Amesterdão e Haia, distribuem gratuitamente sob controlo metadona (produto de substituição) aos heroinómanos. Em Amesterdão, indicou o presidente do município, mil drogados recebem diariamente metadona. Os 300 toxicómanos que receberiam gratuitamente heroína serão escolhidos, disse o autarca, entre os drogados «com problemas, que apesar da distribuição de metadona não conseguem regular o consumo nem melhorar o comportamento social».

Segundo as estimativas, na ausência de estatísticas oficiais, calcula-se que a Holanda conte cerca de 22 000 toxicómanos.

Por proposta de Manuel Alegre

Restos mortais de Fernando Pessoa para os Jerónimos

O Governo propõe-se realizar a transladação dos restos mortais de Fernando Pessoa para os Jerónimos, dando repercussão internacional a um período de evocação do poeta, anunciou ontem à noite o deputado Manuel Alegre.

Dezassete escritores e poetas aceitaram um convite para jantar terça-feira à noite com o Primeiro-Ministro, Mário Soares, e o encontro serviu especialmente para o Primeiro-Ministro auscultar os presentes sobre o projecto de transladação dos restos mortais de Fernando Pessoa, que actualmente repousam no Cemitério dos Prazeres.

Segundo Manuel Alegre, de quem partiu a ideia da transladação, num discurso efectuado no Parlamento por altura da Décima Sétima Exposição do Conselho da Europa –, o Governo tem em vista o substancial alargamento do significado do acto, de modo a transformá-lo não só numa grande homenagem «ao maior poeta português do século vinte», como também a poesia portuguesa em geral, e a dimensão universal da língua portuguesa.